

NOTÍCIAS DE
VICENTE SÓ
BRUSQUE E REGIÃO



Sociedade Amigos de Brusque e de Apoio ao Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim SAB/Casa de Brusque

Fundada em 4 de agosto de 1953

Reconhecida de Utilidade Pública: Lei Municipal nº 73 de 9 de março de 1954 - Lei Estadual nº 1162 de 12 de novembro de 1954 - Cadastrada no Ministério da Cultura sob nº 52.001.659/87-17
CNPJ: 83.721.639/001-93

Sede própria: Av. Otto Renaux, 285 - 88351-301 – Brusque – Santa Catarina
Fone: (47) 3351 2132 - E-mail: casadebrusque@gmail.com - Home Page: www.casadebrusque.com

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: Ricardo José Scharf
Vice-presidente: Ricardo Vianna Hoffmann
Primeiro Secretário: Roland Imhof
Segundo Secretário: Rafael Scharf
Primeiro Tesoureiro: Gilson Ávilla Hulbert
Segundo Tesoureiro: Gaspar Eli Severino
Diretora de Patrimônio: Maria Léa Gevaerd Backes
Diretor Técnico: Celso Deucher

Conselho Fiscal:

Efetivos: Marcus Schlösser,
Roque Luiz Dirschnabel e Joel Mendes
Suplentes: Gilmar Heil, Francisco Daniel
Imhof e Rafael Vianna

CONSELHO EDITORIAL:

Presidente: Roque Luiz Dirschnabel
Celso Deucher
Edinéia Pereira da Silva
Francisco Daniel Imhof
Luciana Pasa Tomasi
Pe. Eder Cláudio Celva
Raquel Schoening
Ricardo José Engel
Ricardo Vianna Hoffmann
Rosemari Glatz

Fundador: AYRES GEVAERD

Elaboração: Conselho Editorial

Edição e arte-final: Celso Deucher

Coordenação editorial: Luciana Pasa Tomasi

Revisão: Francisco Daniel Imhof

Impressão: Gráfica Pallotti - Santa Maria - RS

Edição anual: 2019, Nº 67, Ano XVIII - Tiragem: 500 exemplares

Capa: Barão Maximilian von Schneebruch em retrato do pintor francês Moreux. Acervo: MHSC

Notícias de Vicente Só / Sociedade Amigos de
Brusque - Ano 1, nº 1 (1977). - Brusque: ed.
Unifebe. - nº 67, 2019.
170 p. 16 X 23 cm

Anual

ISSN: 2238-7064

1. Brusque - História. 2. Santa Catarina - História.
I. Sociedade Amigos de Brusque. II. Título

CDD: 981.64

Sumário

Apresentação.....	05
Barão Maximilian von Schneeberg <i>Roque Luiz Dirschnabel</i>	07
A descoberta do retrato do Barão e os 150 anos de seu falecimento <i>Celso Deucher</i>	27
A Saga de um Povo - 150 anos de imigração polaca no Brasil - 1869-2019 <i>Rosemari Glatz</i>	43
O Hospício de Azambuja <i>Pe. Eder C. Celva</i>	72
A Revolta dos Colonos de Nova Trento e o Martírio de Leopoldo Adami <i>Saulo Adami</i>	92
100 Anos do Nascimento de Pe. Raulino Reitz <i>Roque Luiz Dirschnabel</i>	118
Entrevista com Valter de Oliveira: “Eu passei por todas as nuances da vida” <i>Thayse Helena Machado</i>	129
A história da Câmara de Dirigentes Lojistas de Brusque traduzida em cinco décadas <i>Ana R. Venturelli, Carina Machado, Guédria Motta, Taiana Eberle</i>	143

Kohler & Cia. Tinturaria e Estamparia comemora 70 anos de tradição familiar.....	158
Relatório de atividades durante o ano de 2018 <i>Luciana Paza Tomasi</i>	161
Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim - SAB/Casa de Brusque...	163
Instituto Aldo Krieger (IAK).....	165
Museu Arquidiocesano Dom Joaquim.....	167

Apresentação

Nesta edição vamos enfocar temas da maior relevância para a história de Brusque e região, conforme veremos adiante. Como sabemos, o Anuário Notícias de Vicente Só traz em seu contexto artigos, pesquisas, dados documentais e fontes orais com a maior fidedignidade desde a colonização até os dias de hoje. Para construir essa história é preciso a cooperação ativa e o interesse mútuo daqueles que se dedicam a preservar e resgatar fatos e acontecimentos sobre os diversos aspectos do nosso desenvolvimento econômico e social. É exatamente essa dimensão abrangente que mantém viva a nossa memória histórica, os vínculos familiares, bem como, o intercâmbio cultural entre o passado e o presente rumo ao futuro, incluindo projetos conjuntos a nível nacional e internacional.

Neste contexto social e histórico é basilar conhecer o passado para compreender o presente e refletir melhor sobre o futuro da humanidade.

Destacamos relatos, descrições e documentos sobre personalidades da maior grandeza acerca da vida econômica e social de uma comunidade que se adequou e cresceu em meio às mais diversas condições e particularidades dos seus líderes e empreendedores, retratando a importância histórica da Colônia Itajahy-Brusque.

Demais disso, indistintamente, agradecemos as contribuições dos autores de seus artigos, cujo exemplo serve de inspiração para transmitir às gerações mais jovens a admirável coragem, bravura e otimismo dos pioneiros e de seus descendentes, como meio de um grande aprendizado.

Da mesma forma, deixamos os agradecimentos às empresas pelo seu gesto de magnitude, a fim de possibilitar a elaboração deste importante periódico anual, para dar forma a este registro tão empolgante e valioso. Sem o apoio financeiro de patrocinadores, angariados por intermédio da Sociedade Amigos de Brusque - SAB/Casa de Brusque, não seria possível a publicação desta obra.

Esperamos que a presente edição do Anuário desperte o interesse

mútuo de muitos leitores, acadêmicos e escritores, inclusive, os mais leigos, e que possa contribuir para promover e aprofundar o entendimento entre as pessoas, transmitindo um legado edificante e proveitoso. Obrigado a todos vocês!

Roque Luiz Dirschnabel

Presidente do Conselho Editorial

Barão Maximilian von Schneeberg

Roque Luiz Dirschnabel¹

Palavras-chave: Schneeberg, Colônia Itajahy-Brusque, nobreza alemã, Barão, Áustria, Castelo, Baviera, Tirol.

¹ O autor é advogado graduado pela UFSC, com habilitação específica em Direito do Trabalho e especialista em Direito Administrativo, pesquisador histórico e escritor. Atuou como assessor jurídico da Prefeitura Municipal de Guabiruba por diversas gestões e, atualmente é assessor legislativo da Câmara Municipal desde 1983. Advogado do Sindicato dos Comerciantes de Brusque de 1988 a 2018. Participou de diversas entidades sociais, sendo sócio fundador da Associação Catarinense de Intercâmbio e Cultura (ACIC); presidente do Clube Esportivo 10 de Junho (2000/2002); presidente fundador da Academia de Letras do Brasil de Santa Catarina (ALBSC), Seccional de Guabiruba; presidente fundador da Associação Cultural e Ambiental von Sternthal (ACAvS); presidente do Conselho Editorial da Sociedade Amigos de Brusque/Casa de Brusque. Coautor do livro: Famílias de Origem Alemã no Estado de Santa Catarina, edição mai/2017. Publicou diversos artigos, como Guabiruba: 50 anos de emancipação na Revista Notícias de Vicente Só, em 2012; Rodovia SC-420 Uma história de séculos, em 2014, além de retratar momentos históricos no Informativo da Câmara de Vereadores de Guabiruba e colunista do jornal Guabiruba Zeitung.

Introdução

O presente artigo trata de reconstituir a trajetória de vida e as ações do Barão von Schneeberg frente à colonização e administração da Colônia Itajahy-Brusque. O transcurso que fizemos para estas ações foi o detalhamento da origem do Barão e suas atitudes em face à administração colonial.

A trajetória do Barão von Schneeberg foi marcada pelo militarismo inicialmente, e depois, passou a ser ditada por sua especialidade, a Engenharia e o seu envolvimento com agricultura e indústria, cujos saberes aplicados à prática, possibilitou a realização de assinaláveis serviços à administração da Colônia Itajahy-Brusque.

Barão Maximilian von Schneeberg

O barão von Schneeberg pertenceu a uma antiga família da nobreza alemã, detentora do título de “Freiherr”, cuja posição na nobreza latina equivale-se à do barão. Foi um nobre, engenheiro e militar austríaco, fundador e primeiro diretor da colônia Itajahy, situada no vale do Itajaí, que hoje abrange as cidades de Brusque, Guabiruba, Botuverá, Vidal Ramos e Nova Trento. Nasceu em 28/10/1799, no castelo da família, perto de Mils, no Hall, Tirol, Arquiducado da Áustria, Sacro Império Romano-Germânico, no atual distrito de Innsbruck-Land, estado do Tirol, Áustria. Faleceu em 16/11/1869, aos 70 anos, no hospital de Eger (Cheb), na época, em Franzensbad, Reino da Boêmia, Império Áustro-Húngaro, hoje pertencente à República Checa, sendo a cerimônia fúnebre realizada no dia 18 pelo padre St. Johann Wenig, de Cheb, na República Tcheca. Filho do barão Josef Johann von Schneeberg e de sua esposa Barbara Limbeck von Lilienau. Josef Johann nasceu em 1769 e faleceu diante do inimigo em 04/04/1799, na batalha de Taufers, sem conhecer o filho Maximilian, o qual foi criado sob tutela militar. Sua mãe, após a breve união conjugal, casou novamente com o barão Schmidl-Seeberg. Ao que parece, viveu seus últimos dias ao lado de sua meia-irmã, antes de sua volta à terra natal.

Em relato, assinado pela senhora Louisa Solberg, dirigido à condes-



Barão Maximilian von Schneeburg em retrato do pintor francês Moreuax, possivelmente pintado na década de 1850. Acervo: MHSC

sa Monika von Deym, a pedido de Marie Luise von Galli, pesquisou sobre o tio-avô brasileiro da Condessa, Barão von Schneeberg, tendo em vista que durante anos morou na residência da família do barão em Hall, no Tirol Austríaco. A senhora Louisa informou que sobre a infância e juventude de Maximilian pouco se sabe, pois deixou sua terra muito jovem, retornando pouco antes de sua morte. O barão von Schneeberg não deixou descendentes oficiais.²

Maximilian, barão von Schneeberg emigrou para o Brasil depois de sua dispensa do Corpo de Engenharia em Viena, Áustria. Os feitos e homenagens sobre a trajetória de vida do barão ficaram no Brasil.

Os barões de Schneeberg/Schneeberg

Sobre os Schneeburgs ou Castelo de Schneeberg (Comunidade de Trins) durante a Idade Média se tem poucas informações a respeito. Pela primeira vez, baseado em fontes documentais do século XIV, nos dão conta de sua existência. No século XV (até 1465) o Castelo e seu considerável feudo passaram a pertencer aos Senhores de Seben (Säben). A partir de 1468 a propriedade foi dada em penhora por empréstimos. Desde 1527 ela foi frequentemente penhorada por dívidas pessoais. Documentos de 1568 e 1711 apenas mencionam tratar-se de uma propriedade feudal, sem maiores considerações. Um certificado feudal de 1778 revelou circunstâncias em que o Castelo foi transformado em asilo, para abrigar pessoas que cometeram transgressões circunstanciais.

A partir de então, neste Castelo foi instalada uma jurisdição com o objetivo de punir pequenos delitos. Parece que sobre a existência da nova organização distrital o Castelo de Schneeberg se tornou um tribunal à parte ou separado. De fato, naquela época, os Senhores feudais deixaram nas mãos do Juiz distrital de Steinach a jurisdição. Durante o reinado da Baviera o Castelo com a regulamentação de 21.11.1806, passou para o distrito de Innsbruck e, a partir de 18.11.1809, foi incorporado a Steinach, sob a administração austríaca.³

² Aqui temos parte das correspondências entregues ao escritor Aloisius Carlos Lauth por Horst Schlösser, com tradução confirmada por Curt Hoegelbaum, em 24.11.2011.

³ Lit Stolz Landesbeschreibung NT, S. 389-393, F.Caramelle u. M. Buschnau, Schneeberg, in Tiroler Burgenbuch 3, S. 760-777 - Tradução livre pelo autor.



Johannes Nepomucenus Maximilianus Ignatius Graf (Conde) von Schneeberg, irmão do barão Josef Johann von Schneeberg, pai de Maximilian von Schneeberg. Ele casou-se com Johanna Leocadia Juditha Graf von Schneeberg, em 1758. Acervo: SAB



Johanna Leocadia Juditha Graf von Schneeberg, esposa de Johannes Nepomucenus Maximilianus Ignatius Graf (Condessa de Mamming) von Schneeberg, tia do barão Maximilian von Schneeberg. Ela nasceu entre 1709 e 1765, em Meran, Tirol, Áustria e faleceu em 10 de março de 1797. Acervo: SAB

Paira uma incerteza sobre os antepassados de Schneeberg, pois que originalmente se chamava de Schneeberger em Zimers para diferenciá-los dos Schneeberg em Trins, estes mais nobres estabelecidos nos arredores de Steinach, onde possuíam o castelo de Schneeberg, os quais não tinham nada em comum com os Schneeburgers mais jovens. O primeiro Schneeberger surgiu documentalmente no ano de 1370. Ele se chamava Peter Schneeberger em Zimmers e casou-se com Catharina von Gereut de Steinhaus, e recebeu por meio dela o último lote de terra desse lugar. Seu tio, o Arquiduque Siegmund Franz von Meran, por sua vez, ficou com a parte do Thiergarten (Jardim Zoológico) perto de Meran, e o seu filho Ludwig Schneeberger Schlidhof (Protetorado) Salthaus, enquanto ele desposou uma das poucas herdeiras ainda existentes dessa geração.

Ludwig foi um soldado valente, e recebeu a fidalguia com o toque de espada do imperador Karl V. A partir dessa data os Schneeburgers mais novos se autodenominavam de Schneeberger von Salthaus e Thiergarten. O filho de Ludwig, Hans, adquiriu sob o reinado de Ferdinand I, o ofício de administrar a casa de penhores de Hall, em Jnnthale, e teve com Helena von Kripp onze filhos, dos quais o mais importante foi Rupert. Este durante o reinado do Arquiduque Ferdinand II obteve o grande mérito como sucessor de seu pai, a autorização de construir uma residência no Tirol.

Ele construiu no ano de 1597 o castelo de Schneeberg em Mils, e, em razão disso, a partir de então, recebeu o direito de adotar o sobrenome de Schneeberg. Mais brilhante do que ele foi seu filho Ludwig, igualmente sucessor no ofício de seu pai na casa de penhores de Hall. Ludwig casou-se com a baronesa Maria von Wanga e agregou aos seus bens o castelo de Rubein em Obermais.

Os seus descendentes ficaram cada vez mais ricos e bem-sucedidos. Eles passaram a se denominar de barões von Schneeberg em Salthaus, no Platten e em Rubein. Johann Wolfgang von Schneeberg, o filho mais novo de Ludwig, mordomo do Arquiduque Leopoldo V., esposo de Klaudia von Medizis, foi condecorado pelos relevantes serviços prestados durante a menoridade de seu filho Franz Karl em combate na Guerra dos 30 Anos no Tirol. Porquanto, Johann Wolfgang alcançou a dignidade de Barão. Ao receber essa honraria já tinha uma idade

bastante avançada.

Aos poucos as gerações da família Schneeberger em Trins foi perdendo sua importância. O último descendente da família, sem esperança de uma posteridade, ficou em sua propriedade, sob a guarda de Johann Wellinger, com a autorização do tribunal de Innsbruck (Hofkanzler), e até 1771, deixou as gerações seguintes com o sobrenome do pai adotivo, onde o último barão Karl Joseph Schneeberg faleceu de desgosto em seu próprio castelo Lichtenthurm em Hötting, hoje castelo Schneeberg. Este castelo pertenceu aos Schneeburgers mais jovens e ficou para o barão Johann Maximilian von Schneeberg Truchsess,⁴ sendo bisneto de Johann Wolfgang de Lichtenthurm em Hötting, surgindo por extenso o título de: Arquiduque von Schneeberg de Salthaus e Platten, Senhor de Rubein e Lichtenthurm.⁵

O nosso Maximilian von Schneeberg é filho do irmão mais velho de Johann Maximilian, chamado de Josef Johann von Schneeberg, nascido em 1769, casou-se com Barbara Limbeck von Lilienau, como já vimos, e faleceu em 1799, antes do nascimento de seu filho Maximilian, nascido ainda no mesmo ano. Resumindo, os barões von Schneeberg mais jovens se tornaram “Cavaleiros” em 1524, e barões em 1664, de acordo com os registros notariais.

O título de “Freiherr”, ou de “Barão” pertenceu à nobreza intitulada no Sacro Império Romano. Na Áustria e no Reich alemão, este título existia até 1919. Ao contrário da nobreza sem título, que possuía apenas o nobre título “de” (von) no nome, como Conde, Príncipe e Duque, onde se distinguia entre a cavalaria e a mansão; O senhorio começou com os barões. A forma feminina é “Baronesa” para a es-

⁴ Truchsess: na Idade Média, famílias nobres alemãs, como parte do sobrenome, acrescentam o título de “Truchsess” (Hofamt), com a função similar a um oficial ou conselheiro distrital, nas relações militares, legais e policiais, mas não estava associado à atividade real fora de cerimônias ou coroações. Fonte: <https://de.wikipedia.org/wiki/Truchsess> (Adelstitel).

⁵ WEBER, Beda, «Meran und Seine Umgebungen, oder das Burggrafenamt von Tirol: Für Einheimische und Fremde”. Arquivo Nacional da Áustria, 1845. Tradução livre do alemão gótico pelo autor para o português. (Os documentos encontram-se com Alois von Schneeberg em Meran para Rubein).

posa de um barão ou “baronesa” para a única filha de um barão. ⁶

Castelos medievais e feudalismo

Para uma melhor compreensão da história na época, ressaltamos alguns aspectos do período medieval. Durante a Idade Média (séculos V ao XV) a Europa foi palco da construção de milhares de castelos, inicialmente erguidos de madeira retirada das florestas e seu interior era rústico e sem nenhum conforto. A partir do século XI, no entanto, os castelos passaram a ser construídos de pedra, muito mais resistentes para dificultar a invasão dos inimigos durante uma batalha. Eram normalmente erguidos em regiões altas e cercadas por muralhas ou era aberto um fosso em sua volta, além das torres utilizadas pelos guerreiros e o calabouço, onde mantinham presos os inimigos.

O castelo medieval tinha como principal função a proteção dos reis e senhores feudais, além de servir de abrigo aos seus moradores em caso de uma invasão. Grande parte destes castelos ainda existe na Europa como sabemos, porém, transformados em museus, hotéis ou pontos de visitação.⁷

O feudalismo foi uma organização econômica, política, social e cultural baseada na posse da terra durante a Idade Média, principalmente na Europa Ocidental, com o declínio do Império Romano, em virtude da insegurança criada pelas invasões dos povos nórdicos. Na época do feudalismo, a sociedade era estamental, ou seja, composta por camadas sociais estanques, pois, praticamente não havia mobilidade social de uma classe para outra. Existiam três estamentos ou classes sociais - nobreza, clero e servos. No topo da hierarquia encontrava-se o rei, que concentrava o poder político, sendo dividido com os senhores feudais. A nobreza era proprietária de grandes extensões de terras, também chamados de senhores feudais. Este exercia o poder absoluto em seus domínios, aplicava as leis, concedia privilégios, administrava a justiça, declarava guerra e fazia a paz. O clero era a Igreja, que se tornou

⁶ Baseado no artigo da enciclopédia livre Wikipédia (<http://de.wikipedia.org/>), versão maio de 2010. Categorias: título de nobres/barão.

⁷ Disponível em https://www.suapesquisa/castelos_medievais.htm > Acessado em setembro de 2019.



Castelo dos Schneeberg em Mils

a instituição feudal mais poderosa, eis que era proprietária de vastas extensões de terra. De acordo com o clero, cada membro da sociedade tinha que cumprir uma função em sua passagem pela terra. A função do nobre era de proteger militarmente a sociedade, a do clero rezar e do servo trabalhar. Dessa forma, na sociedade feudal, os trabalhadores ficavam vinculados à terra e subordinados a uma série de obrigações, como o pagamento de impostos e a prestação de serviços.

A economia feudal se caracterizava pela produção autossuficiente, sendo destinada ao consumo próprio e não às trocas comerciais. As trocas quando havia eram feitas na maioria das vezes com produtos ou escambo, e não com moedas. A política no feudalismo era restrita e monopolizada pelo senhor feudal. Este formava seus exércitos particulares e construía os castelos fortificados, no qual se desenvolvia a comunidade feudal. Com a invasão dos povos nórdicos a Europa começou a povoar-se de novos castelos, acentuando a tendência para a formação dos feudos. O feudo era uma grande propriedade rural que abrigava o castelo, as aldeias, as terras para o cultivo, os pastos e bosques. Os feudos eram adquiridos por meio de uma concessão do rei ou de um grande senhor feudal - para compensar os serviços de um nobre

ou de um cavaleiro destacado e obter proteção e um lugar no sistema de produção, resultando em um pacto de honra e de fidelidade entre o vassalo e o suserano; **casamentos** - uma forma de garantir a fidelidade dos senhores feudais, além de fortalecer os laços de parentesco e agregar os valores patrimoniais; guerras - com o rompimento dos laços de vassalagem, ou não havendo herdeiros numa família, até mesmo por motivos de aumentar suas terras, era comum entrar em guerra para obter novas conquistas.⁸

Breve resumo sobre a origem do Barão de Schneeberg

1370 - O primeiro Schneeberger surge em 1370, chamado de Peter Schneeberger em Zimmers, para diferenciá-lo dos mais abastados Schneeburgs em Trins, nos arredores da aldeia de Steinach, os quais não tinham nada em comum com os Schneeburgs mais jovens. Os Schneeburgs já possuíam um Castelo em Trins quando Peter casou-se com Katharina von Gereut em Steinhaus.

1524 - O neto de Peter Schneeberger, Sigmund de Meran, cujo filho deste, Ludwig casou com Anna von Lingen, recebeu por sua fidelidade ao imperador Karl V., o título de Cavaleiro com o toque de espada.

1587 - O filho de Ludwig Schneeberger, Hans, durante o reinado de Ferdinand I., foi administrador da casa de penhores em Hall, e teve onze filhos com Helena von Kripp, dentre os quais o mais velho Rupert, também, administrador da casa de penhores em Hall, e pelos seus méritos, sob o reinado do Arquiduque Ferdinand II., adquiriu o direito de construir o castelo de Schneeberg em Mils. A partir dessa data os Schneeburgs passaram a adotar o sobrenome de Schneeberg.

Em continuidade, mais brilhante do que Rupert foi seu filho Ludwig, sucessor da casa de penhores de seu pai em Hall. Ele recebeu em decorrência do seu casamento com Maria von Wanga o castelo de Rubein em Obermais.

1664 - Johann Wolfgang von Schneeberg, filho de Ludwig, ocupando a função similar a de um oficial ou conselheiro distrital do

⁸ Disponível em <https://www.todamatéria.com.br/feudalismo/> > Acessado em setembro de 2019.

Arquiduque Leopold V., marido de Klaudia von Medizis, recebeu do filho deste, Arquiduque Franz Karl, a dignidade de Barão, em combate na Guerra dos Trinta Anos no Tirol. Ele tinha uma idade bastante avançada quando recebeu dita condecoração.

1771 - Johann Maximilian é bisneto de Johann Wolfgang de Lichenthurm em Hötting (hoje castelo Schneeberg), filho de Ludwig (mordomo do arquiduque Leopold V.), sendo o irmão mais velho do pai de Maximilian von Schneeberg, a saber: Josef Johann von Schneeberg, nascido em 1769, casou com Barbara Limbeck von Lilienau, e faleceu em 1779, antes do nascimento de seu filho Maximilian (28.10.1779).

Schneeberg, 40 anos dedicados ao Brasil

Emigrou para o Brasil a convite de Sua Majestade Imperial o Senhor Dom Pedro I, Imperador do Brasil, onde a filha do Imperador Franz I, Leopoldina, era Imperatriz. Organizou a província de Santa Catarina do recém-proclamado Império Brasileiro. Com relação à chegada do Barão ao Brasil temos um documento datado de 24.9.1865, transcrito por Cabral:

Em novembro de 1865, escrevia êle ao Presidente da Província, então doutor Adolfo de Barros Cavalcanti Albuquerque Lacerda: "Tenho 40 anos de residência no Brasil, sempre na qualidade de servidor do Estado, principiando minha carreira em 1825, como Capitão Imperial Corpo de Engenheiros" [...] foi professor e vice-diretor do colégio Calógeras, em Petrópolis [...] personalidade de destaque na Sociedade de Agricultura e Indústria, fundada em 1853, pois em 1855 assinou documento integrante de sua Diretoria. Segundo Cabral, possivelmente por conta do envolvimento de Maximilian von Schneeberg com a Sociedade de Agricultura e Indústria tenha aceito colonizar Brusque.⁹

Então, homem já experiente, contando então com 60 anos, sempre se mostrou disposto a colaborar com os colonos. O brusquense Ayres Gevaerd, em diversos escritos publicados na revista Blumenau em

⁹ SOUZA, Álisson Castro. Almanaque de Gotha, onde constam informações sobre Schneeberg. Acervo Bayerische Staatsbibliothek.

Cadernos conseguiu descrever com perfeição a trajetória do Barão Maximilian von Schneeberg enquanto este foi diretor da Colônia Itajahy-Brusque. Segundo Gevaerd, Maximilian dedicou muito carinho à sua Colônia, procurando dar-lhe o sustento físico e com certa abundância através da exuberância da terra, a assistência espiritual por intermédio de igrejas e sacerdotes das confissões católica e luterana e, finalmente, a assistência cultural, embora rude ainda, por meio das escolas. A Schneeberg coube o mérito de ter organizado uma nova comunidade no seio da mata virgem, imprimindo-lhe educação cívica, moral, espiritual e cultural, aliada ao espírito de ordem e trabalho peculiares às etnias que então colonizaram o vale do Itajaí. Cabe a ele um preito de homenagem e justiça por sua extraordinária obra, especialmente, as duas confissões religiosas, católica e luterana, durante todo o período de sua administração em Brusque.

Do mês de outubro a dezembro de 1861 o barão Maximilian von Schneeberg esteve afastado da administração por encontrar-se adoentado. Em meados de dezembro retorna à Colônia e é recebido festivamente pela grande maioria de seus habitantes. A partir de 8 de fevereiro de 1861 reassumiu a direção que esteve interinamente nas mãos de João André Cogoy Júnior. Em 26 de janeiro de 1866, por iniciativa do Imperador Dom Pedro II, Maximilian recebe o título de cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. Em abril de 1867 solicitou licença para tratamento de saúde e, depois de concedida a licença, deixou a Colônia do Itajaí e dirigiu-se à Corte brasileira. Em julho e outubro ocorreu a renovação da licença. Foi exonerado do cargo em dezembro do mesmo ano, mudando-se para sua terra natal, a Áustria, então Império Austro-Húngaro.¹⁰

Contudo, a administração da “Colônia Itajaí” dependia do barão Maximilian von Schneeberg, que esteve ativo 40 anos a serviço da coroa brasileira, por isso, sempre muito prudente, e facilitava a adaptação das famílias recém-chegadas ao novo ambiente e as apoiava nos difíceis anos iniciais.¹¹

¹⁰ In www.brusquememória.com.br <Acessado em setembro de 2019>.

¹¹ WIESER, Lothar: “Das hiesige Land gleicht einem Paradies” (Esta terra é um paraíso) In: A emigração badense ao Brasil no Século XIX. BSG-Schriftenreihe - Karlsdorf-Neuthard, volume 1, ed.2014, p. 277.

Feitos do Barão destacados por Ayres Gevaerd

1865/out. - Acompanhados do diretor Schneeberg, partem da Colônia para Vila de Itajahy, em uma lancha e duas canoas, 25 homens, “Voluntários da Pátria”, para a Guerra do Paraguai, de demorada campanha para esclarecer o sentido do movimento, as garantias, gratificações, amparo aos familiares, etc. Da Vila de Itajahy, os Voluntários embarcaram em navio com destino a Desterro. Mais tarde Eugênio Rieger conseguiu reunir mais oito, que seguiram no dia 8 de fevereiro do ano seguinte.

1866/fev. - Schneeberg confia direção da Colônia ao pastor Henrique Sandreczki durante os dias de sua permanência em Desterro.

1866/mai. - Schneeberg remete ao Presidente extenso memorial contendo 16 de folhas de papel almaço, dispondo sobre a abertura da estrada ligando a Colônia à Vila de Itajahy. Em documento de 24 de novembro seguinte o engenheiro Frederico Heeren orçava mencionada estrada em 49:005\$515: serviço de aterros, pequenas pontes, bueiros e a ponte grande sobre o Itajahy-Mirim.

1867/jan. - O Governo Imperial, por iniciativa de Sua Majestade Imperial Dom Pedro II, e de acordo com a lei publicada no Diário Oficial, confere o título de Cavaleiro da Ordem da Rosa ao Barão Maximilian von Schneeberg.

1867/abr. - Schneeberg, já licenciado do cargo de diretor pelo prazo de três meses para tratamento de saúde, assinou seu último documento.¹²

No entanto, ainda na administração da sede, o barão von Schneeberg, antes de voltar ao Rio de Janeiro, foi conduzido pelo imigrante instalado em Guabiruba, «*ipsis verbis*»... Johann Kormann acompanhou o primeiro diretor da colônia, Barão de Schneeberg, doente e cego, até Itajaí e o levou ao veleiro que conduziu o mesmo de volta ao Rio.¹³

Em julho e outubro de 1867 se deu a renovação da licença, sendo exonerado do cargo em dezembro do mesmo ano, mudando-se para sua terra de origem, a Áustria, então parte do Império Austro-Húngaro, hoje República Tcheca. Maximilian, freiherr von Schneeberg, faleceu em Franzensbad, no dia 16 de setembro de 1869 e seu corpo foi vela-

¹² GEVAERD, Ayres. Blumenau em Cadernos. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau. Diversas publicações escritas a partir de documentos da Colônia Itajahy-Brusque, disponíveis na Casa de Brusque.

¹³ O COMPASSO - Curitiba - Estado de Santa Catarina - 1930.

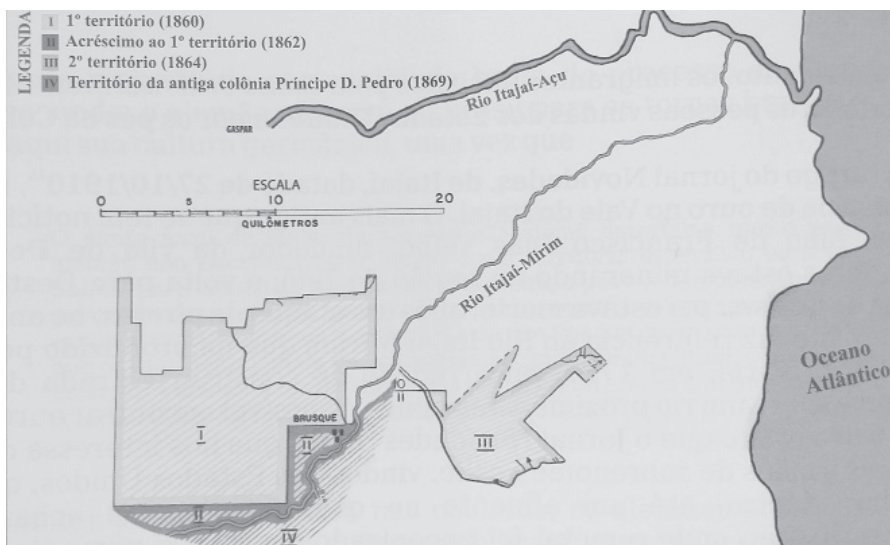
do dois dias depois. Ao que tudo indica, não existe um marco histórico do barão von Schneeberg na sua pátria de origem como fundador e primeiro diretor da Colônia Itajahy no período de 1860 a 1867.

Aqui, o Barão foi homenageado por ocasião das comemorações do centenário de Brusque, com a denominação do nome aportuguesado “Praça Barão de Schneeberg”, no mandato do prefeito Cyro Gevaerd, em dezembro de 1964, sendo o nome sugerido por Ayres Gevaerd, prestando uma homenagem ao primeiro diretor da Colônia Itajahy. Todavia, antes disso, a praça pública central da cidade se chamava de “Praça Salgado Filho”, político ligado ao nacionalismo Getulista, inaugurada em 1º de maio de 1951. Contudo, nas palavras de Alouisius Carlos Lauth... Hoje os tempos são outros, e ressurge um sentimento de memória pela derrubada frequente da arquitetura urbana, ora na rede social com fotos antigas, ora no relançamento da Revista Vicente Só. Nada mais nobre às autoridades brusquenses do que agora oficializar a “Praça Barão Maximilian von Schneeberg”, bem ao gosto de Robson Galassini, o saudoso autor do álbum de figurinhas.

Em 2017, Schneeberg foi reconhecido como “Patrono” da Academia de Letras do Brasil de Santa Catarina (ALBSC) Seccional de Guabiruba (art. 52, do Estatuto Social).

Colônia Itajahy-Brusque (1860-1867)

Surge a “Colônia Itajahy”, mensurada ao longo do rio Itajaí-Mirim, em viagem do presidente da província de Santa Catarina a bordo do vapor “Belmonte”, no alvorecer do dia 24 de julho de 1860, depois de haverem embarcado cerca de sessenta colonos, sendo que a esposa e os filhos de um deles permaneceram em Petrópolis, aguardando oportunidade de se reunir com o chefe da família. Com efeito, o navio trazia, além do presidente da província Francisco Carlos de Araújo Brusque, também o Barão de Schneeberg, o capitão do porto, Major Alvim, dentre outras autoridades. Foi na barra do Itajahy-Mirim, onde provisoriamente desembarcaram os colonos para depois seguirem até a nova colônia, que o Barão de Schneeberg pediu a Sua Excelência para dar o nome de Colônia Brusque, o qual recusou-se até o último



Primeiro mapa da Colônia Brusque. Acervo: SAB

instante ao seu fundador.¹⁴

No primeiro relatório da Colônia que o Barão de Schneeberg enviou ao presidente da província, informou que em 4 de agosto de 1860, depois de cinco dias de viagem rio acima, chegou com a 1ª turma de 55 colonos ao lugar Vicente-só, pertencente a Pedro Werner (vulgo: Pedro Miúdo) no seu espaçoso engenho de farinha; que a 2ª turma, chegados em 19 de agosto, com 31 famílias poderão tomar posse de seus lotes do mesmo modo que os primeiros, pois mandou alargar e melhorar as picadas antigas das medições em direção ao rio Guabiruba e da nova picada de sua passagem pelos lotes existentes, além de solicitar o destacamento de mais alguns soldados contra a agressão dos bugres. Em 9 de outubro de 1860, o Barão reivindicou novas terras à margem do rio Itajahy-Mirim, no lugar chamado Vicente-só, destinadas à Povoação, Freguezia, Vila ou cidade. (ortografia original).

De acordo com o primeiro mapa topográfico da Colônia Itajahy, feito pelo Barão de Schneeberg, destaca-se o X em vermelho que marca a localização escolhida para a construção do templo católico, próximo dos primeiros ranchos construídos para abrigar os imigrantes. O Caminho Novo foi a primeira via aberta e o caminho ao longo do rio Guabiruba é a conhecida rua das “Carreiras” (Karrerbahn), atual Hercílio

¹⁴ Fato publicado pelo jornal O Progressista do Desterro, de 2 de agosto de 1860.

Luz, em direção a Guabiruba. Por sinal, o lote da Colônia, ao longo do rio Guabiruba e da vereda Caminho Novo, com nomes dos imigrantes de Baden Hörner e Groh, revela que entre os imigrantes de 1860, recrutados e embarcados em Antuérpia pela empresa Steinmann & Cia., havia um considerável número de habitantes de Baden, vindos predominantemente da região de Bruchsal.

Conflitos recorrentes

Em relatório datado de 24 de outubro de 1860, dois meses após a chegada da primeira turma, o Barão von Schneeberg expõe ao Presidente da Província a necessidade da abertura de novas picadas e demarcação de lotes a serem realizados pelos próprios colonos mediante o pagamento de jornais. O relatório também trata dos constantes atrasos de pagamento por serviços prestados pelos colonos, além da inquietação do Barão com a precariedade dos assentamentos.

Há indícios de protestos contra a administração ao longo de todo o ano de 1861. O descumprimento de acordos firmados com os imigrantes é confirmado em um ofício de 22.1.1862, onde o próprio diretor aponta para um clima de tensão. O primeiro protesto violento ocorreu em novembro de 1862, após uma enchente do rio Itajaí- Mirim, que destruiu grande parte das plantações, além do atraso no pagamento dos serviços já feitos. A precariedade da vida colonial é evidente de acordo com a documentação oficial. Os documentos de 1862 e 1863 fazem várias alusões a “tumultos” provocados por colonos, com o intuito de maltratar os empregados da Directoria”.¹⁵

O ofício de 29.4.1863 relata a presença de imigrantes de outras Colônias, sendo o Diretor obrigado a expulsá-los por desacato à autoridade. Conforme aponta o documento de 5.1.1866, o caso mais grave ocorreu com a nomeação do agrimensor “Heeren” à revelia do Barão, pois prestou serviços públicos mal feitos, levando à instauração de um inquérito na delegacia de Itajaí.

O assunto foi encerrado com a demissão do agrimensor, que se retirou da colônia, e o pagamento dos jornais aos colonos. Mesmo as-

¹⁵ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Subsídios para a História de uma Colônia nos Tempos do Império. Pág. 80-81.

sim, ao longo do ano de 1864 sucedem diversos protestos promovidos pelos colonos, o que levou o Barão a exigir do Presidente da Província uma subdelegacia de polícia a fim de conter as desavenças promovidas pelos colonos.¹⁶ Situações recorrentes nos anos seguintes, demonstram a preocupação do Barão de Schneeberg de ser responsabilizado pelo não cumprimento das obrigações assumidas pelo Governo, como a lenta demarcação dos lotes, a insuficiência de abrigos provisórios e de subsídios para os imigrantes recém-chegados, a falta de assistência religiosa, médica e educacional. No entanto, a grande preocupação do Barão von Schneeberg, exposta na maioria dos documentos de sua administração, era possibilidade de um levante geral.¹⁷

O final da administração do Barão de Schneeberg foi bastante tumultuado por vários protestos, o mais significativo se deu por ocasião da visita do Inspetor da Colônia do Estado, Ignácio da Cunha Galvão, entre os dias 21 e 22 de março de 1867. O motivo da vinda do Inspetor mobilizou os colonos para reivindicarem a distribuição dos títulos provisórios dos lotes, pois estavam muito atrasados, assim como o lançamento da dívida colonial em suas cadernetas. O fato gerou a denúncia do médico Alexandre Rufener, do ex-agrimensor e Inspetor de Quarteirão Germano A. Thieme e do comerciante Pedro J. Heil, considerados “possíveis” autores de uma revolta armada, em face da não expedição dos títulos pelo Presidente da Província. O Juiz da Comarca de Itajaí absolveu os acusados, não verificando perturbação da ordem pública. A veracidade da acusação não pôde ser comprovada, contudo, era motivo suficiente para mobilizar os colonos diante da rara visita de uma autoridade importante.

Acredita-se que os frequentes conflitos e desordens e a tensão permanente vivida pelo Barão von Schneeberg desde a fundação acabaram levando-o a se afastar da direção da Colônia por motivos de saúde. Assim, Giralda Seyferth deixa patente que, no caso da colônia Itajaí, os problemas são facilmente detectados, mesmo na documentação oficial, e estão na raiz da maioria dos protestos dos colonos, criando em Brusque uma situação de crise permanente.¹⁸

¹⁶ cf. ofício de 18.10.1864. In: Relatórios da Colônia. Disponíveis no Museu Casa de Brusque.

¹⁷ Documentos constantes nos Relatórios da Colônia. Acervo SAB.

¹⁸ SEYFERTH, Giralda. Colonização e Conflito, UFRJ. 1988.

As questões de educação e de ordem religiosa foram preocupações constantes expressas em documentos. Apesar da incoerência, durante o Governo Imperial devido à inexistência do casamento civil, a igreja luterana não era reconhecida oficialmente pelo Governo Imperial, o que impediu a realização de casamentos pelos pastores, e obrigava muitas vezes o Diretor da Colônia a celebrar contratos provisórios.¹⁹

Em razão disso, para evitar rivalidades entre os fiéis das igrejas católica e luterana, a Colônia passou a ter um padre e um pastor residentes na sede da Administração, sendo pagos pelo Governo após 1865. Em 1862, foi instalada a primeira escola de 1º grau, com ensino em alemão, sob a responsabilidade de uma professora paga pelo Governo. Como a escola não atendia a maioria dos alunos, principalmente fora da sede da Colônia, as próprias comunidades espalhadas pelas linhas coloniais tiveram que instalar escolas particulares. Von Schneeberg indicou o Barão Maximilian von Barowski, primeiro professor da Escola Pública do Sexo Masculino na Colônia Itajahy, criada em 15.07.1864.²⁰

Considerações finais

“Façamos o elogio dos homens ilustres ... São homens de bem cujas obras foram esquecidas” (Eccl.44, 1 e 10).

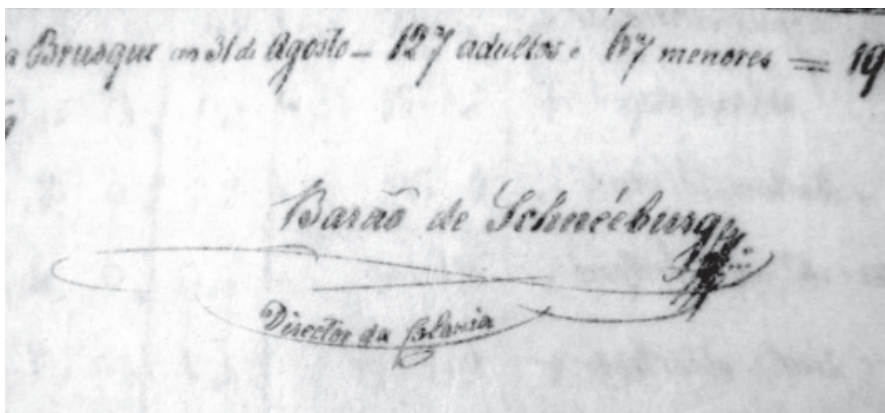
É com estas simples palavras, mas de grande significância para nossa cidade de Brusque e região, que ressaltamos o empenho e a competência do Barão Maximilian von Schneeberg em organizar e promover o desenvolvimento do «Berço da Fiação Catarinense» e de sua gente. Homem honrado e disciplinado, soube muito bem conduzir os destinos de um povo humilde e trabalhador que, se não fossem coragem e dedicação, não haveria o crescimento e a qualidade de vida que hoje desfrutamos. Colhemos os frutos das sementes lançadas nesta terra, fonte de inspiração e de muita luta, que permanecem brotando desde

¹⁹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Subsídios para a História de uma Colônia nos Tempos do Império. Brusque: Sociedade Amigos de Brusque, 1958. Pág. 62 a 64 e ofícios de 1.1.1862 e 20.8.1862, do Diretor da Colônia.

²⁰ GEVAERD, Ayres (N.V.S. 1981/p.59). Maximilian von Borowski foi diretor da Colônia e Secretário de Diretoria. Os demais eram todos brasileiros. A genealogia (*Correspondência de Monika Deym a Horst Schlösser, com cópia para Aloisius Carlos Lauth, entre 1988-89*).



Uma homenagem: praça Barão de Schneeburg, no centro de Brusque, recebeu este nome em dezembro de 1964. Acervo: SAB



Assinatura do barão Maximilian von Schneeburg. Na língua alemã não existe o acento agudo, conforme se vê na assinatura. Presume-se que o barão acentuava a vogal “e” indicando que a sílaba é tônica e que a vogal deve ser pronunciada de forma aberta. Acervo: SAB

o primeiro núcleo urbano da Colônia, promovendo e impulsionando o nosso desenvolvimento econômico e cultural.

O Barão von Schneeberg é nosso maior exemplo de amor e dedicação a essa terra que tanto nos encanta, traz a felicidade e a alegria de viver.

Fontes documentais e referências

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império. Brusque: Sociedade Amigos de Brusque, 1958.

GEVAERD, Ayres. Blumenau em Cadernos. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau. Diversas publicações escritas a partir dos documentos da Colônia Itajahy-Brusque, disponíveis na Casa de Brusque.

Jornal «O COMPASSO» - Curitiba. Estado de Santa Catarina - 1930.

GLATZ, Rosemari. Brusque - Os 60 e o 160: Elementos da nossa história. UNIFEBE, 2018.

LAUTH, Aloisius Carlos. Historiador. In: O Município. Brusque, 4 de agosto de 2012.

Relatórios do Barão Maximilian von Schneeberg de 1860 a 1867, disponíveis na Casa de Brusque.

SEYFERTH, Giralda. A Colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim. Porto Alegre/Brusque: Movimento, 1974.

SEYFERTH, Girakda. Colonização e Conflito: estudo sobre «motins» e «desordens» numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. Museu Nacional, 1988.

WEBER, Beda. «Meran und Seine Umgebungen, oder das Burggraffenamt von Tirol: Für Einheimische und Fremde». Arquivo Nacional da Áustria, 1845. Tradução livre do alemão gótico pelo autor.

WIESER, Lothar. «Das hiesige Land gleich einem Paradies» («Esta terra é um Paraíso») A emigração Badense ao Brasil no século XIX. Publicações da Badisch-Südbrasilianische Gesellschaft (BSG), Karlsdorf-Neuthard, volume 1, edição 2014.

A descoberta do retrato do Barão e os 150 anos de seu falecimento

Celso Deucher¹

No início da década de 1990, quando ainda mantinha o Jornal Correio Regional, tive a grata oportunidade de conhecer Ayres Gevaerd e manter com ele diálogos extraordinários sobre a história de Brusque. Naquela época Gevaerd desejava manter uma coluna no jornal. As conversações avançaram no sentido de que a coluna se chamaria “Coluna Vicente Só”. Me opus ao nome e sugeri que o espaço tivesse um nome ligado ao barão de Schneeberg. Ele aceitou a sugestão e fizemos uma arte-final de como ficaria. Quando chegamos para apresentar a ele a arte, lembro-me bem que colocamos a imagem do Conselheiro Araújo Brusque na lapela, imaginando que aquele retrato era de Schneeberg. Surpreso, Ayres Gevaerd deu uma breve risada e ponderadamente nos explicou que aquela foto nada tinha haver com Schneeberg. De fato,

¹ O autor é historiador, jornalista, professor e autor de diversas obras nas áreas de história, filosofia, geografia e direito.

disse ele, todos confundem, mas infelizmente não conseguimos até agora nenhum retrato do barão.

Ao fim e ao cabo, a coluna acabou não acontecendo por falta de patrocínio, mas desde lá me perturbou a ideia de que um personagem tão importante como o barão não existisse sequer um rabisco da sua imagem. Como explicado por Gevaerd, ao longo dos anos temos visto o quanto as pessoas comuns e até experientes historiadores têm confundido a imagem do barão com a de Araújo Brusque e até mesmo com a do tio do barão, disponível no Museu Casa de Brusque (e nesta edição publicado no artigo assinado pelo Dr. Roque Dirschnabel – pág. 11).

Ayres Gevaerd, bem como diversos outros pesquisadores tentaram de todas as formas buscar, inclusive na Europa, detalhes da vida de von Schneeberg. A luta para conseguir uma imagem do barão foi certamente um dos sonhos que Ayres Gevaerd não conseguiu realizar em vida.

Era setembro de 2018 e eu estava na prefeitura de Brusque e lá na espera para falar com o prefeito, fiquei observando na antessala do gabinete a galeria dos administradores do município. Quase todos estavam lá, menos o barão. Uma frustração para quem gosta de história e que procura valorizar personagens que contribuíram com a nossa cidade.

Voltei para casa e me enfronhei na internet em busca de alguma coisa. Depois de um pouco de procura, várias imagens surgiram, incluindo o brasão dos Schneeberg,² o castelo e a história da família. Tudo ali, mas nenhum retrato do barão. Porém, uma notícia chamou minha atenção, quando me deparei com uma informação de que um periódico carioca teria publicado um fascículo contendo todas as obras de um pintor francês, incluindo-se um retrato de um tal “*Barão de Cheneburg*”.

Imediatamente enviei um e-mail ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, pois a fonte indicava que nesta casa museológica conseguiríamos maiores informações sobre tal publicação. Foram dois meses de esperança de que pudessem dar alguma notícia sobre quem seria este “Cheneburg”. Por fim vem a resposta: O pintor do referido retrato seria Louis Auguste Moreaux, porém, não havia informações sobre o paradeiro do possível retrato. E para complicar ainda mais a busca

² Este brasão repassei ao Clube Filatélico Brusquense com a sugestão de que nos 150 anos da morte do barão fosse lançado um selo oficial em sua homenagem, o que aconteceu em 2019.

fomos informados de que não havia nenhum registro naquele museu sobre o referido retrato e que as obras de Mureaux estavam espalhadas em diversas partes do Brasil. Também indicaram que uma boa fonte de informações seria à Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, ligada a Universidade do Rio de Janeiro, pois esta seria a herdeira histórica da Academia Imperial de Belas Artes.³ Da mesma forma tentamos contato com esta instituição e não recebemos nenhuma resposta. A busca infrutífera foi um balde de água fria, mas nos deu a esperança de que de fato existia um retrato e que o autor estava identificado. Ao longo das semanas seguintes a busca foi se tornando mais e mais infértil.

Em fevereiro deste ano, me deparei com uma publicação de Ayres Gevaerd da década de 1960 que anunciava que o barão de Schneeberg havia falecido em 16 de setembro de 1869. A data me alertou para o fato de que em 2019 completava-se 150 anos da sua morte. Logo levei o assunto ao conhecimento da comunidade histórica local e na reunião da diretoria da Casa de Brusque, de maio, apresentamos um projeto objetivando criarmos uma programação alusiva à data e à valorização da memória do barão, que falaremos ao final deste artigo.

O retrato escondido do barão

Nesta mesma noite de maio em que a diretoria estava reunida, a historiadora Luciana Pasa Tomasi trouxe à reunião dois pequenos quadros com desenhos de um tio e uma tia do barão. As imagens eletrizaram os participantes e o assunto veio à tona novamente. Chegou-se a cogitar a contratação de um especialista em retrato falado da Polícia Civil catarinense para que o Museu Casa de Brusque pudesse ter ao menos

³ “A Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) foi uma escola superior de arte fundada no Rio de Janeiro por Dom João VI. Ela assumiu papel central na determinação dos rumos da arte nacional durante a segunda metade do século XIX, sendo um centro de difusão de novos ideais estéticos e educativos e um dos principais braços executivos do programa cultural nacionalista patrocinado pelo imperador Dom Pedro II. Com o advento da República, passou a se chamar Escola Nacional de Belas Artes, mas foi extinta como instituição autônoma em 1931, sendo entretanto absorvida pela Universidade do Rio de Janeiro e continuando em atividade até os dias de hoje como uma de suas unidades de ensino, a Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro”. In: https://pt.wikipedia.org/wiki/Academia_Imperial_de_Belas_Artes <Acessado em setembro de 2019>

um retrato aproximado de como seria o rosto do barão, baseado em algumas informações históricas que há nos arquivos da Casa de Brusque.

Aliás, justo registrar que muitos escritores, historiadores e pesquisadores já tentaram fazer isso, incluindo-se o cartunista brusquense Aldo Maes dos Anjos que recriou em sua Revista Cartum diversas histórias do personagem barão Schneeberg nos tempos da Colônia. Em 2018, a pesquisadora e escritora Rosemari Glatz, em seu livro alusivo aos 160 anos de Brusque, publicou um capítulo com a biografia de Schneeberg e uma gravura de Francine Cavalheiro Carbonera.⁴ Tanto Aldo, como Rosemari, apresentaram um barão de barbas e cabelos grisalhos seguindo o roteiro do que sempre esteve no imaginário popular brusquense. Além deles, outros tentaram criar uma imagem para o barão. Na verdade estas criações não perdem suas essências, pois não sabemos ainda como aparentava o barão na sua saída de Brusque.

Esta realidade perdurou até metade do mês de julho de 2019, quando para minha surpresa, recebo do escritor e pesquisador histórico Roque Luiz Dirschnabel um link com a publicação no site da Fundação Catarinense de Cultura⁵ onde o Museu Histórico de Santa Catarina anunciava em 2013 que de 20 de dezembro [de 2013] a 2 de fevereiro de 2014 o público poderia ter acesso a oito obras do acervo de pinturas do Museu.⁶ Era a grande informação, esperada por décadas. Afinal, havia nesta exposição o tal quadro do pintor francês “L. Auj. Moreau”⁷ ou, Louis Auguste Moreaux:

O pintor **L. Auj. Moreau** é representado por duas telas: *Retrato de Jacinto José da Luz*, de 1885, que traz o abastado comerciante na região de Desterro, esposo de Joaquina Ananias Neves e pai do ex-governador Hercílio Luz; e *Barão de Cheneburg*, do mesmo

⁴ Glatz, Rosemari. Brusque – Os 60 e o 160 – Elementos da nossa história. Editora Unifebe, 2018. Pág. 157.

⁵ Disponível em: <http://cultura.sc.gov.br/noticias/1421-noticias-museu-historico-de-sc/15876-15876-museu-historico-de-santa-catarina-expoe-obras-do-acervo>

⁶ A exposição chamava-se *Portas Abertas: o acervo oculto do Museu Histórico de Santa Catarina* e se propunha a apresentar obras que revelavam parte da composição da coleção de arte do museu. Entre os trabalhos expostos estavam criações de Sebastião Vieira Fernandes, Martinho de Haro, Darkir Parreiras e L. Auj. Moreau.

⁷ De onde saiu este “Auj.” ainda não descobrimos, visto que na verdade deveria ser Aug. Aliás, na própria ficha técnica do quadro o sobrenome do autor esta errado.

ano, com a imagem de Maximiliano von Schneeburg, alemão que morou no Brasil e por cerca de 40 anos se dedicou ao governo como capitão do Imperial Corpo de Engenheiros e diretor da colônia Itajahy (Itajaí), cujo cargo ocupou até 1867.⁸

De posse desta informação descoberta pelo Dr. Roque Dirschnabel, tentamos por muitas vezes contato telefônico com o museu e absolutamente nenhum sucesso obtivemos. Mandamos e-mail e nenhum retorno obtivemos. Mesmo assim, decidi seguir esta pista e descobrir se de fato o tal quadro estava mesmo naquele Museu e se era do “*barão brusquense*”. Afinal era a concretização daquela pista de 2018 que não foi adiante pela minha inabilidade em lidar com as pesquisas de internet e por algumas letras diferentes no nome do pintor e mesmo do retratado.⁹

No dia 29 de julho comentando com o Dr. João José Leal, ex-presidente da Casa de Brusque, sobre a possível descoberta, ele me informou que estava indo para a capital naquela segunda-feira participar de uma sessão da Academia Catarinense de Letras e que se eu quisesse, me daria uma carona e me levaria até o Museu, pois este fica muito próximo da Academia. Foi o que fizemos.

Chegando ao dito museu encontramos outro problema. Estava fechado. Era segunda-feira e neste dia o expediente funcionava apenas internamente. Dr. Leal já havia ido embora e eu passei a maquirar uma estratégia de como entrar e falar com alguém para ao menos satisfazer a curiosidade. Chamei o guarda até o portão e expliquei a situação. Ele gentilmente disse que falaria com alguém. De fato, minutos depois fui levado até a sala da administradora e para minha surpresa tratava-se da brusquense Maria Zilene Cardoso. Uma pessoa extraordinariamente acessível e prestativa que prontamente nos passou os dados de que dispunha sobre a obra. De imediato chamei por telefone o Dr. João José Leal explicando que efetivamente o dito quadro existia. Num pulo ele estava lá para conferir a descoberta.

⁸ Disponível em: <http://cultura.sc.gov.br/noticias/1421-noticias-museu-historico-de-sc/15876-15876-museu-historico-de-santa-catarina-expoe-obras-do-acervo>

⁹ Nos muitos trabalhos que pesquisamos o nome de Louis Auguste Moreaux aparece de diversas formas e grafias, dificultando sobremaneira um aprofundamento maior. Somente depois que estabelecemos um padrão é que as buscas se tornaram mais claras. Nesta matéria, o nome Schneeburg aparece claramente, após a citação do nome em que foi registrado oficialmente na ficha técnica: “*Barão de Cheneburg*”.

No entanto, mais problemas foram interpostos para que tivéssemos acesso à obra: não poderíamos ver o quadro, pois este estava na reserva técnica do museu e teríamos que preencher uma papelada burocrática que provavelmente levaria algum tempo, dias talvez. Posteriormente receberíamos uma possível aprovação para uma eventual programação de uma visita para, quem sabe, poder ver ao vivo e a cores o tal quadro. Foram momentos de fato enervantes.

Mas naquele dia havia de fato uma conspiração universal a nosso favor e mais uma vez a administradora do Museu nos salvou. Não sem antes assumirmos o compromisso pessoal e institucional de preencher a papelada no dia seguinte e de não divulgar publicamente nenhuma foto até a aprovação do nosso pedido formal. Ato contínuo, fomos levados até a sala onde estavam os quadros da reserva técnica.

Lá, dois dedicados funcionários trouxeram a obra e a colocaram de pé a nossa frente. Foi sem dúvida um momento extraordinariamente mágico. Afinal, saber como era o rosto e a forma de um personagem tão forte e tão presente em minha vida desde que decidi caminhar no rumo da história era algo que me deixou simplesmente paralisado contemplando aquele momento. Naquele instante todas aquelas imagens que eu tinha na cabeça sobre como seria o Barão foram desmoronando e nascendo uma nova personalidade, afinal, estava ali bem na minha frente um dos grandes homens que deu vida à minha cidade. Dr. Leal ficou por alguns segundos mudo e contemplando o quadro, não escondendo a felicidade de estar ali naquele momento histórico.

Na belíssima obra

o retratado está sentado em uma poltrona estofada; traje de gala preto e branco. Olhar dirigido ao observador; Braço, ante-braço e mão esquerdos apoiados sobre o braço da poltrona; Ante-braço direito apoiado na mesa.¹⁰

Alguns minutos se passaram... Tiramos duas fotos com o celular, assumindo o compromisso de não divulgar publicamente, até que as devidas autorizações fossem aprovadas. Foi o que fizemos. Após agradecer a nossa contrerrânea administradora Maria Zilene Cardoso pelo

¹⁰ Ficha Técnica do quadro “Barão de Cheneburg”. Acervo do Museu Histórico de Santa Catarina.



Flagrante do momento em que Celso Deucher (D) e João José Leal (E) avistam pela primeira vez o quadro do barão no MHSC em Florianópolis. Acervo: Celso Deucher

momento espetacular a nós proporcionado, Dr. Leal seguiu seu rumo para a Academia e eu me apressei em ligar para Brusque e comunicar aos nossos diretores da Casa de Brusque. Eles estavam reunidos em assembleia e aguardando alguma notícia. Foi mais um momento muito especial, sentir a alegria dos compatriotas felizes por esta grande descoberta. Desta feita, coube ao escritor e pesquisador histórico Roque Luiz Dirschnabel, que nos proporcionou a localização desta importante obra, a tarefa de comunicar oficialmente a descoberta à diretoria do Museu Casa de Brusque. Na ata da assembleia deste dia ficou assim consignada a comunicação:

O diretor Roque L. Dirschnabel comunicou que está finalizando seu trabalho sobre o Barão e que, juntamente com o diretor Celso Deucher, fez uma importante descoberta: a imagem, até então desconhecida, do Barão Maximilian von Schneeberg. Comunicou, também, que estão tentando conseguir uma cópia digital da obra para ser impressa, emoldurada e exposta na Casa de Brusque.¹¹

No ambiente solene do nosso pequeno museu ouviu-se efusivos vivas com a comunicação da descoberta. Porém, por mais alguns dias o mistério permaneceria para todos e foi uma peleia manter este segredo até que as autorizações fossem dadas para que pudéssemos mostrar à diretoria a foto do retrato do barão.

A descoberta não acabou com os percalços da nossa busca. A luta foi assumida por toda diretoria do nosso Museu e em especial pelo nosso presidente da Casa de Brusque Ricardo Scharf. Nos dias seguintes preenchemos todos os formulários e depois da terceira vez que enviamos, conseguimos ter enfim, a autorização da direção do MHSC para que fosse enviada uma foto do quadro para que pudéssemos reproduzi-la em Brusque.

Porém mais um probleminha: a imagem que o Museu nos enviou estava simplesmente imprestável para publicação. Seguiu-se longa e inexplicável espera por mais dois sofridos meses para que recebêssemos uma nova foto. Foi tirada com um celular e enviada por Márcia

¹¹ Ata da reunião mensal ordinária do mês de julho de 2019, da Sociedade Amigos de Brusque e de Apoio ao Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim, ocorrida em 29 de julho de 2019.

Escorteganha, conservadora /restauradora do MHSC. É a imagem que está sendo publicada neste anuário e a que usaremos para confeccionar os quadros que ficarão expostos na Casa de Brusque e na prefeitura municipal. A qualidade infelizmente não é das melhores, apesar de todo tratamento dado por nós, após o recebimento.

Mistérios sobre o retrato do barão

Ao longo deste processo, muitas perguntas surgiram. Dentre elas algumas ainda não respondidas e que certamente serão objeto de pesquisa daqui para frente.

Uma delas é o motivo de tal quadro estar de fato escondido no MHSC durante estes anos todos e a cidade onde o barão foi realmente reconhecido pelo seu trabalho, nunca ter tido conhecimento da existência dele. Uma prova do mistério que há por trás desta obra foi a pergunta enviada por Márcia Escorteganha, estranhando que tivéssemos conseguido esta informação: *“Por curiosidade, [o] sr poderia fazer o favor de me responder, como fostes informado da existência desta obra do acervo?”*¹² A primeira coisa que me veio à mente foi: será que nós descobrimos algo que não deveríamos? De fato, infelizmente, algumas pessoas do MHSC fizeram de tudo para não enviar as fotos e não nos deixar ter contato com a obra. Uma vergonha para aquela instituição.

Além disso, a ficha técnica não diz praticamente nada da história da obra. São pouquíssimas informações e as disponíveis não batem com a realidade. A própria Marcia reconhece que as informações são precárias. Vejamos algumas referências interessantes e que não estão na ficha técnica da obra, envidas via e-mail por Escorteganha, responsável técnica do MHSC:

Nossa ficha é bem precária (...) Não temos assinatura na obra nem o ano. O que consta na plaquinha de metal foi feito quando mandaram várias obras para restauro nos anos 1980 (estamos investigando se foi para o restauro no Rio de Janeiro ou Curitiba). Talvez possa

¹² E-mail recebido de Marcia Escorteganha em 11 de agosto de 2019 (com cópia para a administradora Maria Zilene Cardoso), após o envio das informações sobre os procedimentos normativos do plano museológico e os formulários para preenchimento.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SEC. DE ESTADO DA CULTURA E DO ESPORTE
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA
MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA

INVENTARIO DO ACERVO

IDENTIDADE

01- Número/Ano 0568/90	02- Número Anterior/Ano VIDE ITEM Nº 28.
03- Designação PINTURA	04- Natureza
05- Espécie RETRATO	06- Origem
07- Época 1885	08- Autoria L. ALU. MOREAU
09- Marcas/Inscrições/Legendas	

DADOS FÍSICOS E HISTÓRICOS

12- Material/Técnica ÓLEO SOBRE TELA.	
13- Dimensões Altura: 1,270 sem mold. Largura: 0,945 sem mold. 1,480 com mold. 1,150 com mold. Comprimento: Profundidade: Diâmetro: Fuso (Metal):	

FOTO
9x12

14- Descrição:

- Retrato do " Barão de Cheneburg ".
- O retratado está sentado em uma poltrona estofada.
- Traje de gala preto e branco.
- Olhar dirigido ao observador.
- Braço, ante-braço e mão esquerdos apoia dos sobre o braço da poltrona.
- Ante-braço direito apoiado na mesa.

15- Procedência

16- Modo de Aquisição/Data

17- Proteção Legal		
Federal	Estadual (x)	Municipal
Tomb. Individual	Tomb. Conjunto	Nenhuma

18- Estado Conservação		
Excelente	Bom (x)	Regular
Péssimo		

11- Condições de Segurança

Bom Razoável (x) Ruim

Ficha técnica do retrato do barão. Acervo: MHSC

ter ocorrido de suprimirem algo, pois a tela foi cortada nas laterais. Portanto pode estar sim com data errada a plaquinha de metal, mas é o que consta de informação, não posso negar ela. E na ficha da obra (feita nos anos de 1990) constam estes mesmos dados. (...) Estamos em processo de inventário e constatamos que faltam muitas informações (infelizmente).¹³

As informações acima foram em resposta de um e-mail anterior que eu havia enviado, onde questionei a profissional sobre algumas coisas que me pareciam nebulosas. Dentre elas perguntei se alguém havia pesquisado mais a fundo para ter certeza de que este homem era mesmo o barão von Schneeberg e se as datas estavam corretas. Porque uma coisa me intrigava desde o início. As datas que constam da ficha de identificação simplesmente não batiam, porque na data que nela consta (1885), o barão já estava morto havia 16 anos (faleceu em 1869) e o autor do quadro também, pois morreu em 1877. Além do mais, todas as descrições sobre o barão não batem com a simples observação do retrato. Ali aparece um homem de cerca de 50 anos e totalmente fora daquelas características descritas nos documentos históricos na sua passagem por Brusque na década de 1860.

A explicação mais plausível é de que efetivamente este retrato pode ter sido pintado cerca de 15 anos antes do barão vir para Brusque. E pelas informações que Márcia nos enviou no mesmo e-mail, podemos ter de fato uma boa pista para elucidar o caso:

Quanto ao autor, foi feito pesquisa quanto a caracterização química do pigmento a dois anos atrás (...) que comprova que são obras da mesma época e utilizadas pelo mesmo pintor francês (Louis-Auguste Moreaux) que fez 6 pinturas para o museu (família Luz) que estão assinadas e datadas (dona Joaquina da Luz 1852 - mãe do Hercílio Luz).¹⁴

Veja que ele teria feito seis pinturas para Santa Catarina e o retrato de Joaquina da Luz foi pintado em 1852. Outra certeza, o quadro do barão é mesmo de Moreaux. Se de fato são da mesma época, as coisas começam a fazer sentido, pois naquele início da década de 1850, o

¹³ E-mail recebido de Marcia Escorteganha em 15 de setembro de 2019.

¹⁴ Idem.

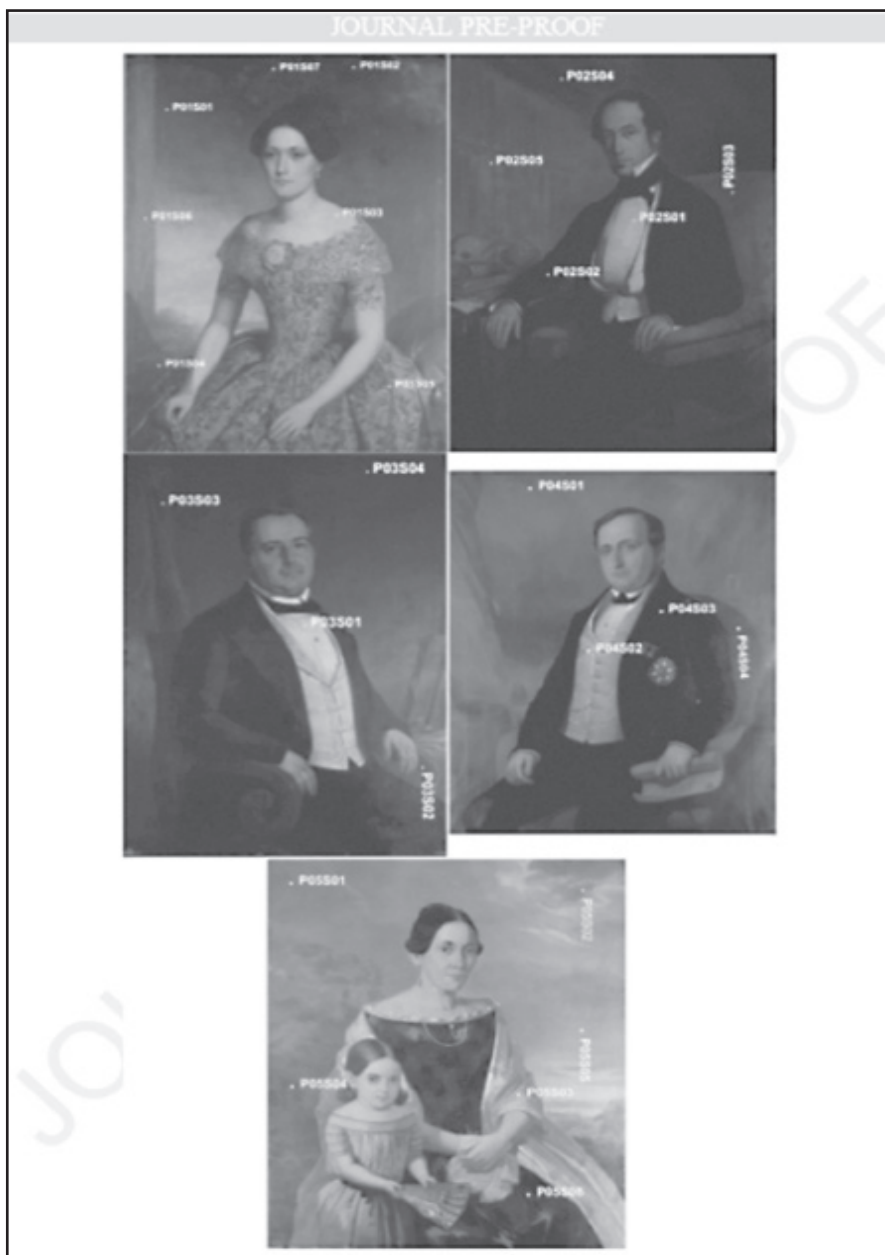
pintor vivia na Corte no Rio de Janeiro, onde exatamente estava residindo o barão Maximilian von Schneeberg. O próprio barão afirma que chegou a Corte por volta de 1825¹⁵ e lá permaneceu até 1860 quando veio a Santa Catarina fundar a Colônia Itajahy-Brusque.

Durante todos estes anos ficou no Rio de Janeiro convivendo com o forte movimento artístico-cultural fomentado por Dom Pedro II no recém-fundado império brasileiro. Lá um grande número de artistas, intelectuais e militares estrangeiros viviam e Schneeberg era um deles. Cremos que tenha sido nesta convivência que o barão e Moreaux tenham se encontrado e acontecido às tratativas para a pintura deste retrato. Naquele início da década de 1850 o barão estava de fato com cerca de 50 anos, o que pela nossa observação leiga do retrato, confere. O que não confere de forma alguma é a data contida na ficha técnica do quadro, 1885.

O pintor Louis-Auguste Moreaux

Moreaux nasceu em Rocroi, na França, no ano de 1818. No fim da década de 1830 muda-se para o Brasil acompanhando um frenético movimento cultural que trouxe ao país centenas de artistas, intelectuais e militares estrangeiros objetivando criar aqui um império nos trópicos com muita semelhança aos impérios europeus. No Brasil Moreaux passa algum tempo no Nordeste e no Sul do país. A partir de 1840, muda-se em definitivo para a Corte, fixando residência no Rio de Janeiro.

¹⁵ Segundo informação publicadas por Oswaldo Rodrigues Cabral, em novembro de 1865, o barão escrevia ao Presidente da Província, Adolfo de Barros Cavalcanti Albuquerque Lacerda afirmando que: *“Tenho 40 anos de residência no Brasil, sempre na qualidade de servidor do Estado, principiando minha carreira em 1825, como Capitão Imperial do Corpo de Engenheiros”*. Quanto a sua chegada ao país há controvérsias, já que em 1825, há fortes indícios de que ele estaria ainda na Europa. Por exemplo: o arquivo Militar Austríaco tem registro de que em 5.10.1825 lhe foi concedido seis semanas de dispensa remunerada, enquanto servia no corpo de engenharia do exército em Josephstadt na Boêmia. Naquele mesmo ano foi transferido para Arad na Hungria. Em 18.11.1825 tem prorrogada sua dispensa por mais seis semanas com permanência na Boêmia. Em 1826 pede dispensa definitiva do serviço militar, sendo aceita somente em 15.3.1828. Ou seja, se tais documentos e datas são de fato verdadeiros, von Schneeberg só poderia ter chegado ao Brasil após 1828.



Figuras que fazem parte do relatório de análise dos materiais constituintes de pinturas do século XIX atribuídas a Louis-Auguste Moreaux pertencentes ao MHSC. Na foto, documentação fotográfica das pinturas investigadas, mostrando os pontos em que a análise foi realizada em detalhes. O relatório confirma que as pinturas são de Moreaux. Fonte: Journal Pre-Proof - Agosto de 2019

Tido inicialmente como um pintor de segunda linha¹⁶ Louis Auguste logo recebe reconhecimento nacional pelas suas diversas telas inspiradas em viagens pelo Brasil. Inclusive é premiado com medalha de ouro em 1841 e em 1843, é homenageado com o título de Primeiro Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa.¹⁷

Na sua lista de obras tem importantes retratos de personalidades da época, como o de dom Pedro II (1825 - 1891) e do visconde de Taunay (1843 - 1899). Pinta também paisagens retratando os costumes do país. Independente de outras obras, um dos quadros que mais lhe rendeu notoriedade na imprensa da época foi o retrato da atriz La Grange.¹⁸

Moreaux faleceu no Rio de Janeiro em 1877.¹⁹ Foi sobretudo um grande retratista e deixou cerca de 300 obras espalhadas pelo Brasil, muitas delas desconhecidas do público ainda hoje. A do “*Barão de Cheneburg*” comprovadamente tem os traços e o DNA de Moreaux segundo uma análise feita por uma equipe de cientistas e especialistas em quatro das obras de Moreaux que fazem parte do acervo do MHSC, entre elas a do Barão. Sobre o relatório desta pesquisa sugerimos a leitura deste relatório científico sobre as obras deste pintor.²⁰

¹⁶ Louis-Auguste Moreaux era irmão de François-René Moreaux, com quem veio junto para o Brasil. Seu irmão já chegou ao país com status de artista-pintor de primeira linha.

¹⁷ Recomendamos leitura de Dias, E. **Artistas franceses no Brasil: descrição e promoção de sua imagem na imprensa do século XIX**. MODOS. Revista de História da Arte. Campinas, v. 3, n. 2, p. 126-143, mai. 2019. Disponível em: www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/mod/article/view/4129 <Acessado em agosto de 2019>

¹⁸ Sobre o tema e o autor é interessante a leitura de Elaine Dias: O retrato de Anna de La Grange como Norma, de Louis-Auguste Moreaux. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, nº 73, p. 170-193, ago. 2019. Disponível em <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i73p170-193> <Acessado em setembro de 2019>

¹⁹ Para saber mais sobre a biografia deste importante artista sugerimos a página da Enciclopédia Itaú Cultural, disponível em <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa23775/louis-auguste-moreaux>

²⁰ T.G. Costa, B.F.P. da Silva, L.P. de Mattos, M.R. Escorteganha, F.A. Ritcher, M.D. de M. Correia, D. Alexandre Siebert, D.A. Spudeit, G.A. Micke, Analysis of the constituent materials of 19th century paintings attributed to Louis-Auguste Moreaux belonging to the Historical Museum of Santa Catarina Florianópolis, Brazil, Forensic Chemistry (2019). Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.forc.2019.100177> <Acessado em setembro de 2019>



Selo alusivo aos 150 anos do falecimento do barão Maximilian von Schneeberg, lançado pelo Clube Filatélico Brusquense e pelos Correios em 17.10.2019. O selo foi confeccionado tendo como base o Brasão da família Schneeberg. Acervo CFB

Barão recebeu homenagem na Câmara de Vereadores

No dia 17 de setembro, às 17 horas, a Câmara de Vereadores de Brusque, o Museu Casa de Brusque e o Clube Filatélico Brusquense prestaram uma homenagem ao barão Maximilian von Schneeberg, fundador e primeiro administrador de Brusque de 1860 a 1867. É que no dia anterior à sessão completaram-se exatos 150 anos da sua morte, ocorrida em 16 de setembro de 1869.

Na oportunidade, usou da palavra na tribuna do legislativo brusquense o presidente do Museu Casa de Brusque, Ricardo Scharf, que falou das grandes virtudes pessoais do barão e da fecunda administração que ele promoveu nos sete anos que esteve à frente da Colônia. O Clube Filatélico Brusquense lançou no evento selo personalizado alusivo aos 150 anos, sendo que foram obliterados pelos Correios do Brasil, alguns destes selos no local.

Usou também a palavra o presidente do Clube Filatélico Brusquense, Jorge Paulo Krieger Filho. Segundo ele, honrar a memória do barão von Schneeberg é honrar a história de Brusque. “O selo personalizado que lançamos em conjunto com os Correios, a Câmara e o Museu Casa de Brusque foi uma forma de perenizar na história e na memória dos brusquenses, os feitos deste homem que doou parte da sua vida pela nossa cidade”, enfatizou Jorge Paulo.



Presidente da Casa de Brusque, Ricardo Scharf, discursa na tribuna da Câmara de Vereadores durante a sessão especial em homenagem ao barão von Schneeburg. Acervo: Câmara de Brusque



Vereadores, homenageados, membros da diretoria da Casa de Brusque e Clube Filatélico Brusquense, na sessão em homenagem ao barão. Acervo: Câmara de Brusque

A Saga de um Povo: 150 anos de imigração polaca no Brasil (1869 - 2019)

Rosemari Glatz

“Somos ligados à nossa história e a usamos como fonte de nossa força. Somos conhecidos por sermos inabaláveis e por mantermos acesa a esperança, mesmo nos momentos mais difíceis de nossa história. Enfrentamos os desafios futuros mantendo a fé no apoio da Providência, graças à qual sobrevivemos às maiores turbulências e desgraças em nossa história”.

Jarosław Szarek

O processo de ocupação do território catarinense por imigrantes europeus foi desencadeado oficialmente 1822, mas o processo de ocupação teve início efetivo apenas em fins de 1828, com a chegada dos primeiros grupos de imigrantes alemães, os quais, em 1829, fundaram São Pedro de Alcântara.

¹ A autora é professora universitária, pesquisadora da imigração alemã e polonesa, escritora e reitora do Centro Universitário de Brusque - Unifebe - Brusque-SC.

Até o final da primeira metade do século XIX a ocupação do território catarinense com imigrantes europeus foi pouco expressiva. A situação finalmente começa a mudar a partir de 1850, quando se observou acréscimo na vinda de imigrantes, expressando os desajustamentos sociais no Império Prussiano do século XIX. As guerras, as lutas políticas, o excessivo crescimento populacional, os altos impostos e as terras concentradas nas mãos de poucos deixavam os camponeses em situação econômica difícil, o que veio a favorecer o desenvolvimento de novas colônias em Santa Catarina.

Imigrantes de outras nacionalidades chegaram em menor quantidade e, entre 1828 e 1869, os poloneses chegavam, de forma esparsa, sob a nacionalidade de seus opressores, e se instalavam nas colônias junto com os outros imigrantes. Mas foi por Brusque que teve início a imigração polonesa organizada no Brasil, quando, em agosto de 1869, um grupo de 16 famílias vindo da aldeia de Stare Siołkowice, Alta Silésia, próximo à Opole, Polônia, região que se encontrava sob o domínio prussiano, desembarcou no porto de Itajaí. Este grupo foi instalado na Colônia Príncipe D. Pedro, a qual, ainda no ano de 1869, foi anexada à Colônia Itajahy-Brusque, concedendo a Brusque o título de “Berço da Imigração Polonesa no Brasil”.

A partir da chegada do primeiro grupo, em Brusque, o movimento emigratório de poloneses para o Brasil vai sendo intensificado e se estende até o século XX. A maioria se estabeleceu nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Outros grupos, menores, se instalaram nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás. Imigrantes poloneses participaram igualmente da colonização do Estado do Espírito Santo, para onde, em 1873, foram cerca de 60 famílias como cidadãos alemães provenientes da Prússia, da Pomerânia e da Silésia que, juntamente com os alemães, estabeleceram-se principalmente em Santa Leopoldina e Santa Teresa (MALCZEWSKI, 2019). Atualmente, estima-se que haja cerca de 1,5 milhão de descendentes de polacos no país, sendo a terceira maior população de ascendência polonesa no mundo, depois dos Estados Unidos e da Alemanha (MFA, 2019). Na América Latina, o Brasil é o país com mais imigrantes dessa etnia.

Mas o que foi que motivou os poloneses a deixar o Continente

Europeu em busca da terra prometida? Essa resposta só pode ser alcançada conhecendo alguns fatos importantes da história da Polônia que acabaram impulsionando o movimento emigratório e contribuindo para a vinda do primeiro grupo de imigrantes poloneses que se instalou em Brusque.

Síntese da história da Polônia

De acordo com Szarek (2017), para os poloneses a data mais importante da sua história é o ano de 966, considerada por eles como o início do Estado, o batismo da Polônia, o marco da formação da comunidade que chamam de nação. Foi quando Mieszko I, governante de então, foi batizado e se converteu ao cristianismo. Gerações seguidas foram se ligando de diversas maneiras, cada qual com as características da sua época, por laços de cultura e identidade que os guiavam e que continuam a guiá-los pelos mesmos valores que, há centenas de anos, integraram os polacos à civilização latina.

Em que pese o ano de 966 ser considerado o mais importante ano da história polaca, só em 1025 é que o Reino da Polônia foi fundado. Em 1385, Lituânia e Polônia se uniram em decorrência do casamento do Grão-Duque Jagiello, do Principado da Lituânia, com a Rainha Jadwiga, do Reino da Polônia. Em 1569, foi estabelecida uma associação política com o Grão-Ducado da Lituânia ao assinar a União de Lublin, formando a Comunidade Polaco-Lituana, a República das Duas Nações, também conhecida como Primeira República da Polónia, que existiu até 1795.

O território prosperou militar e economicamente e o século XVI ficou conhecido como o “Século de Ouro” da Polónia. Szarek (2017) conta que os poloneses muitas vezes foram chamados a defender a nação como, por exemplo, no ano de 1683, durante a vitoriosa batalha de Viena, quando o rei João III Sobieski conteve a investida turca que ameaçava a Europa, ou no ano de 1920, quando o exército polonês deteve as hordas soviéticas nos portões da Europa.

De acordo com Piekas (2018), ao longo dos anos, a *szlachta* (nobreza) polonesa, por meio de seu parlamento, o *Sejm*, começou a legislar em favor dos próprios interesses e retirar o poder do rei, enfraquecen-

do a nação. A República das Duas Nações passou a ter cada vez mais divergências entre poloneses e lituanos, perdeu poder depois de decisões equivocadas da nobreza e dos conflitos armados e, aos poucos, o território da Polônia foi sendo partilhado entre os impérios Prussiano, Austro-Húngaro e Russo.

Minikovsky (2009) informa que, na divisão do território, o Império da Prússia, que já detinha parte de Brandenburg, ficou com o prolongamento do território de Brandenburg que ficava do lado polonês, e anexou a seu território mais cinco províncias polonesas. Em 1618 o Império Prussiano anexou ao seu território a Prússia Oriental e, em 1648, anexou a Pomerânia. Em 1742, anexou a Silésia. Em 1772, anexou a Prússia Ocidental e, finalmente, em 1795, o Império da Prússia anexou Poznan, uma importante conquista para o Império da Prússia, pois Poznan foi o primeiro bispado da Polônia e duas vezes a capital polaca.

Uma síntese das Partilhas da Polônia entre as três potências europeias - impérios da Rússia, Prússia e Austro-Húngaro é apresentada pela professora Piekas (2018), informando que em 1772 aconteceu a “primeira partilha da Polônia”. A Áustria tomou a Galícia, a Rússia conquistou a maior parte da Bielorrússia e o Império da Prússia obteve o controle do Sul do Báltico e da Pomerânia. Em 1793 aconteceu a “segunda partilha da Polônia”. A Rússia dominou todo o resto da Ucrânia, enquanto a Prússia absorveu a Posnânia. Em 1794, o “Levante de Kościuszko”, uniu todas as classes sociais polonesas numa insurreição contra o Império Russo, porém, suas tropas foram suplantadas ao final do mesmo ano. E a história registra que, finalmente, em 1795 ocorre a “terceira partilha”, e a Polônia desaparece do mapa político da Europa por longos 123 anos.

Szarek (2017) informa que, em detrimento dos planos e tentativas das três potências europeias, os poloneses – destituídos de seu país e divididos entre seus invasores -, apesar das perseguições conseguiram cultivar suas tradições e manter sua identidade. Para esse fim contribuíram as várias tentativas militares e políticas de rompimento com a opressão, realizadas por mais de cem anos, assim como as famosas obras dos artistas e a cultura tornou-se a portadora da identidade nacional.

Durante a Primeira Guerra Mundial, os Aliados concordaram em restabelecer a Polônia. Pouco depois do armistício alemão de novembro de 1918, a Polônia recuperou sua independência, numa fase histórica conhecida como “Segunda República Polaca”. A independência foi reafirmada após uma série de conflitos, em especial a Guerra Polaco-Soviética (1919-1921).

Em maio de 1926, o “Golpe de Maio” entregou as rédeas da república polaca ao movimento *Sanacja* (uma coalizão em busca da «limpeza moral» da política do país). Este movimento controlou a Polônia até a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, quando tropas nazistas e soviéticas invadiram o país e a Polônia foi partilhada em duas zonas, uma ocupada pela Alemanha e outra, a leste, ocupada pela União Soviética.

Um resumo cronológico dos principais fatos que impactaram na história da Polônia encontra-se sintetizado no quadro 1 (pág 31), desenvolvido pela autora com base nas publicações apresentadas nas referências bibliográficas listadas ao final deste artigo.

Os impactos das duas guerras mundiais na organização territorial da Polônia

Durante o período sob domínio das três potências europeias - impérios da Rússia, Prússia e Austro-Húngaro, os polacos desenvolveram a habilidade de auto-organização, tanto na esfera política quanto educacional e, nesta luta, foram apoiados por inúmeros sacerdotes, consolidando o papel especial da Igreja Católica na história da Polônia. Segundo afirma Szarek (2017), a soma destas experiências conduziu à reconquista da independência da Polônia em 1918. Com o início da Primeira Guerra Mundial, os impérios Alemão, Russo e Austro-Húngaro estavam profundamente comprometidos com a guerra. Ao final dos conflitos, em 1918, esses impérios haviam perdido vastas extensões de seus territórios ou deixado completamente de existir. As Legiões Polonesas, comandadas por Józef Piłsudski, aliadas a ações diplomáticas, finalmente garantiram a independência da Polônia em 11 de novembro de 1918.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, as fronteiras da Polônia foram

Ano	Fato histórico	Síntese Descritiva
966	Início do Estado polonês	Mieszko I, governante de então, foi batizado e se converteu ao cristianismo. A data marca o batismo da Polônia, sendo considerado o marco da formação da comunidade que os polacos chamam de nação.
1569 1772	Primeira República da Polônia Primeira Partilha da Polônia	República das Duas Nações, que existiu até 1795. A Áustria tomou a Galícia, a Rússia conquistou a maior parte da Bielorrússia e o Império da Prússia obteve o controle do Sul do Báltico e da Pomerânia.
1791	Proclamação da primeira Constituição da Polónia	Foi a primeira constituição da Europa e a segunda do mundo.
1793	Segunda Partilha da Polónia	A Rússia dominou todo o resto da Ucrânia, enquanto a Prússia absorveu a Posnânia. Em 1794, o “Levante de Kościuszko”, uniu todas as classes sociais polonesas numa insurreição contra o Império Russo, porém, suas tropas foram suplantadas ao final do mesmo ano.
1795	Terceira Partilha da Polónia	A Polónia desaparece do mapa político da Europa até o final da Primeira Guerra Mundial.
1918	Segunda República da Polónia	A Polónia recuperou sua independência e, depois de longos 123 anos reaparece do mapa político da Europa.
1944	República Popular da Polónia	Proclamação da República Popular da Polónia.
1947	Império Soviético	Depois de um breve período de conflitos, referendos e eleições fraudadas, a Polónia se tornou um Estado Satélite do Império Soviético.
1989	Terceira República da Polónia	O governo comunista polonês foi derrubado, é recuperada a liberdade política e a Polónia estabelece a democracia.
1997 1999	Referendo da Constituição da Polónia que havia sido proclamada em 1791 Introdução de uma nova divisão político-administrativa na Polónia	A Constituição polaca é baseada na separação dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. A Polónia é dividida em 16 províncias, baseadas, essencialmente, nas regiões históricas do país.
2004	Adesão à União Europeia	Em 1º de maio de 2004 a Polónia entra na União Europeia.

Quadro 1: *Resumo cronológico dos principais fatos históricos da Polónia*

movidas na direção Oeste, de modo a levar a fronteira oriental para a linha Curzon, e a fronteira ocidental passou a ser a Linha Oder-Neisse, e é a atual fronteira entre Alemanha e Polônia. A nova Polônia emergiu 20% menor em território, e o redesenho dos limites forçou a migração de milhões de pessoas, principalmente de polacos, alemães, ucranianos e judeus. Minorias polonesas ainda estão presentes em países vizinhos, como Ucrânia, Bielorrússia e Lituânia, assim como em outros países. O número de poloneses étnicos que vivem no exterior é estimado em torno de 20 milhões, distribuídos em mais de 90 países.

Apresentados alguns fatos importantes da história da Polônia que acabaram impulsionando o movimento emigratório, podemos avançar na compreensão das questões que motivaram os poloneses a deixar o Continente Europeu em busca de melhores condições de vida e liberdade.

Crise econômica e a liberação da emigração polaca

No século XIX, a Polônia, sob o domínio dos impérios da Rússia, Prússia e Austro-Húngaro, sofria todo tipo de dificuldades provenientes da falta de independência e exploração por parte dos opressores. Sem as reformas necessárias na área rural, com grandes latifúndios e excesso de mão de obra, graves problemas sociais começaram a surgir. Os movimentos em prol da independência, que levaram ao sangrento e malsucedido “Levante de Janeiro” nos anos de 1863-1864, provocaram mais represálias e fizeram com que muitos poloneses procurassem fugir do país.

Piekas (2018) informa que o “Levante de Janeiro” foi a mais longa insurreição polonesa contra a ocupação russa. Combatentes italianos, húngaros e franceses se aliaram aos revoltosos poloneses e até mesmo religiosos entraram para a resistência, mas dois anos depois o levante sucumbiu e foi seguido de severas represálias. Centenas de revoltosos foram executados, e milhares foram condenados e enviados para a Sibéria, na Rússia, para trabalhar em regime de escravidão. Após o Levante, os impostos aumentaram, propriedades foram confiscadas,

conventos e mosteiros foram fechados. A região polaca ocupada pelo Império da Prússia também foi atingida por forte repressão.

A língua polonesa foi proibida nas escolas e na administração pública. O serviço militar tinha que ser cumprido nas forças armadas dos países ocupantes. A miséria, a fome, a falta de quaisquer esperanças de mudança na vida dos mais pobres igualmente era um fator importante na procura de uma nova “terra prometida”. E, ao final do século XIX, a crise econômica generalizada na Europa, agravada pela Guerra da Crimeia, forçou os ocupantes a liberar a emigração de poloneses.

Ao mesmo tempo em que se desenrolava a crise econômica na Europa, o Brasil procurava meios e pessoas para colonizar suas enormes áreas de terra e desenvolver no seu território uma agricultura variada e relativamente moderna. Os imigrantes poloneses, em sua maioria agricultores, trabalhadores honestos e perseverantes, encaixavam-se muito bem nas necessidades do país. Nas últimas décadas do século XIX, a tendência de emigração assumiu uma dimensão massiva na região de Opole e, embora as autoridades tentassem contê-la, inúmeras famílias decidiram emigrar. Muitos formalizaram o pedido de liberação da cidadania prussiana, justificando o pedido com a intenção de deixar a Prússia e de se estabelecer no Brasil e, depois de alguns dias, recebiam o chamado “Entlassungsschein”, que significa “passe livre” para a emigração para a América desejada. No entanto, há notícias de que muitos também emigraram ilegalmente (SIOLKOWICE, 2019).

Histórico da Silésia, região de onde os primeiros polacos emigraram para Brusque

Desde 1740 a Silésia já integrava o reino prussiano. E, em 1871, quando a Alemanha foi unificada, a Silésia se tornou parte do Império Alemão. Spisila (2019) registra que, durante o período de ocupação da Polônia, os Impérios da Rússia, Prússia e Austro-Húngaro procuraram enfraquecer a cultura polonesa, proibindo o ensino do idioma polonês e do catolicismo. As perseguições levaram ao empobrecimento e à miséria da população. Lavradores ficaram sem as suas terras, mas, como até 1945, a maior parte da Alta Silésia pertencia à Alemanha, a

região teve considerável desenvolvimento industrial, impulsionando a migração de muitas pessoas para aquela região.

Em 1918, depois de longos 123 anos, a Polônia recuperou sua independência e reapareceu no mapa político da Europa. Em 1919, como integrante do Estado Livre da Prússia, dentro da Alemanha de Weimar, a Silésia foi dividida nas províncias da Alta Silésia e Baixa Silésia. Na Alta Silésia, grande parte da população falava o idioma polonês e pertencia a religião católica romana. Na Baixa Silésia, a maior parte da população falava o idioma alemão e pertencia à religião luterana, incluindo a capital Wrocław, então conhecida como Breslau.

Apesar da recuperação da independência, as coisas ainda não estavam pacificadas na Silésia e, entre 1919 e 1921, ocorreram três revoltas silesianas. Entre 1938 a 1941, a província da Silésia foi reunificada brevemente pela Alemanha nazista, unindo as províncias da Alta Silésia e da Baixa Silésia. Em 1939, a Silésia foi ocupada pela Alemanha, e os silesianos poloneses foram massivamente mortos ou deportados. Depois da conquista da Polônia, a fronteira foi estendida para o leste quando partes da Silésia polonesa se fundiram à província. Em 1941, ainda durante a Segunda Guerra Mundial, a província da Silésia foi dividida novamente em Alta Silésia e Baixa Silésia.

Spisila (2019) informa que antes da Segunda Guerra Mundial, a Silésia era habitada por alemães, poloneses e tchecos. Em 1905, um censo mostrou que $\frac{3}{4}$ da população da Silésia era alemã e $\frac{1}{4}$ polonesa, mas durante e depois da segunda guerra, a maioria dos silesianos de língua alemã fugiu da Silésia, foram retirados, expulsos ou emigraram, embora uma minoria ainda permaneça por lá. Um grande grupo de silesianos hoje vive na Alemanha, pois uma parte ocidental menor da antiga província da Silésia situa-se nos modernos estados alemães da Saxônia e Brandemburgo. Em 1945, após a implementação da linha Oder-Neisse, resultante do Acordo de Potsdam, a maior parte da província da Silésia da Prússia tornou-se parte da Polônia, parte ficou para a República Checa e uma pequena parte para a Alemanha.

A indústria foi reconstruída após a guerra e a região que ficou para a Polônia foi repovoada pelos poloneses - a maioria expulsa das terras anexadas pela União Soviética. Nos dias atuais, mais de 20 % da população da Polônia vive na Silésia. (SPISILA, 2019).

Stare Siolkowice: a aldeia de origem dos primeiros colonizadores polacos que se instalaram no Brasil

Stare Siolkowice, região de onde emigrou o primeiro grupo de polacos para o Brasil - especificamente para Brusque -, fica na Alta Silésia, entre os rios Oder e Vístula, sudeste da Silésia, e estava sob o domínio germânico até o final da Segunda Guerra Mundial, quando voltou a pertencer à Polônia. É a aldeia mais antiga da comuna de Popielów, localizado a 20 quilômetros a noroeste de Opole. Uma das primeiras notícias sobre esta aldeia encontra-se num documento de 1223, em que ela foi mencionada entre as aldeias pertencentes ao mosteiro em Czarnowąsy e, já no final do século XIII Siolkowice era uma vila organizada, com lotes de terra claramente demarcados.

A aldeia era habitada por agricultores e, em que pese ter havido uma boa industrialização na Alta Silésia no século XIX, impulsionando a migração para aquela região, os habitantes nativos estavam envolvidos na agricultura há séculos e o trabalho agrícola era sua principal ocupação. Sufocados por estrangeiros, os polacos não vislumbravam perspectivas de dias melhores, uma vez que sua atividade econômica predominante ainda era a agricultura. Trabalhava-se como assalariado para os grandes fazendeiros locais, ou então como pequeno artesão. Assim era também com aqueles que emigraram de Stare Siolkowice para Brusque em 1869.

A emigração recebeu impulso no século XIX, principalmente devido ao desenvolvimento de meios de comunicação, da ação dos agentes de emigração e dos “incentivos estatais” dos países que queriam atrair imigrantes, como o Brasil. A magia da terra prometida gratuita atraiu milhares de pessoas e também os poloneses emigraram (SIOLKOWICE, 2019), inclusive Edmundo Sebastian Woś-Saporski que emigrou de Stare Siolkowice em 1867. Consta que, depois de Woś-Saporski, cerca de 200 pessoas o seguiram. Famílias inteiras emigraram de Stare Siolkowice, todas para o Brasil. Tal informação é consistente com o ideal colonizador de Woś-Saporski e de sua pretensão de trazer para o Brasil famílias de patrícios seus que viviam em situação pouco invejável no seu torrão natal.



Michał: a parte mais antiga de Stare Siolkowice. Fonte: staresiolkowice.pl (CULTUREAVE, 2019)

A foto mostra Michał, a parte mais antiga de Stare Siolkowice o lugar onde, nos tempos de fundação da aldeia, na Idade Média, os camponeses encontraram o solo mais fértil e se estabeleceram em fazendas, sob a lei alemã. Até o início do século XIX havia construções de madeira com paredes coronárias. Os edifícios e o layout das fazendas, preservadas até hoje, são século XIX, com traços classicistas modestos. Os terrenos têm a forma de um retângulo alongado e contornam o lado mais curto da estrada alargada. O traçado típico e regular é característico desta parte da aldeia. No fundo do terreno, na fronteira com a área agrícola do proprietário, havia um celeiro. O espaço entre o edifício residencial e o celeiro era destinado ao jardim. Casas residenciais e para a pecuária eram feitas de pedra, rebocadas com uma empena decorativa, do lado da estrada, com um telhado de duas águas e coberto de telhas. Esta parte original da aldeia, juntamente com edifícios de origem do século XIX, com disposição espacial regular e características uniformes da aldeia, tem o maior valor cultural e é um dos mais belos e valiosos

layouts espaciais da aldeia (STARE SIOLCOWICE, 2019).

*“Saudações à minha casa de família,
Lugar caro dos pais e dos meus antepassados,
Quando me aproximo dos teus limites,
Inclino minha cabeça e com respeito te homenageio “*
(Andrzej Stampka, no livro “Moje Siolkowice - Imagens do passado”)

Teresa Smolinska (2012), escreve com propriedade sobre Stare Siolkowice no artigo “A atual aldeia silesiana e a sua tradição cultural no século XIX”. Segundo ela, Stare Siolkowice surgiu numa ampla área de alagamento do rio Odra, acima do seu curso natural, formado por dunas de areia pouco fértil. A aldeia era uma das propriedades do duque de Opole, e a situação não sofreu mudança após a incorporação da Silésia à Prússia no século XVIII. O fato de a aldeia fazer parte do patrimônio do governo e a falta de herdades nos tempos feudais influenciaram a sua estrutura socioeconômica. Das fontes dos antigos materiais preservaram-se documentos do século XVI (anos 1566, 1588), contendo informações a respeito da área das propriedades, das obrigações dos camponeses diante do duque, da estrutura social da aldeia, etc.

A origem do nome da aldeia Stare Siolkowice

A primeira menção documental da aldeia encontra-se na carta de libertação emitida em 1322 a Stanek Wolny de Siolkowice. De acordo com Staresiolkowice (2019), este documento confirma o privilégio concedido pelo bispo de Wroclaw, John III (1292-1301) e pelo duque Bolek I de Tomak, Dziergowice e seus sucessores legais, quanto à isenção de aluguel de um pedaço de terra e a possibilidade de construir um moinho de água em Stare Siolkowice. De acordo com Staresiolkowice (2019), o documento é citado integralmente em uma cópia de um documento de 1588, mantido em Wroclaw até março de 1839, e preservado no arquivo da paróquia local. As informações contidas no documento permitem afirmar que, no final do século XXIII, Stare Siolkowice já existia como uma aldeia organizada em um sistema coerente, com a terra dividida

em lotes, conforme o costume local.

Conforme Smolinska (2012), o nome da aldeia é um nome patronímico, ou seja, foi formado a partir do nome ou do apelido do pai, e as pesquisas sobre as fontes toponímicas dessa localidade apresentam as seguintes formas de escrita: Scacouici (1223), Siodlkowitz (1532), Dorf Schiodlkowicz (1564), Schalkowitz (1743), Schialkowicz, Sialkowice (1845), Sielkowitz, Silkowitz (1887/88), Alt Schalkowitz (1864, 1886, 1920, 1939, 1941), Stare Siołkowice (1939). Na história mais recente, verifica-se que nos anos 1934-1938 do século XX as autoridades nazistas deram início a um processo de maciça germanização de todos os nomes de localidades na Alta Silésia e, em 10 de agosto de 1936, Stare Siołkowice teve o nome mudado novamente, então para Alt Schalkendorf.

Como antes de 1945 Stare Siołkowice fazia parte da Alemanha, seu nome histórico alemão é Alt Schalkowitz. Quando o território voltou a pertencer à Polônia, os nomes das aldeias, antes em alemão, foram alterados para a variante polonesa: Schalkowitz passou a ser denominada Stare Siołkowice. Poppelau, atualmente é chamada de Popielów, e Chroszczütz hoje é designada de Chróścice.

As causas da emigração de Stare Siołkowice

Os moradores de Stare Siołkowice trabalham na agricultura há muitos anos e o trabalho agrícola foi a ocupação principal da população local até meados do século XX. As terras eram bem férteis sobre a larga bacia do rio Odra. Os proprietários de fazendas ricas moravam no centro da vila. Quanto mais longe do leito do rio Odra, pior era a terra para o cultivo e, conseqüentemente, mais pobres e menos influentes eram os habitantes, os quais normalmente eram artesãos ou trabalhadores “sem-terra”. Segundo Staresiołkowice (2019), os artesãos realizaram trabalhos encomendados pelos moradores da aldeia ou para um mercado mais amplo. Eram principalmente sapateiros, alfaiates, carpinteiros, moleiros e ferreiros. O segundo grupo, os trabalhadores “sem-terra”, trabalhava como assalariados para fazendeiros locais, além de realizar trabalhos sazonais na floresta, pesca e caça.



Stare Siolkowice na região de Opole. Fonte: staresiolkowice.pl (CULTUREAVE, 2019)

Smolinska (2012) conta que alguns estudos destacaram a migração sazonal da coletividade local. Segundo estas pesquisas, já em meados do século XIX, tanto os artesãos domésticos, os pequenos proprietários, assim como os filhos dos camponeses ricos começaram a emigrar de Stare Siolkowice para buscar fontes de renda adicionais. As conclusões da época apontam viagens sazonais ou permanentes para “países agrícolas genuinamente alemães”. No início, a migração se deu principalmente na condição de operários agrícolas e muitos foram para as áreas da Saxônia e depois, na medida em que se desenvolvia a indústria, passaram a ir para outras áreas do Reich Alemão. À luz das conclusões então estabelecidas, as migrações econômicas sazonais para o oeste tiveram início por volta de 1870, tendo assumido um caráter maciço somente no final do século XIX. No que se refere a emigração para as Américas iniciada antes de 1891, o assunto é tratado apenas de forma genérica, mas consta que envolveu cerca de 400 famílias locais, principalmente proprietárias de minifúndios.

Smolinska (2012) também informa que a emigração para as Américas envolveu diversos grupos da aldeia. Os primeiros foram os camponeses, que emigravam em busca de melhorias materiais e inde-

pendência. Depois emigraram os donos de pequenas propriedades e os artesãos domésticos, representantes dos grupos sociais mais fortes quanto ao aspecto econômico, uma vez que o próprio custo da viagem exigia significativo investimento de recursos financeiros.

O início da emigração de famílias originárias de Stare Siolkowice para o Brasil, mais especificamente para Brusque, Santa Catarina, ocorreu em meados de 1869, fazendo de Brusque o berço da imigração polaca no Brasil, e continuou por mais algum tempo a partir de 1870. Eles seguiram os passos do seu conterrâneo, Woś-Saporski, um “Silesiano de Opole” que, para evitar o serviço no exército prussiano, deixou a aldeia em 1867 e, pouco tempo depois, a partir de 1869, cerca de 200 pessoas o seguiram. Emigraram com famílias inteiras, todas indo para o Brasil (Staresiolkowice, 2019).

De Sebastian Woś, em Stare Siolkowice, na Polônia, para Edmund Sebastian Woś-Saporski, no Brasil

Edmundo Sebastian Woś-Saporski nasceu em Stare Siolkowice no dia 19/01/1844. Filho de Szymon Woś, que pertencia à camada mais rica de agricultores, e de sua esposa Jadwiga Kamp, ele se chamava simplesmente “**Sebastian Woś**”.

Ao escrever sobre o assunto, Franciszek **Sośnik** (2019) diz que ele era um homem corajoso, que não tinha medo de enfrentar os desafios que o destino lhe impusera e que se formou na escola primária em sua cidade e depois frequentou o ginásio em Opole. Pretendia estudar na Universidade de Wroclaw, mas foi ameaçado de recrutamento para o exército prussiano, o que ele não queria. Então, secretamente, Sebastian Woś escapou da Polônia e, para cobrir seus rastros, mudou seu nome para Edmundo Sebastian Woś-Saporski (**Sośnik**, 2019).

Na Silésia, os poloneses compunham cerca de 30% da população e Woś-Saporski era um jovem que, em sua terra natal, sufocada por estrangeiros, não vislumbrava qualquer perspectiva. Aos 23 anos, resolveu tentar a vida em outras paragens e deixou a Polônia. Decidiu ir para a Inglaterra e daí para a América do Sul. Em junho de 1867,



Edmundo Sebastian Woś-Saporski. Fonte: CULTUREAVE, 2019

alcançou terras brasileiras. Woś-Saporski viajou a bordo do veleiro “Emma”, que atracou no porto de Paranaguá, no litoral do Paraná. Mas ele não desceu lá e seguiu viagem no navio, que rumava para o Uruguai. Em Montevideu, no Uruguai, ele conheceu um alemão que estava vindo para o Brasil e que o convidou para ir para Santa Catarina. Woś-Saporski aceitou o convite e foi para a Colônia Blumenau onde, por alguns meses, atuou como professor (Piekas, 2018).

O início das tratativas para a vinda dos imigrantes poloneses para o Brasil

Woś-Saporski constatou que em Santa Catarina as condições de assentamento de colonização para os emigrantes da Alemanha eram favoráveis. De acordo com Sośnik (2019), ele deve ter lembrado das duras condições de vida de seus conterrâneos em sua cidade natal, Stare Siołkowice, especialmente daqueles que pertenciam aos estratos sociais mais baixos, que muitas vezes morriam de fome no período pré-colheita. Ele então decidiu mudar o destino dos conterrâneos, trazendo-os para o Brasil.

Em Blumenau, Woś-Saporski conheceu um padre polonês, Antônio Zielinski, que trabalhava na cidade vizinha, Gaspar, que, em

1867, havia substituído o Padre Alberto Francisco Maximiliano Gattone quando este foi transferido para Brusque. Assim como Woś-Saporski, padre Zielinski também concebia ideias de colonizador e pretendia trazer para o Brasil famílias de patrícios seus que viviam em situação pouco invejável sob as bandeiras dos Impérios da Rússia, da Prússia e Austro-Húngaro, entre os quais havia sido repartida a Polônia. Padre Zielinski havia sido apresentado ao Imperador do Brasil, Dom Pedro II, e gozava da amizade do seu genro, o Conde d'Eu, conseguida graças ao Bispo do Rio de Janeiro. Diante desse fato, Woś-Saporski convenceu o amigo a tentar junto à corte uma concessão para a colonização de terrenos brasileiros por imigrantes poloneses (POLONIABRASIL, 2019).

Zielinski e Woś-Saporski foram grandes aliados no processo de imigração dos poloneses e decidiram requerer ao Ministro da Agricultura uma área de terras que eles se obrigariam a povoar com colonos poloneses. **Conforme descrito por Sośnik (2019)**, em carta datada de 4 de abril de 1869, Woś-Saporski e o padre Zielinski pediram, ao imperador Dom Pedro II, permissão para trazer colonos da Silésia. Em 11 de maio de 1869, receberam resposta positiva e foi-lhes perguntado onde desejariam receber as terras que pretendiam colonizar. Pensavam em Santa Catarina, mas quase todo o vasto território da Bacia do Itajaí já fora destinado à colônia do Dr. Blumenau, e a maior parte das terras litorâneas, como Brusque, havia sido atribuída às colônias oficiais ou concedidas a particulares. Além disso, Woś-Saporski e padre Zielinski descobriram que as terras e o clima do Paraná seriam mais adequados aos colonos poloneses do que aquelas do litoral de Santa Catarina e pediram, então, terras no Paraná.

Em cartas a familiares e parentes, Woś-Saporski encorajava seus compatriotas a sair da aldeia, descrevendo as possibilidades e os grandes benefícios da colonização no Brasil. Com base nas informações dele, muitas famílias expressaram o desejo de emigrar para buscar pão e felicidade longe de sua terra natal. Entre 1869-1870, 32 famílias, num total de aproximadamente 200 pessoas, deixaram Stare Siołkowice em duas ondas de emigração (STARE SIOLCOWICE, 2019).

Woś-Saporski informou aos siołkowianos que havia recebido permissão governamental para eles viessem para o Brasil, e as primeiras



Foto 4: Poloneses que emigraram de Stare Siolkowice para o Brasil no século XIX. Fonte:staresiolkowice.pl (CULTUREAVE, 2019)

famílias vieram no mesmo ano, 1869. Eles venderam todos os seus produtos e pertences, e compraram bilhetes de trem para Hamburgo ou para Bremen. De lá, navegaram para o Brasil, sendo que os custos associados às viagens marítimas foram pagos pelo governo brasileiro, informa **Sośnik** (2019).

Victoria - O veleiro que trouxe o primeiro grupo de imigrantes polacos

Em meados de agosto de 1869, o navio Victoria atracou no Porto de Itajaí, trazendo o primeiro grupo de imigrantes poloneses originários da aldeia de Stare Siolkowice, Alta Silésia, região ocupada pelo Império da Prússia.

O Victoria era um veleiro do tipo barca, que tinha como destino Dona Francisca (atual Joinville) e Blumenau, em Santa Catarina. O Victoria foi conduzido pelo Capitão Redlich e trazia, a bordo, 173 pessoas, sendo 97 homens e 76 mulheres. Dados oficiais indicam que, destes, 60 imigrantes ficaram na Colônia Dona Francisca, onde foram recepcionados no dia 12 de agosto. Os demais seguiram viagem para

o porto de Itajaí, com destino a Blumenau e Brusque.

Algumas notas encontradas no jornal alemão *Allgemeine Auswanderungs Zeitung* anunciaram a partida do *Victoria*, e uma única nota publicada do *Kolonie Zeitung*, de Blumenau, na edição do dia 14/8/1869, comunicou a chegada da barca ao porto de São Francisco do Sul. Não foram encontradas referências de quando o *Victoria* teria seguido viagem, nem de quando o veleiro atracou em Itajaí. Esta é uma barreira que muitos pesquisadores encontram quando se trata de desembarques ocorridos em Itajaí, devido a inexistência de um controle alfandegário ali, na época (MATHIAS, 2018).

Dados técnicos sobre a viagem do Veleiro Victória:

Embarque dos passageiros em Hamburgo: dia 10 de junho de 1869.

Partida de Hamburgo no dia 11 de junho de 1869.

Foi para o mar em: 13 de junho.

Chegada no Porto Dona Francisca no anoitecer do dia: 11 de agosto de 1869.

Tempo de viagem até o Porto de Dona Francisca (São Francisco do Sul): 58 dias.

Conforme o original da lista de passageiros do *Victória* emitida em Hamburgo, a maioria das famílias polacas que foram instaladas em Brusque declarou ser originária da aldeia de Schalkowitz – nome germanizado de Stare Siołkowice na época da emigração (as famílias *Wosch, Purkott, Kania, Prodló, Szjnowski, Gbur, Pollack e Pampuch*), a mesma aldeia de onde *Woś-Saporski* havia emigrado em 1867. *Apenas uma* se declarou originária de Poppelau (a família *Kania*), e duas de Chrosczütz (as famílias *Stempka e Otto*), todas elas localizadas na província de Opole, Alta Silésia, no sudoeste da Polônia. *Deste primeiro grupo, apenas uma* - a família *Weber* -, se declarou originária da aldeia de Neuhamer. Tal informação pode ser constatada na relação de passageiros do Veleiro *Victória*, a partir do número 81 até 156.

Relação de passageiros do Victória. Fonte: Mathias, 2018.

A instalação dos imigrantes poloneses pioneiros em Brusque

Sośnik (2019) conta que, ao chegarem em Itajaí, os imigrantes polacos foram surpreendidos com uma notícia pouco agradável: como eram colonos emigrados da Prússia, no Brasil acharam que os siołkowianos eram alemães e foram enviados pelas autoridades brasileiras para o estado de Santa Catarina, onde a colonização alemã havia sido organizada. Os siołkowianos não queriam isso, quanto mais nesse estado, com clima quase tropical, para o qual não eram absolutamente adaptados.

As autoridades do Departamento de Imigração encaminharam o grupo chegado em Itajaí com o Victória para a Colônia Imperial Príncipe Dom Pedro, vizinha da Colônia Itajahy-Brusque. Lá havia muitos lotes de terra disponíveis, pois, os ingleses e irlandeses reemigrados dos Estados Unidos que haviam sido assentados naquela área não eram muito afeitos ao trabalho no campo e haviam ido embora, liberando as terras. Em 6 de dezembro de 1869, pouco tempo depois da chegada

dos poloneses, a Colônia Príncipe Dom Pedro foi extinta e o seu território e os seus negócios foram incorporados à Diretoria da Colônia Itajahy-Brusque.

Além do primeiro grupo de polacos que aportou em Itajaí a bordo do navio Victoria, ainda em agosto de 1869 chegaram mais algumas famílias polonesas à Colônia. Segundo o historiador brusquense Kons (2019), para instalar os pioneiros poloneses no Brasil, Klitzing, Diretor da Colônia, solicitou à Província de Santa Catarina recursos da ordem de 7:894\$500. Tal assertiva é confirmada pela correspondência emitida em 31/08/1869 pelo Barão Friederich von Klitzing, e dirigida ao Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, Coronel Joaquim Xavier Neves. No documento, o Diretor submete orçamento à Tesouraria da Província “para as despesas a fazer com 94 colonos novos, de nação polacos, aqui chegados no corrente mês de agosto”.

Nº: 50. Diretoria da Colonia Itajahy Brusque,
em 31 de Agosto de 1869.

Assme. e Exma. Sr. Sr.

Tenho a honra de submeter á V. Ex.
o orçamento annexo, calculado para as
despezas a fazer com 94 colonos novos,
de nação polacos, aqui chegados no corren-
te mez de Agosto, e faço respectivamente
a V. Exa. que se digno de mandar con-
signar na Thesouraria da Provincia,
pagavel ao procurador da Colonia em
Gestao, Sr. Fernando Hackradt,
a quantia de R\$. 7:894 \$ 500, especia-
lizada no dito orçamento.

Tambem ajunto uma relação nominal
dos colonos chegados no decurso deste
Trimestre, para os 60 primeiros chegados

Parte da correspondência emitida em 31/08/1869 pelo Diretor da Colônia. Fonte: SAB/Casa de Brusque

Kons (2019) informa que os poloneses foram estabelecidos na linha intermediária de Sixteen Lots, na região do ribeirão Cedro Grande (Brusque/SC) e ribeirão do Ouro (Botuverá/SC), e que no primeiro ano da colonização polonesa na Príncipe Dom Pedro, entraram na Colônia 146 poloneses.

O batizado de Estevão Sieniovski: O marco da chegada dos poloneses em Brusque e no Brasil

Devido à inexistência, na época, de um controle alfandegário dos desembarques ocorridos em Itajaí, um registro de batismo resgatado pelo pesquisador e escritor Celso Deucher (2008), assinado pelo pároco de Brusque, Pe. Alberto Francisco Gattone, em 25 de agosto de 1869, foi utilizado oficialmente como o marco da chegada do grupo organizado de poloneses em Brusque e na América Portuguesa, dando início à saga que traria ao município o terceiro tronco étnico formador do povo brusquense.

O primeiro grupo de imigrantes etnicamente polacos chegou em Brusque em agosto de 1869 e trazia o pequeno Estevão, nascido durante a viagem. Deucher (2008) diz que, ao todo, eram 78 pessoas e, em sua maioria eram agricultores.

No dia 25 de agosto de 1869, batizei e pus os santos óleos ao inocente Estevão Sieniovski, nascido no dia 3 de julho de 1869, em o mar, filho legítimo de Thomaz Sieniovski e de Maria Kovalska, neto paterno de albano Sieniovski e Maria Bastek, neto materno de pessoas imigrantes.

O pesquisador Kons (2019), por sua vez, informa que de agosto de 1869 a setembro de 1871, seis crianças polaco-brasileiras foram batizadas pelo padre Alberto Francisco Gattone. Izabela Kokot foi a primeira polono-brasileira nascida em terras brusquenses e o batizado foi assim registrado pelo padre Gattone, no Livro dos Batizados:

Certidão de Nascimento

No dia 14 de novembro de 1869 “batizei e puz os santos óleos à inocente Izabela Kokot nascida no dia 12 de novembro de 1869 na Colônia Príncipe Dom Pedro, filha legítima de Philippe Kokot e de Izabella Gbur, neto paterno de Jacob Kokot e de Agnes Kania, neta materna de Johann Gbur e de Francisca Pampuch, serão padrinhos Thomas Sieniovski e Justina Prodlo, in fide parochi o Pe. Alberto Francisco Gattone, 14 de novembro de 1869” (in livro dos Batizados: Brusque 1869/1876 - registro número 55, página 11).

A transmigração dos imigrantes poloneses de Brusque para Curitiba

Depois de chegar ao local, os colonos recém-chegados tiveram que enfrentar condições difíceis com o estabelecimento de um assentamento nas profundezas da mata, além disso, o clima tropical intensificou sua difícil localização. Em uma situação complicada, Woś-Saporski veio em auxílio dos seus conterrâneos (STARE SIOLCOWICE, 2019).

Ao se manifestar sobre o assunto, o pesquisador José Ferreira da Silva (1998) escreveu que, entre o exercício do magistério e a ideia fixa de trazer os poloneses de Brusque para o Paraná, Woś-Saporski continuou as negociações junto ao governo daquela Província para obter a concessão de área para a colonização e também para concretizar a transferência dos colonos.

Os polacos instalados em Brusque, em queixas junto à direção da Colônia, passaram a manifestar seu desejo de mudar de Brusque para outro ponto do país, o que veio a se concretizar sob o comando de Woś-Saporski, que já estava no Paraná. Ele era agrimensor e conhecia as condições geográficas da região onde os imigrantes haviam sido assentados, em Brusque: havia pouca terra de vargem apta ao plantio ao qual os patrícios estavam habituados, e muitas montanhas cobertas com mata densa. Certamente, era uma região bem diferente daquela com a qual os poloneses estavam acostumados na Alta Silésia. Somado a isso, também havia a pressão exercida por outras correntes imigratórias, afinal, na Polônia eles já estavam sob o jugo dos prussianos. É possível que não quisessem continuar sob a administração dos alemães

também aqui no Brasil, e Brusque era uma colônia alemã.

Mesmo contra a vontade, os siołkowianos lutaram por sua sobrevivência em solo catarinense por dois anos. **Sośnik** (2019) conta que Woś-Saporski se sentia responsável pelo destino dessas pessoas.

Estando em Curitiba desde 1870, Woś-Saporski persistia no seu intento de transmigrar seus compatriotas polacos de Brusque para o Paraná. Teve contato com o Padre Agostinho Lima, vigário de Curitiba, que levou suas intenções ao Vice-Presidente do Estado, Ermelino de Leão. As demandas de Woś-Saporski tiveram êxito, pois o próprio Presidente da Província do Paraná, Venâncio de Lisboa, mostrou interesse na proposta (Piekas, 2018).

Tendo obtido áreas de terras nos arredores de Curitiba, planejava reassentar as famílias de Stare Siołkowice que estavam em Brusque, no Paraná, onde o clima é mais ameno do que em Santa Catarina. Mas não era tarefa fácil a transferência de imigrantes de uma para outra colônia e só o próprio imperador podia autorizá-la. Woś-Saporski não desistiu diante das dificuldades surgidas e foi, pessoalmente, à Corte advogar a causa dos seus patrícios de Brusque. Inicialmente, nada conseguiu. Então regressou ao Paraná, onde fundou um colégio, na atual rua 15 de novembro, no centro de Curitiba. Depois de superar entraves de toda sorte, Woś-Saporski afinal conseguiu a tão almejada transferência. O governo paranaense se prontificou a cobrir as despesas de transporte dos poloneses de Itajaí para Curitiba.

Os poloneses passaram a abandonar a Colônia. A grande debandada de poloneses precursores deu-se em *julho de 1871, transmigrando para Curitiba* (KONS, 2019), onde os poloneses de Brusque deram início ao movimento que, mais tarde, deslanchou no processo emigratório polaco para o Brasil.

Mas foi então que as coisas começaram a se complicar, conta José Ferreira da Silva (1998). Os carroções que transportaram os poloneses de Antonina até Curitiba deixaram os imigrantes à porta do Colégio de Woś-Saporski, alegando que o seu compromisso era levar os colonos até ali. Nem um metro adiante.

Woś-Saporski conseguiu alojá-los em casas particulares e em algumas chácaras nas proximidades. Mas os colonos vinham sem vintém, desprovidos de tudo. Como manter-lhes a subsistência? O governo

da Província tirava o corpo fora e ia retardando, de dia para dia, a localização dos pobres poloneses que não tinham outro recurso que se amontoar às portas do Colégio de Woś-Saporski ou vadiarem pelas ruas da capital.

A Câmara Municipal da cidade tomou sua defesa e resolveu intervir. Curitiba tinha um vasto patrimônio em terras ao redor da cidade. Improdutivo, esse patrimônio até então inaproveitado seria mais para atrasar o desenvolvimento urbano do que para o seu progresso. Resolveu, por isso, a edilidade curitibana localizar os poloneses de Brusque em Curitiba, na Colônia Pilarzinho/Mercês, onde Woś-Saporski participou da divisão e demarcação dos lotes e da sua distribuição. As primeiras cartas de foro foram passadas pela Câmara em 28 de novembro de 1871 e, nesse mesmo ano, os siołkowianos fundaram o primeiro assentamento colonial de Pilarzinho.

Iniciou-se, assim, a colonização do rocio de Curitiba com esses e mais tarde com os milhares de outros colonizadores que, pelos anos seguintes, foram chegando e abrindo uma era de extraordinário desenvolvimento para todo o estado do Paraná. E, desde então, subsequentes grupos de famílias de Stare Siołkowice e região navegaram através do oceano para construir seu futuro no Paraná.

No final do século XIX, houve uma onda de emigração da Polônia, primeiro do Reino do Congresso, depois da Galícia e de outras áreas. No total, mais de cinquenta mil pessoas emigraram. Os novos colonos se beneficiaram da ajuda e experiência de seus antecessores da Silésia, os quais Woś-Saporski continuou a ajudar, e, em gratidão a ele, começaram a chamá-lo de: “Pai da emigração polonesa para o Brasil”, afirma **Sośnik** (2019).

Muito tem sido escrito sobre Sebastian Edmund Woś-Saporski (1844 - 1934), em homenagem ao pai da emigração polonesa no Brasil (STARE SIOLCOWICE, 2019). Mas, como curiosidade, vale acrescentar que em 1924, a pedido do Cônsul polonês em Curitiba Zbigniew Miszke, o então Presidente da Segunda República da Polônia - Stanislaw Wojciechowski, homenageou Woś-Saporski com a Cruz de Cavaleiro da Ordem de Polônia Restituta (Polônia Restituta), a segunda decoração mais importante depois da Ordem Militar Virtuti e, assim, Woś-Saporski passou a ser o único cidadão

de Stare Siołkowice condecorado com esta honrosa e histórica ordem da Segunda República Polonesa, a qual lhe foi dada no exílio no Brasil.

Novo movimento migratório de poloneses: Da Brusque colonial para a Brusque da indústria têxtil

Anos mais tarde, já no final do século XIX e especialmente após a proclamação da República do Brasil, em 1889, é que Brusque vai receber novamente imigrantes poloneses. O movimento corresponde ao período entre 1890 e 1891 e que, na Polônia, ficou conhecido como a “febre migratória brasileira”.

Por aquele tempo, caiu o preço dos cereais, agricultores se endividaram e muitos venderam as suas terras. O agravamento dos problemas sociais e econômicos na região, combinado com a propaganda do governo brasileiro, disseminada principalmente pelas agências de navegação que descrevia o país como uma terra de oportunidades, impulsionou a emigração maciça de poloneses para o Brasil. Brusque também recebeu colonizadores poloneses que se dedicavam à agricultura, mas recebeu um tipo especial de imigrantes: os profissionais da indústria têxtil.

A maioria desses imigrantes vinha de importantes centros têxteis da Polônia, como Lodz, e foram eles os responsáveis pela pioneira atividade da indústria têxtil em Brusque no final do século XIX. Eles tinham formação técnica, conheciam bem o ofício têxtil, e contribuíram, de forma decisiva, para que Brusque recebesse, anos mais tarde, o título de “Berço da Fiação Catarinense”.

Desta vez, os imigrantes poloneses vieram para ficar e para ajudar a mudar a história de Brusque, terra que acolheu os pioneiros em 1869 e que acolheu novas levas de imigrantes a partir de 1889. E foram estes que, a partir da sua experiência na indústria têxtil, somada ao capital de empreendedores visionários como Carlos Renaux, fez com que a economia regional deixasse de ser calcada na agricultura para ser baseada na indústria. Uma experiência bem-sucedida. E, assim, dia após dia, ano após ano, passados 150 anos (1869 – 2019), a saga de um povo



Indústria têxtil de Carlos Renaux em Brusque. Fonte: SAB/Casa de Brusque (2019)

passou da condição de oprimido para a condição de bem-sucedido.

Oração a Nossa Senhora de Czestochowa, Rainha da Polônia

“Virgem Santíssima Mãe de Deus, amada e venerada em Vosso Glorioso Templo de Jasna Gora, onde através dos séculos foste a dispensadora de graças a Vosso povo fiel, vinde em nosso auxílio, salvai-nos, nós Vos suplicamos, como livrastes de tantos perigos os nossos antepassados, oh bendita Rainha da Polônia.

Referências

CULTUREAVE. Disponível em: <<https://www.cultureave.com/sebastian-wos-ojciec-kolonizacji-polskiej-w-brazylii/>>. Acesso em 15 de agosto de 2019.

DEUCHER. Celso. **Brusque Polonesa**. S&T Editores, 2008.

KONS, Paulo Vendelino. **Colônias que foram transmutadas em nossa Brusque**. O Município. Edição nº. 6.818, de 2 de agosto de 2019, p. 24 e 25.

MALCZEWSKI SChr. *Zdzisław*. **Os Poloneses e seus Descendentes no Brasil**: Esboço histórico e situação atual da colônia polonesa no Brasil. Polonicus: revista de reflexão Brasil-Polônia / Missão Católica Polonesa no Brasil - disponível em: <: <http://www.polonicus.com.br/site/historia.php>>. Acesso em 24 de julho de 2019.

MATHIAS, Airton. Informações concedidas a Rosemari Glatz, por e-mail, em 17 de abril de 2018.

MINICOVSKY, Cléverson Israel. **O Imigrante de Polônês**. Editora: Biblioteca24horas; 2009.

MFA. Ministry of Polosch Affairs. **Vice-presidente do Brasil visita polaco MFA**. Em 17 de setembro de 2015. Disponível em: <: HTTP://WWW.MFA.GOV.PL/EN/NEWS/BRAZIL_S_VICE_PRESIDENT_VISITS_POLISH_MFA>. Acesso em 24 de julho de 2019.

PIEKAS, Mari Ines. Notícia fornecida na palestra **Sebastião Edmundo Woś-Saporski - Pai da Imigração Polonesa no Brasil**. VII Seminário Temático do Programa História e Memória Regional 150 Anos de Imigração Polonesa no Brasil. Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. Brusque, 24 de agosto de 2018.

POLONIABRASIL. Disponível em: <: HTTP://POLONIABRASIL.ORG.BR/WP-CONTENT/UPLOADS/2019/06/PAIN%C3%89IS_EX-POSIT%C3%87%C3%83O-SAPORSKI-2019.PDF>. Acesso em 18 de agosto de 2019.

SZAREK, Jarosław. Presidente do Instituto da Memória Nacional da Polônia. Guia pela história da Polônia. Tradução Frederico Pawlowski. Centrum Poligrafii. Warsaw (Varsóvia), 2017.

SILVA, José Ferreira da. **Blumenau em Cadernos**, Tomo XXXIX, 1998.

SIOLKOWICE, **a História de**. Disponível em: <: <HTTP://STARESIO-LKOWICE.PL/HISTORIA/>>. Acesso em 17 de julho de 2019.

SMOLIŃSKA, Teresa. Artigo: **A atual aldeia silesiana e a sua tradição cultural no século XIX**. In: Polonicus: revista de reflexão Brasil-Polônia / Missão Católica Polonesa no Brasil - - Ano 3, n. 6 (jul/dez. 2012) – Curitiba/PR. Disponível em: <: <http://www.polonicus>.

com.br/arquivos/pdf-pt-2012-12-11%2021-09-22.pdf>. Acesso em 21 de julho de 2019.

SPISILA, Marcos. **Imigração e Desenvolvimento da Família Spisila**. Disponível em: <:http://www.danusia.com.br/arquivos/ATT00039.pdf.>. Acesso em 11 de agosto de 2019.

STARE SIOLCOWICE. **Famosos e Desconhecidos habitantes de Siolkowice** – Sebastian Edmund Woś-Saporski (1844 – 1934). 150 anos de emigração para o Brasil. Disponível em: <https://stare-siolkowice.pl/znani-i-nieznani-siolkowiczanie-sebastian-edmund-wos-saporski-1844-1934-150-lecie-emigracji-do-brazylii/>>. Acesso em 11/08/2019.

STARE SIOLCOWICE. **Layout dos edifícios na ul. Michał com a capela**. Disponível em: <:http://popielow.pl/342/4-uklad-zabudowy-na-ul-michala-wraz-z-kapliczka.html Acesso em 11 de agosto de 2019.

SOSNIK. **Franciszek**. Disponível em: <<https://www.cultureave.com/sebastian-wos-ojciec-kolonizacji-polskiej-w-brazylii/>>. Acesso em 15 de agosto de 2019.

O Hospício de Azambuja

*Pe. Eder Claudio Celva*¹

Panorama geral

A história de nosso hospício ainda não foi contada. O que emerge aqui é a primeira súmula composta para tal finalidade. Os Arquivos do Seminário de Azambuja guardam um livro com anotações de “dementes”, cujo cadastro começa justamente a partir de 1911, quando da inauguração da casa psiquiátrica.² É uma espécie de Livro Caixa, onde consta balancete e alguns nomes de pacientes, além do número mensal de internos. Afora este livro, muito pouco restou daquela instituição. Não temos relatórios mais concisos, detalhando origem, período, tratamento dos pacientes. Terá um suposto livro de matrícula e outro de

¹ O autor é pesquisador e escritor. Presbítero da Arquidiocese de Florianópolis. Atualmente é Vigário Paroquial do Santuário Nossa Senhora de Azambuja e Formador do Seminário Matropolitano Nossa Senhora de Lourdes, em Brusque-SC.

² Livro Caixa: Hospício de Azambuja 1911 – 1941. Arquivo Dom Jaime de Barros Câmara. Seminário de Azambuja.

atas da diretoria existido? Certamente! Devem ter servido à direção da Colônia Santana, que continuou os trabalhos realizados em Azambuja, a partir de janeiro de 1942, quando Azambuja transferiu tais serviços para a responsabilidade do Governo Estadual de Santa Catarina.

O Hospital Psiquiátrico de Azambuja foi o primeiro no gênero em Santa Catarina, nasceu em 1901, sendo uma das seções da Santa Casa de Misericórdia, quando foram acolhidos os primeiros necessitados. Logo se percebeu que acomodar doentes, asilados e mentecaptos no mesmo prédio era tarefa difícil. A realidade indicava a separação dos doentes mentais em prédio próprio para melhor atendê-los e dar o justo equilíbrio a cada instituição. A primeira providência foi fazer, na Santa Casa, uma ala privativa. Logo mais, quando mais pessoas pediam asilo, construiu-se uma pequena casa com três celas para os doentes mentais mais furiosos, em 1908.³ Esta pequena construção foi a semente que, no ano seguinte, faria o Pe. Lux iniciar uma grande estrutura predial para tratamento especializado.

Como detalhar os meandros de uma instituição tão fronteiriça como esta, que cuida de pessoa ditas “loucas”? Sempre exigiu, é claro, muito altruísmo, abnegação e fé. Que o digam as religiosas que, por anos, se dedicaram a esta missão: *“Para os pobres doentes ainda não existia uma casa para socorrê-los. Em 1901 escolheu-se uma casa de madeira, que se preparou para o tratamento desses doentes. Mas o número deles aumentou e os doentes furiosos e delirantes se achavam entre os mesmos; Onde abrigar aqueles? Então o governo deu uma verba para a construção de duas alas com as instalações apropriadas: dormitórios, refeitórios e celas individuais para os furiosos etc. O hospício então contava 40 dementes. As Irmãs precisam de nervos muito fortes, o espírito de sacrifício neste difícil mister. Com grande amor e dedicação as Irmãs tratavam os pobres dementes. O auxílio de Deus lhes estava sempre ao lado. Acontece, porém, que a provisão de fumo, destinado aos pobres dementes havia acabado. Com grande pesar, a Irmã enfermeira se dirige ao Sagrado Coração de Jesus com esta súplica: Senhor, mande fumo para os meus pobres doentes! Quem descreve a alegria, quando após um pequeno intervalo, um colono en-*

³ Relatório da gestão do Pe. Lux, quando de sua despedida em 1919, feita pelo seu confrade Pe. Carlos Keilmann. Arquivo Histórico do Seminário de Azambuja.

trega na portaria um grande rolo de fumo. Os dementes demonstravam o seu grande contentamento e as bondosas enfermeiras não estavam menos satisfeitas, vendo a oração tão depressa atendida pelo bom Pai do céu. Sempre mais se desenvolvia a obra caritativa na solitária Azambuja. Aos cuidados das Irmãs aí se achavam 30-40 enfermos, uns 20 anciãos e mais ou menos 40 dementes. Oito Irmãs com bons empregados e enfermeiras leigas se dedicavam então a estes 3 ramos de abençoada atividade”⁴.

Era impossível continuar mantendo tais serviços sem prédio próprio. Azambuja adiantou-se... O Governo do Estado precisava de algo no gênero para tratar a grande demanda surgida em outros lugares. Cômico de suas obrigações, pela lei 806, de 12 de setembro de 1908, auxiliaria na construção com a quantia de 25 contos de réis, com a condição de que Azambuja estaria obrigada a tratar 20 dementes pobres por ano, indicados pelo Governo. O capital adiantado devia ser amortizado aos poucos, ressarcido tratando pacientes encaminhados. O pagamento da verba foi realizado em parcelas; a primeira em janeiro de 1909, no valor de 4 contos de réis.⁵

Sobre a construção em si quase nada aparece, apenas sabemos que a coordenação esteve a cargo do Padre Lux como verificado na construção do hospital antigo, hoje museu de Azambuja. Não há referências claras que o indiquem, mas a planta, também deve ter sido obra do Pe. Gabriel Lux. Em inícios de 1911, o prédio estava pronto e funcionava independentemente. Raras fotografias daqueles idos mostram uma construção bem estruturada e de muito bom gosto arquitetônico. Este prédio receberia ao longo dos anos duas ampliações. A primeira por volta de 1927, quando recebeu um segundo andar nas alas laterais. A segunda, pelo ano de 1931, significando esta o aumento em ambas as extremidades, para os fundos, em direção ao barranco, formando dois pátios adjacentes, atrás do frontispício.

Nosso hospício, desde cedo, gozou de muita credibilidade pelo pioneirismo e pelos bons serviços prestados. Em 1912 encontramos outras referências sobre subvenções governamentais chegando aos três níveis:

⁴ Livro das Graças alcançadas por intercessão de Nossa Senhora de Azambuja, 1935-1962.

⁵ Livro de Contas da Capela e Santuário de Azambuja – 1891 - 1918. Arquivo Dom Jaime de Barros Câmara. Seminário de Azambuja. p.68 v.



Hospital Psiquiátrico de Azambuja foi o primeiro no gênero em Santa Catarina. Acervo: AMADJ - Arquivo do Museu Arquidiocesano Dom Joaquim

municipal, estadual e até federal.⁶ Interessava-lhes ajudar a manter tais serviços. “O Sr. Interventor visitou Azambuja em 4 de novembro de 1930, com grande acompanhamento, prometendo providências para Azambuja receber o pagamento em atraso do Hospital de Alienados. Entre os senhores da comitiva encontrava-se o Sr. Vidal Ramos, antigo Governador”.⁷

Aspectos do Cotidiano

Em Santa Catarina vinham de mais tempo os reclames para uma instituição que pudesse acolher os desvalidos mentais, ou pessoas que não podiam conviver em sociedade devido à alienação ou violência, com problemas psiquiátricos ou deficiências: física congênita ou acidental, mental, geralmente rejeitados. Sabemos que a doença mental rompe

⁶ Livro de Contas da Capela e Santuário de Azambuja – 1891 - 1918. Arquivo Dom Jaime de Barros Câmara. Seminário de Azambuja. P.122v.

⁷ Livro Histórico do Hospital. Manuscrito pelas Irmãs da Divina Providência. (1902 – 1968) Arquivo Dom Jaime de Barros Câmara. Seminário de Azambuja. P. 19.

com a realidade, dificultando a vida em ambiente social e até familiar. Aqui, pelo carisma da obra – acolher pessoas em estado deprimente – os vestígios deixados são quase inexistentes; quando muito, somente um punhado de nomes, grafados pela necessidade administrativa.

No passado havia grande preocupação com a loucura, porque não se sabia sua origem, o que poderia causar. A loucura era toda revestida de estranhezas, também tratada indevidamente, em alguns casos, como possessão de forças estranhas, vindas de fora, inclusive demoníacas: viam coisas que outros não viam, falavam e faziam coisas sem lógica e inexplicáveis. Pouco se sabia de alucinações, epilepsia, deficiências mentais, esquizofrenia, psicoses, irritabilidade, problemas nervosos, neuroses, falta de memória, transtornos bipolares, alzheimer, depressão, etc. Qualquer eventual anomalia, conjugada com a falta de tutela, era passível de internamento.⁸ Não se pode pensar que ao hospício só iam os loucos. Havia inclusive os que perambulavam, com alguma “fraqueza mental”, e ali recebiam amparo, carinho, proteção: muitos em estado desumano, sem um teto para aconchegar o adoecido corpo em um dia de frio, chuvoso ou de sol causticante. Foi então um grande albergue de desprezados, andarilhos, súcias. Abrigou também aleijados, abandonados, violentos, pessoas que necessitavam de algum controle ou vigilância.

A partir de prédio planejado, em 1911, criou-se um trabalho psiquiátrico específico. Era preciso nova aceitação por parte da Congregação das Irmãs. Contudo, não parecia prudente pedir mais este sacrifício para as Irmãs. Sabia-se que as religiosas já estavam assoberbadas, e para se continuar a trabalhar em tal função seria necessário uma abnegação maior. As superiores deixaram a ressalva: aceitariam os trabalhos no hospício se alguma Irmã se apresentasse livremente. Talvez já tivesse ela a certeza que não haveria adesão, mas... algumas deram os seus nomes e ofereceram suas vidas pelos “louquinhos”. Edifica saber que elas se ofereceram já sabendo o que as esperava. As Irmãs responsáveis pelo hospício deveriam ter nervos fortes. *“Os doentes de um hospício precisam ser tratados em tudo, lavados e, muitas vezes alimentados*

⁸ Certamente uma referência na psiquiatria mundial foi o médico Frances Philippe Pinel, nascido em 20 de abril de 1745 e falecido em 25 de outubro de 1826. Considerado o pai da psiquiatria mundial entendendo que era necessário tratamento digno e humano.

como crianças pequenas. Muitos deles gritam, se enfurecem, rasgam a roupa, tornam-se intratáveis”.⁹

Algumas fotografias nos revelam pistas. Deduz-se que os que tinham alguma deficiência, não só mental, mas também física e não eram aceitos nas famílias, aqui foram internados. Imaginemos, por exemplo hoje, o trabalho que se faz nos CAPS – Centro de Atenção Psicossocial -, nas APAE. Esse trabalho hoje tão especializado e bem organizado teve seu precursor em Azambuja. A APAE de Busque, por exemplo, é a primeira de Santa Catarina e a segunda do Brasil. Aliás, fundada por Carlos Moritz, médico que desenvolveu em Azambuja sua longa atuação, inclusive atendendo ao hospício. As muitas instituições que hoje cuidam de vulneráveis devem olhar para o velho Hospício de Azambuja e ver ali a *célula-mater* do cuidado aos mais necessitados.

O hospício era uma obra levada muito a sério. Nada era enjambrado, ou feito às escuras. Tinha inclusive um estatuto, aprovado pelas autoridades competentes. No livro de Tombo do Santuário encontramos esses estatutos. Pode ter havido outro anterior, este é de 1921. Mantinham-se as porta abertas para que as autoridades competentes fizessem visitas, para observar como eram as acomodações, o tratamento. Um médico do Rio de Janeiro veio com uma comitiva fazer uma inspeção: *“O Hospital de Alienados foi visitado por algumas horas pelo especialista Sr. Dr. Denis Ferraz e mais 5 senhores... Ferraz reconheceu os nossos trabalhos e se mostrou muito contente. Em virtude da visita, o Governo nos enviou uns dois dias depois, 3 crianças do Hospital de Joinville, e, por falta de lugar, os portadores levaram 3 homens para Joinville”*.¹⁰ Somente pelo decreto nº 24.559, de 3 de Julho de 1934, instituiu-se algo sobre a profilaxia mental, a assistência e proteção à pessoa e aos bens dos psicopatas, a fiscalização dos serviços psiquiátricos e davam-se outras providências, tomadas pelo Governo Federal.

O cotidiano é viver, não há de ser diferente, mesmo em um hospício. Recebiam o que de fato necessitavam: comida, agasalho, banho, carinho, cuidado, ocupação e atividades. Havia também o importante

⁹ Crônica de Azambuja. Irmãs da Divina Providência. Arquivo do Provincialado. Florianópolis.

¹⁰ Em 1938. Livro Histórico do Hospital. Manuscrito pelas Irmãs da Divina Providência. (1902 – 1968) Arquivo Dom Jaime de Barros Câmara. Seminário de Azambuja. P. 44.

recursos pedagógico do trabalho: “*Um empregado com um grupo de loucos começam os trabalhos no campo*”.¹¹

Grande maioria dos internos era fumante; uso do fumo nos diversos modos: masca, traga de palheiro, cachimbo, inalação, conhecido como rapé. No momento da distribuição da cota de tabaco a alegria era geral! O estoque não podia faltar, caso contrário os ânimos se exaltavam... O uso de fumo não era considerado um vício, era muito comum fumar, e no hospício além de passatempo era terapêutico.

Havia o método terapêutico para aliviar sintomas de doenças, a pressão sanguínea, que atendia pelo nome de sangria. Data tal procedimento médico de milênios e é usada ainda hoje, com o nome de flebotomia. Para os que dele nunca ouviram falar, soa um tanto invasivo, dolorido, mas indicado. “*Naquelle tempo, reinava a opinião de quem quisesse gosar de saúde, deveria submetter-se annualmente à sangria, abrindo-se-lhe a artéria com a lanceta para extrahir certa quantia de sangue*”¹² No período medieval, pelo que parece, o procedimento gozava de boa aceitação até entre “*os príncipes e fidalgos sendo um pretexto para grandes festas, pois, quando a operação era feliz, davam-se louvores a Deus e reuniam-se os amigos em festins*”.¹³ Coisas de outros tempos...

Havia, em alguns casos, sangria e quase nada de fármacos¹⁴. Havia também banhos terapêuticos, na proximidade com a natureza, ao aca-lanto de aves canoras, desde as domésticas às silvestres. Não obstante a pobreza, o hospício era um lugar de beleza. “*Desde a curva junto à estradinha, à direita, corria um muro alto de tijolos, que cercava toda área... No espaço entre o muro e as construções, havia os canteiros bem cuidados da horta e de jardins floridos. Largos passeios os separavam do edificio*”.¹⁵

O prédio denotava humanização. A parte central do primeiro piso

¹¹ Dia: 04/10/1937. Diário do Reitor Volume III (maio de 1936 a maio de 1946).

¹² Stolz Albano. **Santa Isabel da Hungria**. Bahia Typografia de São Francisco. 1918. P.42

¹³ Stolz Albano. **Santa Isabel da Hungria**. Bahia Typografia de São Francisco. 1918. P.42

¹⁴ Somente depois na Década de 60 é que nascem os psicofármacos, com tratamento extremamente medicamentoso.

¹⁵ Testemunho do ex-seminarista de Azambuja, Paulo Machado da Costa e Silva, nascido em Petrópolis, RJ, em 17 de maio de 1917. O texto foi-nos enviado por seu genro José Carlos Mayall, em 21/03/2019.

era composta por um alpendre com álares trepadeiras florais em seus contornos. Era inclusive encimado por uma sacada. As janelas – mesmo que com grades, comuns atualmente em tudo – eram grandes e possibilitavam abertura plena para o ar, para o sol, para a contemplação do mundo exterior.¹⁶ Havia dois claustros internos, resultados da própria arquitetura da construção. Amplo e atraente era o jardim frontal. Tudo arborizado e relvado, constando inclusive de um pergolado – algo chique hoje em dia – também recoberto com verde exuberante.

Recorremos novamente ao arquivo visual, às fotos. Uma mostra os homens com o Pe. Lux. Na outra, está a turma das mulheres com as Irmãs cuidadoras. Estão no jardim, denotando senso humano e atenção, é claro, sem sentimentalismos e dengos, ao modo germânico. As fotos foram batidas em agosto de 1917, pelo profissional de Brusque, Enrich Strätz.¹⁷ No livro da contabilidade constam gastos com estes serviços; são fotografias expressivas e marcantes – quase as únicas existentes dos internos - emolduradas em cartão personalizado do estúdio supracitado.

Viver em meio à natureza, podendo embevecido sentir – com tudo que se é - a paisagem circunstante, é um bom lenitivo para o cansaço existencial. Eram tempos em que as pessoas não tinham suas vidas cheias de compromissos, de cursos, atividades pedagógicas, com profissionais mil, numa cantilena sem fim de novidades e adaptações. Como vitrina cotidiana os internos do nosso hospício passavam a observar o amanho da terra nas nesgas disponíveis, quando, nesta labuta, se podia passar o dia rezando, cantando, silenciando... Todos a observar o tropel de algumas vaquinhas – sem raça definida, quando isso não importava - que eram conduzidas para pastagens mais pródigas; em Azambuja mesmo - onde pachorrentamente pastavam para depois oferecer a cada morador uma alimentação saborosa e variada com os derivados do leite. Podia-se ouvir o alarido vivaz – durante os recreios e jogos – de

¹⁶ Entrevista dona Rosália K. Bodenmüller. Seu pai era o funcionário que ajudava as Irmãs no trabalho do Hospício. Inclusive, foi depois de um banho que, na dificuldade de banhar o paciente, que veio a molhar totalmente as roupas, falecendo pouco depois de pneumonia.

¹⁷ Segundo o jornal Gazeta Brusquense, 1º de abril de 1916, do acervo da Casa de Brusque, consta que Erico Straetz – como vem grafado – abriu seu gabinete para fotografias modernas, com trabalhos executados com máxima pontualidade e a preços módicos.

dezenas de meninos vivazes que, ao lado, cultivavam grandes ideais; era o Seminário.

Os varais no jardim viravam poesia tremulante em dias ensolarados. Estes, hoje desaparecidos dos cenários residenciais, compunham simbolicamente a cena da família feliz, quando, inclusive, eram maiores. Mais: o manso regato, animais domésticos, as árvores frutíferas, as flores que tingem Azambuja desde o cimo dos morros até os canteiros planejados, os sinos, os cânticos e preces que emanam do santuário, um adjetivar sem fim de como a vida era bela em Azambuja.

Continuemos nosso itinerário de encontrar mais pistas da vida no hospício. Vasculhando documentos, ficamos impressionados com o elevado número de internos, em certos períodos, tratando – em seu apogeu – uma centena e meia deles. Um trabalho hercúleo. O hospício, como não poderia ser diferente, era um local que despertava curiosidade: *“os alunos foram visitar o hospício, alguns com receio, outros com curiosidade, todos muito admirados. Neste ano, os alunos não ouvem nem de dia, nem de noite, o barulho dos loucos, pois se acham mais distanciados que no ano passado”*.¹⁸

Do grande número de internados quanta coisa se poderia dizer! São vidas, são histórias e situações que até de imaginar fica difícil. Quanta gente por esta instituição passou? Quantos – renomados e desconhecidos - vindos de tantos quadrantes ignorados de Santa Catarina, de outros Estados ou até mesmo estrangeiros... Existe uma tendência à valorização de pessoas que deixaram algum tipo de feito notório que as identifique. Um nome, porém, a história guardou: Henrique Graf. Foi paciente por dois anos. Era alemão, nascido em 1859. Casou-se com Emmy Eugenie Graf, com quem teve duas filhas. Depois do falecimento da esposa, Graf deixou as filhas com uma tutora, nos primeiros anos do século XX, e veio ao Brasil. As filhas o seguiriam mais tarde. Era artista: de sua arte havia restado o talento. As referências às suas pinturas e desenhos são de sua fase como migrante. Seus temas são variados: retratos, sonhos, fantasias, cotidianos, cenas, lugares... indicando inclusive seu espírito itinerante. Chegaria o dia em que viria a Azambuja, necessitado de tratamento. Ficou internado no hospício, onde encontrou asilo. Não devia ser “louco” transtornado, contudo

¹⁸ Livro Diário do Reitor do Seminário. Vol. I.

apresentava um “quadro depressivo” muito sério. Parece que foi nos anos em que esteve em Azambuja que pintou algo de cunho religioso motivado pelo ambiente. Quando possível, não podia deixar de usar sua aquarela, no que era incentivado. Tal foi a seriedade do estímulo, que constam no Livro de Receitas e Despesas, em julho de 1917, despesas para seu hobby: a Direção da Casa adquiria “tintas aquarela” para Henrique Graf.¹⁹ Mais uma comprovação de humanização por parte da direção. Em Azambuja, restam ainda - apenas - três quadros. A Santa Ceia estava dependurada por muitos anos no refeitório das Irmãs, depois do Seminário.²⁰ Outra tela que recebeu suas tintas retrata com muita beleza a Sagrada Família, colocada no velho hospital. Outra: o vale de Azambuja, onde mesclou realidade e sonho.

Graf pintou muito, em todos os lugares onde esteve, porém sua obra é pouco celebrada. A brusquense Maria Luiza Renaux conservou algumas pinturas de Graf; estavam no casarão de seu bisavô, o que denota que o velho Cônsul teve com ele contato por aqui. Acredita-se que outras telas, cartões e papéis devem ter recebido suas tintas, mas desapareceram pela falta de conservação, de valorização, nos muitos anos e mudanças efetuadas, tanto prediais como pessoais. Graf ficou em Azambuja, comprovadamente, de 1917 a 1918 - depois andou por outras paragens... Solitário e sem recursos, faleceria em 1934, por ironia do destino, em outra “Casa de Loucos”, o Hospício Nacional de Alienados do Rio de Janeiro.²¹

¹⁹ Livro de Contas da Capela e Santuário de Azambuja – 1891 - 1918. Arquivo Dom Jaime de Barros Câmara. Seminário de Azambuja. P.186.

²⁰ Explica-nos Aloísio Carlos Lauth: “No passado, procurei informações sobre Graf. Citando, por exemplo, uma: Esta tela se encontrava na clausura das Irmãs da Divina Providência em Azambuja. Era uma sala nos fundos do 2º andar do Museu, abertura para o pátio dos alunos do seminário. Muito significativa para as refeições coletivas das religiosas. Irmã Limbônia não deixava tocá-la... Eu, depois escrevi artigos sobre. Fui e pesquisei sobre os rostos dos personagens retratados por Graf comparando as fotos do velho Arquivo Histórico Dom Jaime. Eu narrei uma história para um leitor desaparecido.... e acabei gostando dela. Compare o auto retrato de Graf com um dos personagens da Santa Ceia para se convencer de que é parecido. Porém, o que mais me impressiona é ver, de frente para a tela, o Cristo iluminado. A única coisa real da tela de Graf. Não tenho provas de nada do que escrevi”.

²¹ Verificar o material de Doris E. Bartorelli, no arquivo do Seminário de Azambuja, e também os artigos que ela publicou na Revista Blumenau em cadernos no número de março de 2000.

Algumas dores, outros incômodos, muitas contingências...

Não devia mesmo ser fácil lidar com as mil situações, cada qual com suas peculiaridades. “*Muitas pessoas se atemorizavam em passar por aquele prédio lóbrego*”.²² Quanta coisa a dizer... “*Devido ao mau comportamento foi despedido um empregado da Clínica de Alienados*”.²³ Aqui, presume-se ser o carcereiro cruel, que tratava muito mal os internos. Segundo a lenda, o fato ficou imortalizado na pintura da Santa Ceia que um interno – Graf - retratou na figura sombria de Judas Iscariotes: no traidor teria ele pintado o próprio carcereiro, agora mandado embora.²⁴

A dor psíquica, às vezes, pode parecer insuportável. A questão do suicídio aparece por vezes nas descrições epistolares. Em 8 de maio de 1931, o Padre Nicolau Gesing está em Azambuja para tratar da saúde. Sofre de algumas perturbações de ordem mental. Para além de toda a sua situação sofrida, é dele que se guardaram situações que mostram realidades mais extremas. Endereçou ao superior carta, falando de seu estado, descrevendo dois enforcamentos no hospício, o que abalou, de forma mais forte as cuidadoras: “*foram encontrados mortos e enforcados no quarto. Sem juízo mostraram juízo no modo de executarem o seu plano. Amarraram nas grades de ferro o lençol em forma de laço meteram dentro a cabeça e deixaram pender nele o corpo com o seu peso. A Irmã Godorica ficou aflitíssima e sem vontade para continuar neste cargo humanamente tão ingrato. Depois de ver e examinar os dois casos, guardei a mesma calma e tratei de consolar a Irmã que não tinha a mínima culpa no sucedido*”.²⁵ Outra informação do dia 8

²² BAUER, Quido Jacob. **Quando os sinos falavam ao Vale**. Blumenau: Odorizzi, 2009. P.36, 37.

²³ Livro Histórico do Hospital. Manuscrito pelas Irmãs da Divina Providência. (1902 – 1968) Arquivo Dom Jaime de Barros Câmara. Seminário de Azambuja.p.8.

²⁴ Informa-nos Aloisius Carlos Lauth, que escreveu uma crônica sobre o fato. “Quanto ao carrasco do Sanatório, havia um homem que disciplinava os doentes e era odiado por eles. Nada melhor do que representar pela figura de um traidor”. E-mail: 06/08/18.

²⁵ Carta de 8 de maio de 1931 do Pe. Gesing a Dom Joaquim. Arquivo Histórico-Eclesiástico de Santa Catarina - Florianópolis.

de março de 1934: “Enforca-se uma louca no hospício”.²⁶

Aqui não se pode medir o grau de sacrifício das religiosas e dos padres que eram os responsáveis. Avaliar as consequências de tais enforcamentos sucessivos na instituição que dirigiam, mesmo com toda vigilância e prevenção, naquele tempo em que - para além de todo drama ocasionado pelo autoextermínio, - se questionava a salvação da alma de seus protegidos suicidas! Não obstante estes exemplos de dificuldades que apenas simbolizam os muitos que foram enfrentados com boas cargas de sofrimentos, pode-se entender o quanto se deve aos religiosos que aqui trabalharam.

Hoje é tão comentada a dor psíquica sofrida por padres, religiosos e religiosas, até como os mais atingidos, valendo então, dedicar algum tempo de pesquisa sobre tais casos no passado, quando disso se evitava falar. Algumas palavras sobre o cônego Nicolau Gesing.²⁷ Foi um padre zeloso e de conduta ilibada. Haveria porém de passar por crises que ele não conseguiria superar de todo: transtornos. “*Obedecendo espontaneamente, deixa-se trancar... Chegamos hoje ao último dia da novena do Sagrado Coração de Jesus, feita por todos os devotos no santuário pela saúde do nosso estimado doente. De fato parece que ele está curado. Pois logo no dia seguinte após a novena celebra ele a santa missa com tanta devoção, como se nunca tivesse estado doente. Graças ao bom Deus pelo favor alcançado!*”²⁸

Em 22 de fevereiro de 1934: “*Pe. Nicolau está novamente perturbado, mas dá aulas.*”²⁹ Dois dias depois: “*Pe. Nicolau tão perturbado está pela falta de sono que nem pôde celebrar nem lecionar*”.³⁰

²⁶ Livro Diário do Reitor do Seminário. Vol. II. P. 116.

²⁷ Nascido em São Ludgero, no dia 24 de agosto de 1893. Foi do primeiro grupinho de meninos que, na falta de seminário em Santa Catarina, foram reunidos na casa paroquial de São Ludgero com apoio do Pároco, padre Tombrock, e com prática formativa do padre João Batista Kloecker em 1906. Quando este foi fechado, os seminaristas foram encaminhados para Pareci Novo – RS, no benemérito Seminário São José, dos Padres jesuítas, de tantos méritos, cujo início data de 1901. Foi ordenado em São Leopoldo no Seminário Provincial no dia 10 de agosto de 1919. Continuando a inspirar cuidados, veio ao Seminário para ser professor dos seminaristas, por três períodos: 1931 e 1932; 1934 e de 1936 até sua morte, em 7 de agosto de 1939.

²⁸ Livro Histórico do Hospital. Manuscrito pelas Irmãs da Divina Providência. (1902 – 1968) Arquivo Dom Jaime de Barros Câmara. Seminário de Azambuja. P.26.

²⁹ Livro Diário do Reitor do Seminário. Vol. II. P. 114.

³⁰ Livro Diário do Reitor do Seminário. Vol. II. P. 114.

*“Pe. Nicolau, que ontem fugiu para Brusque, hoje fez o mesmo para a chácara. Salta a janela e... Será preciso interná-lo no hospício?! Coitado”.*³¹ *“As tentativas de fuga do Pe. Nicolau obrigaram o Pe. Clemente a prendê-lo num quarto gradeado perto do Santuário, mas só durante a noite, pois de dia é vigiado”.*³² Dia 18 de junho de 1934: *“Sr. Arcebispo é avisado por carta e telegrama que o Pe. Nicolau está furioso, e ameaça suicidar-se. Junto a seu quarto agora dormem duas Irmãs e um empregado. Amanhã começaremos no Santuário, uma novena em seu favor”.*³³

O novo reitor, em 1936, escreveu ao arcebispo, expondo a situação do Pe. Gesing, colocando-se à disposição para acolhê-lo definitivamente em Azambuja, dizendo-lhe que em Azambuja poderá ser cuidado e ajudar nos trabalhos do Santuário. Além de prestar atendimento pastoral ao santuário, onde é Mestre de Canto, continuava, em certos períodos, a ser professor dos seminaristas, tudo isso com zelo e piedade, porém, sem constância, devido a seus acessos de “loucura”. Seus últimos anos foram marcados por muitos sofrimentos, até o passamento, em 7 de agosto de 1939. Na certidão de óbito, consta: tinha problemas renais, a nefrite, certamente pelo uso prolongado de medicamentos a que se havia submetido.³⁴

Noutra feita, um seminarista também surtou: Jucelyn Vieira Rodrigues: *“É levado à força para a casa forte, isolada, suplemento do hospício. Lá trancado, grita e bate. Pela manhã negou-se a comer, mas ficou quieto. Às 4 da tarde, recebeu do Dr. Mattioli uma sangria no braço e foi internado no hospício... Que pena vê-lo sem batina, descalço, com a camisa em desalinho, conduzido por três homens, a gritar...”*³⁵

Por aqui o drama continuava: *“Foi terrível esta noite, pois o Sr. Vieira, furioso, arreventou dois quartinhos, mordeu-se tanto que terá de cortar o polegar direito. Levado por homens para um quarto forte, dá indícios de fobia. Às 3h 15m da madrugada, exaustos os que o*

³¹ Livro Diário do Reitor do Seminário. Vol. II. P.115.

³² Livro Diário do Reitor do Seminário. Vol. II. P. 115.

³³ Livro Diário do Reitor do Seminário. Vol. II. P. 131.

³⁴ Certidão de Óbito de Inteiro Teor. Registro Civil de Pessoas Naturais - Brusque. Requisição do autor em 14/11/2018.

³⁵ Diário do Reitor do Seminário de Azambuja. Tomo II: 1933 - 1936. P.237.

guardavam, pediram ao Pe. Peters que buscasse do reitor uma solução. Este mandou dar um banho frio. Mais calmo desde então, chamou o reitor e outros padres e mostra lembrar-se dos últimos acontecimentos. Mas o estado geral ainda inspira cuidados. Havendo aranhões em pessoas que tratavam o Sr. Vieira, julgou-se bom verificar se o sangue contém micróbios de fobia. Para isso foi o Pe. Clemente a Florianópolis, levando um pouco de sangue que a custo conseguimos obter, estendendo o Sr. Vieira o braço através da portinhola”.³⁶ Os relatos são de três dias, 14, 15 e 16 de outubro de 1935. As descrições do diário continuam... O resultado do exame deu negativo: não tem fobia; foi aos poucos melhorando. “O Sr. Vieira melhorou tanto, que parece irá sarar dos nervos e do dedo. Há dias que está completamente normal”.³⁷ João Vieira, em 1 de agosto de 1939, “que a quatro anos foi para o Hospício, também quer trocar a vida de sofrimentos pela felicidade do céu. Parece que não terá muitos dias de vida”.³⁸ Em 03 de agosto, o desenlace. “João Vieira assistido pelo Pe. Reitor, Irmã Fernandina, Irmã Telésfora, entrega sua bela alma ao Criador. Morreu como um anjo. Um dia antes pedira ao Pe. Germano para voltar para o Seminário. Suas últimas palavras, poucos momentos antes de morrer foram: “Irmã parece que vou morrer.” Revestido de sua batina e com as insígnias da congregação mariana foi colocado no esquife e transportado do Hospício para o necrotério”.³⁹

Fugas! Vários eram os que fugiam. Clima angustiante até encontrar o desaparecido, por vezes achado morto. “Finalmente descobriu-se o cadáver de um louco que morreu afogado no rio, já no dia 8.”⁴⁰ Quando o cronista deu esta informação era dia 15; uma semana insepulto... Caso semelhante verificou-se com um antepassado nosso, Giuseppe Dalbosco, que em seu tempo de convalescência escapou. “O patriarca dos Dalbosco em Brusque ficou viúvo e viveria ainda duas décadas e teria um fim triste. Foi internado na Santa Casa de Azambuja, em Brusque. Algum mal físico o prostrou. Naquela instituição passou por períodos sem lucidez mental – presume-se que estava internado

³⁶ Diário do Reitor do Seminário de Azambuja. Tomo II: 1933 - 1936. P.238.

³⁷ Diário do Reitor do Seminário de Azambuja. Tomo II: 1933 - 1936. P.238.

³⁸ Diário do Reitor Volume III (maio de 1936 a maio de 1946).

³⁹ Diário do Reitor Volume III (maio de 1936 a maio de 1946).

⁴⁰ Livro Diário do Reitor do Seminário. Vol. I.

no *hospício*, numa das instituições daquele complexo. Uma noite escapou com a intenção de voltar para casa. A família foi comunicada e iniciou-se um processo de busca. A esperança era encontrá-lo vivo. Depois de dias, seu corpo foi encontrado no terreno dos Hoffmann – provavelmente onde hoje está a Chácara Edith, tendo em vista toda a propriedade, até o rio Itajaí-Mirim. O estado do cadáver era deprimente: até a cintura dentro de uma grande lagoa, iniciando estado de decomposição. Não se sabe se morreu afogado. A vizinhança correu, foi notícia. Pela certidão de óbito, o sepultamento ocorreu no cemitério de Brusque, pois era dificultoso levar o cadáver, em tal estado, com a precariedade de meios, até Lageado. Consta na certidão que o óbito se verificou em 10 de julho de 1915, com 75 anos. A bisavó paterna do autor (Pe. Eder), Arthura Pontalti Smaniotto, que era neta do nono Bepi Dalbosco, contava que, nos dias em que esteve perdido, vagava e chamava estrada afora por Maria, sua filha mais nova, na esperança de poder chegar em casa. Triste sorte: estava longe de seu berço natal, o Tirol, e do torrão brasileiro que foi sua segunda pátria: Lageado. Como não terá sofrido angustiantemente a procurar pelo aconchego do lar, consolado pela família, na desdita de ser, inclusive, sepultado distante dos seus”.⁴¹

Situações dolorosas eram também vividas nas famílias. Mesmo depois da fundação do hospício em Brusque, alguns preferiam continuar a “enjaular” os seus loucos. Ouçamos Quido Jacob Bauer: “Dois fatores tornavam a “viagem” à Guabiruba tão fascinante: a distância que a separava do centro da cidade (que antes fazíamos de carrocinha) e a passagem pela estranha cela que, à beira da estrada que bifurcava para as duas Guabirubas⁴², guardava um louco, mantido em minúsculo cativeiro pela família, na proximidade de sua própria casa. Lá, o doente mental dormia, defecava, urinava e recebia os alimentos por uma fenda na grade de ferro, que se abria para os transeuntes. Duas famílias, não sei o porquê, ao invés de optarem por encerrar seus dementes em instituições apropriadas, detinham seu alienados nesses

⁴¹ CELVA, Pe. Eder Claudio. **O Cotidiano de uma Vida. Frei Pascoal, SSP (Honório Dalbosco)** São Paulo: Paulus. 2017.p.16 e 17.

⁴² Um dos cubículos estava localizado nas imediações do atual Maimbaum, bairro Imigrantes. Quido cita dois casos, mas quantos não tiveram seus últimos dias, passados em tão tétrica situação.

*cubículos de alvenaria, à margem da rua, onde viviam como animais enjaulados, na mais abjeta condição humana, ao invés de interná-los no hospício de Azambuja [...] Se por um lado, aguçava-me a curiosidade de me aproximar, por outro, incutia-me o pavor de acercar-me daqueles entes asquerosos, sujos e mal-cheirosos, que ocupavam o apertado espaço daquela gaiola. Lá dentro vivia em estado quase selvagem, seminu ou completamente despido, o pobre psicopata [...] Jamais entendi como as autoridades condescendiam com essa prática infame de cárcere privado, em que seres humanos, mesmo privados da razão viviam na mais ignóbil das condições, inteiramente expostos aos olhos dos passantes”.*⁴³

Sobre as “jaulas” particulares, era certamente um meio que permitia à família viver em paz, sem se “livrar” do “louco”. Como certamente eram doentes dominados constantemente por violência, era uma forma de preservar a integridade da família, da sociedade. A vida é mesmo cheia de possibilidades, umas muito tristes e até aparentemente injustas, como a loucura! Eram tempos em que a tutela do Estado não chegava aos mais recônditos da vida das pessoas. Havia a mais aberta consciência de que no que era seu se podia determinar; ou seja, cada situação era resolvida na premência da necessidade com os meios à disposição.

Certas situações da vida humana, como sabemos, são deprimentes, injustas, incompreensíveis. Vai longe o tempo dos “hospícios”, com internos vitalícios. Nasce uma nova forma de assistência psiquiátrica, preconizando que os doentes devem ser tratados em períodos de curta internação, reinseridos no núcleo familiar, recebendo inclusive tratamento a domicílio, nas clínicas e nas instituições de saúde.

A Construção que não Veio

Pensou-se várias vezes em transferir do vale de Azambuja o hospício. Um padre do seminário, Antônio Kondlick, nos primeiros dias de 1931, preparou duas plantas de execução bem prática para o novo hospício. Havia ele deixado há pouco um rastro de boa coordenação na conclusão do prédio do hospital-seminário, cuja planta é de

⁴³ BAUER, Quido Jacob. **Quando os sinos falavam ao Vale**. Blumenau: Odorizzi, 2009. P.154, 155.

Pe. Lux. Em 5 de fevereiro de 1931: “*A Irmã Superiora vai a Florianópolis tratar da construção do novo Hospício, a fim de termos lugar para o Seminário ocupando a casa toda, passando o hospital para o hospício*”.⁴⁴ Duas semanas depois: “*Para atender os interesses da casa (planta para construir o hospício, indicações ao prefeito de Brusque) o Pe. Antônio omite algumas aulas*”.

Em 1929, Azambuja havia adquirido uma propriedade rural na localidade de Limeira⁴⁵. Ali seria o local ideal para a transferência. Na chácara, o hospício poderia gozar de mais privacidade, ter espaço amplo, longe de atropelos, embaraços e interferências. Porém, era preciso destacar de Azambuja muitos meios – humanos e materiais – para o novo local, privando as outras instituições de Azambuja, onde as obras eram conjugadas e as forças unidas. Tenta-se, então, área novamente em Azambuja.

Depois de alguns meses, no dia 1º de setembro de 1931, no diário do Reitor anota-se: “*A Madre Provincial e Irmã Assistente têm dificuldade em achar solução para a construção do hospício: falta de lugar conveniente, sem atrapalhar o seminário. Enfim julgam que o atual cemitério daria bom lugar para o hospício (secção masculina) e na encruzilhada dos caminhos ao pasto haveria lugar para o hospital, de flanco para cá*”.⁴⁶ Toda esta questão administrativa foi tomando o tempo do padre Kondlick, em detrimento da docência no Seminário. O Reitor reclama: “*Dificuldade em substituir o Pe. Antônio; alterações no horário; o reitor se desdobra como sempre em tais ocasiões*”.⁴⁷ Dia 13 de outubro de 1931: “*Pe. Antônio vai a Florianópolis tratar da construção do hospício*”.⁴⁸

Os trâmites caminham, todavia questões assim são sempre demoradas, exigem paciência e tino; são complexas. Era época financeira difícil para o Brasil. Depois da queda da Bolsa de Valores de Nova

⁴⁴ Diário do Reitor do Seminário de Azambuja. Tomo I.

⁴⁵ O Diário do Reitor diz que a propriedade foi adquirida em 8/3/1931. Indo a outras fontes e tirando conclusões interpretativas, o terreno deve ter sido adquirido em 1930, e, em 1931, a propriedade foi legalizada civilmente. A propriedade foi paga a prestação, por quase dois anos.

⁴⁶ Diário do Reitor do Seminário de Azambuja. Tomo I.

⁴⁷ Diário do Reitor do Seminário de Azambuja. Tomo I.

⁴⁸ Livro Diário do Reitor do Seminário. Vol. I.

Iorque em 1929, prolongou-se uma depressão econômica, gerando crise, desemprego, desmandos políticos, golpeando também - no ano seguinte - a “República Velha”. Os reflexos da crise econômica fizeram o Governo perder capacidade de investimento...

Padre Kondlick não era homem de delongas e enrolações; sem apoio efetivo, engavetou suas plantas. Nesse ínterim, seria ele inclusive transferido para a paróquia de Orleans. Tudo cessa por um tempo; da fogueira acendida ficaram brasas: com boa lufada de ar, voltaram a arder em chamas. Pedir-se-iam ao padre as plantas para continuar a debater o projeto... mas, foi aí que entrou em cena o arquiteto Simão Gramlich, alemão radicado em Blumenau, que havia montado pequeno escritório em Brusque. Gramlich queria começar a trabalhar na região. Agora estamos no finalzinho do dia 1 de novembro de 1932: *“À noite os padres muito interessados ouviram os planos arquitetônicos do Sr. Gramlich, mas o que se fará acerca do hospício ou hospital, se tal depende da autoridade diocesana?”*⁴⁹

O que foi ouvido do projetista foi discutido nas conversas entre os professores. Alguns dias passaram... Um padre a representar as instituições de Azambuja foi novamente tratar do assunto com Dom Joaquim. Vieram à baila simultaneamente dois projetos: Hospício e Hospital. Mãos à obra! Uma planta foi encomendada, primeiramente para o hospício. Pelo que indica, foi uma das primeiras plantas rascunhadas por Gramlich, em Santa Catarina. O que não se sabia é que ia custar tão caro... *“O arquiteto Gramlich veio exigir 8 contos como pagamento da grandiosa e inexecutável planta do novo hospício. A Irmã Superiora, com consentimento de S. Excia., deu 3 contos, esperando reembolsá-los quando o governo pagar os 8 contos ao Prefeito de Brusque. Sua. Excia consente na venda de um terreno do hospital. Coronel Renaux e Dr. Luiz visitam Sua. Excia por espaço de duas horas ao menos, combinando-se nesta ocasião as bases da construção do novo hospital.”*⁵⁰

Os projetos de Gramlich começavam caros no papel! Mesmo podendo simplificá-los e possibilitando a construção em partes, tinha-se que vender um terreno para pagar a planta, que era – para Azambuja -

⁴⁹ Livro Diário do Reitor do Seminário. Vol. I.

⁵⁰ Diário do Reitor do Seminário de Azambuja. Tomo I I: 1933- 1936. P. 95

inexequível! Continuam na berlinda o Hospício e o Hospital; transferir um para construir, no seu lugar, o outro; mas Azambuja não podia, de forma alguma, arcar com duas grandes construções. Só a planta do novo hospício foi um susto... Continua o Reitor: *“Visita do Prefeito Municipal, que pede as plantas antigas do hospício, pois o Sr. Arcebispo entrou em contato com o Governo Estadual para a edificação do hospício, na chácara do hospital”*.⁵¹ Mas isto deu em nada. Adiantando a questão: não financiou nem um, nem outro!

Mesmo assim, trabalhou-se na possibilidade da obtenção de recursos; havia esperança. Ano de 1934: *“Várias notícias inesperadas e acabrunhadoras nos vieram: prejuízos no pagamento de planta inútil para o Hospício, diminuição das entradas devido à negação de subvenção, etc, etc”*...⁵² Sem dinheiro, resolveu-se assim: a questão do hospício permaneceria como estava, até porque a construção era ampla, planejada, funcional... Achou-se também um lugar - inesperado - para o novo hospital: defronte do santuário - onde está atualmente. As atenções imediatas foram voltadas para o hospital, pois precisava-se terminar a sua simbiose com o Seminário.

Depois da construção do hospital (1936), com calma, pensar-se-ia na construção do hospício. Mas novos rumos foram se abrindo... As estatísticas de 1939 começam revelando que eram 130 os internos. Eram muitos, mais pediam ingresso, e não se podia aceitar superlotação.

Neste tempo é que o Governo Estadual começava a dar início à política de reunir, em grandes instituições, pessoas excluídas, sem guarida, ou que na sociedade causavam “problemas”. Várias foram as instituições criadas nesse sentido em Santa Catarina, citemos algumas: O Hospital Nereu Ramos, para tuberculosos; Hospital Santa Teresa, para os hansenianos; a Penitenciária, para infratores; o Asilo, para Menores, a Colônia Santana para os “loucos”.⁵³ Não mais se falou da construção do novo hospício, pois estaria com os dias contados em Azambuja.

De fato, em 10 de janeiro de 1942 os doentes são transferidos para a Colônia Santana, em São José – SC. Aqui é preciso considerar que,

⁵¹ Diário do Reitor do Seminário de Azambuja. Tomo I: 1933- 1936. P. 86

⁵² Livro Histórico do Hospital. Manuscrito pelas Irmãs da Divina Providência. (1902 – 1968) Arquivo Dom Jaime de Barros Câmara. Seminário de Azambuja. P. 25.

⁵³ Este hospital existe até hoje, com suas finalidades redimensionadas pelos novos tempos, atualmente Instituto Psiquiátrico de Santa Catarina.



Alguns internos do Hospício de Azambuja possivelmente na década de 1910, acompanhados pelo padre Gabriel Lux, administrador da instituição. Acervo: AMADJ

neste limiar de nova década, a casa estava totalmente cheia. Eram de 150 a 160 doentes tratados, a serem transferidos em caminhões de carga.⁵⁴ Para um respaldo prático, verificando as balizas da segurança de que tal instituição fosse dar certo, tendo em vista o que se desenvolvia em Azambuja, o Governo entregou a administração de todos os trabalhos à Congregação das Irmãs da Divina Providência. Lá também elas foram as pioneiras, dando, até mesmo antes da transferência, um toque especial: o hospício não podia parecer um cadeiaão!

No hospício, as últimas Irmãs que atuavam foram as seguintes: Fernandina, Custódia, Telésfora e Francelina. O hospício de Azambuja deixava as mais consoladoras, sensíveis e sofridas lembranças. Compuseram igualmente o primeiro quadro de internos do Colônia Santana os internos do Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider, de Joinville, fundado naquela cidade em 1923. Encerra-se um grande capítulo da história de Brusque, em Azambuja; num trabalho gigantesco realizado com muita abnegação, fé e religião.

⁵⁴ Crônica de Azambuja. Irmãs da Divina Providência. Arquivo do Provincialado. Florianópolis.

A revolta dos colonos de Nova Trento e o martírio de Leopoldo Adami

Saulo Adami¹

Província de Santa Catarina, 1875. As colônias estavam distantes umas das outras, isoladas de tudo, como *pequenas aldeias em formação* e embriões de municípios do maior país da América do Sul. Foi em 1834 que o capitão de milícias João Amorim Pereira, “com seus familiares e escravaria, se estabeleceu na margem esquerda do rio Tijucas-grande, pouco abaixo da confluência do rio do Braço, e ali ergueu uma ermida a São João Batista”, afirmou Walter Fernando Piazza. Pela lei nº 90, de 19 de abril de 1838, o presidente da Província de Santa Catarina, João Carlos Pardal, criou a freguesia de São João Batista, “em cuja área se incluíram as terras do atual município de Nova Trento”.²

¹ O autor é jornalista, pesquisador e escritor.

² PIAZZA, Walter Fernando. *Nova Trento*. Florianópolis: Edição do Autor, 1950.

“No distrito da freguesia de São João Batista havia sido, em agosto de 1835, fundada pelo genovês Carlos Demaria e pelo francês Dr. Henrique Ambauer Schutel, a colônia Nova Itália que teve em Luc Montardon Boiteux seu primeiro administrador e que mais tarde foi transformada em Colônia do Príncipe Imperial Dom Afonso pelo presidente da Província, Antero José Ferreira de Brito”, complementou Piazza. “Estava, assim, devassado quase que totalmente o território do vale do Rio Tijucas, faltando unicamente a parte do território neotrentino”. Segundo o autor, a primeira concessão efetuada pelo governo imperial em Nova Trento se deu em 1835: o inglês Christóvão Bonsfield requereu uma sesmaria no ribeirão do Alferes, “braço do rio Tijucas-grande”, e ali instalou um engenho de serrar madeira e uma colônia de agricultores.

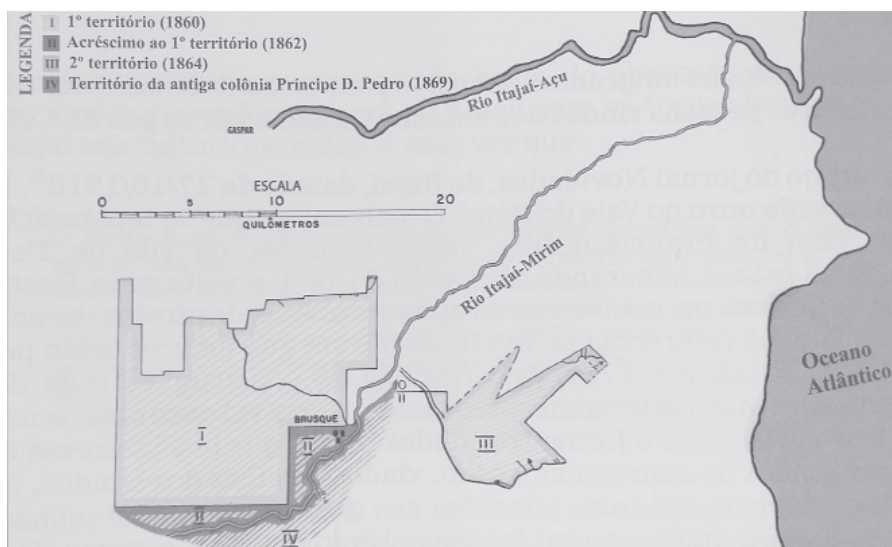
Em 1838, Bonsfield e a maioria de seus colaboradores abandonaram as terras. Ficaram na região os *anglo-yankees* Aaron Bocker, Charles Kerig ou King, Joseph Tocker ou Tucker, Anderson e Krocker, “que se arraigaram à terra catarinense, e aqui deixaram descendência”, destacou Piazza. Para Lucas Alexandre Boiteux, Charles King era “um tipo rude e anguloso de saxão rubicundo”, em torno dos 70 anos, cujas propriedades passaram mais tarde a Pedro Köhn (Cunha), que por sua vez as vendeu ao governo da província, quando da implantação da Colônia Nova Trento.

“O destino desta colônia se cruzou desde o início, no momento de seu surgimento ocorrido juridicamente com o Aviso Imperial de 18 de novembro de 1859 e efetivamente com a entrada dos primeiros imigrantes alemães em 1860, com a cultura e a sociedade italiana”, destacou Renzo Maria Grosselli.³ “Era uma das colônias do Brasil que mais gente etnicamente italiana recebera em sua transtornada existência e uma daquelas em que mais tiveram de sofrer esses colonos”.

Com área de 15 léguas quadradas e 724 lotes distribuídos, a colônia Itajaí – Príncipe Dom Pedro contava com 4.568 habitantes. “O preço por braça quadrada era de 3 réis, preço que se vinha conservando desde a fundação da colônia”, afirmou Ayres Gevaerd.⁴ “Os títulos de

³ GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou morrer: Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Florianópolis: UFSC, 1987.

⁴ GEVAERD, Ayres. 1875 – *Os primeiros anos da colonização italiana nas colônias Itajahy – Brusque e Príncipe Dom Pedro*. In: *Blumenau em Cadernos*, agosto de 1975.



Mapa do território da Colônia Itajaí – Príncipe Dom Pedro, incluindo a área do atual município de Nova Trento, Santa Catarina, na segunda metade do século XIX. Acervo: Saulo Adami

propriedade eram impressos em português, alemão e italiano. Muitos foram os colonos que não puderam satisfazer o pagamento total dos lotes. Há uma extensa lista de italianos e franceses, que não haviam concluído o pagamento, alegando não terem condições”. A intensificação do seu povoamento ocorreu a partir de 1875. A direção da colônia Brusque apelava para que “não lhe mandasse mais imigrantes, pois não havia mais terras demarcadas onde localizá-los, os navios continuavam a desembarcar em Itajaí e Desterro levam e levam colonos, principalmente italianos, franceses, sardos e austríacos, em virtude de um contrato feito pelo Governo Imperial com a firma Caetano Pinto”.

O distrito de Nova Trento estava localizado, segundo Jonas Cadorin, numa região “composta de muitos vales banhados por riacho batizados pelos colonos que iam se instalando. A vegetação era exuberante, a fauna diversificada compunha-se de animais de pequeno porte e aves dos mais variados tipos e tamanhos, clima quente e chuvoso”. Uma péssima localização, segundo Henrique Carlos Boiteux, *considerando no seu redor existiam terrenos mais apropriados*.

A estas terras, chegaram em maio de 1875 as primeiras 20 famílias oriundas de Valsugana, no Alto Vale do Brenta, no Trentino, e de Mon-

za, província de Milão, via porto de Itajaí e de lá para Brusque, onde se estabeleceram a 16 quilômetros da atual cidade de Nova Trento, segundo Walter Fernando Piazza. Para este autor, da linha Pomerânia “(dentro do atual município de Brusque) até a linha Tirol foi aberta uma picada e nos lotes marginais foram se estabelecendo José Martinelli, Josué Fontanelli, Paulo Dalsasso, Oswaldo Montibeller, Domingos Casagrande, Batista Scalvin, José Michei, Batista Eccel, Felice Postai, Edoardo Dalmano, João Montibeller, Andre Valcanaia, Eduardo Montibeller, José Felizetti, Domingos Bernardi e Antonio Bottele e suas respectivas famílias”.

Renzo Maria Grosselli lamentou o fato de que muitos documentos referentes às colônias Itajaí e Príncipe Dom Pedro “estão ainda hoje tentando retornar a seu depósito natural, o arquivo, outros foram destruídos”. Em 1875, segundo Grosselli, a colônia viveu *um final de ano de crise com barracões transbordando*, a disenteria matou dezenas de imigrantes: “Os primeiros trentinos, os de Roncigno entre estes, viveram um Natal trágico na floresta: outros, quem sabe talvez melhor, nos barracões”.

As primeiras denominações do distrito de Nova Trento foram Tijucas (segundo Renzo Maria Grosselli) e Alferes (segundo Walter Fernando Piazza), este último uma referência ao soldado Antônio de Freitas Noronha, encarregado pelo governo da Capitania de Santa Catarina a explorar o rio Tijucas Grandes, em 1788. Afluente do Rio do Braço, o Alferes foi assim chamado porque este militar e seus subordinados acamparam em suas margens.

O engenheiro João de Carvalho Borges Júnior assumiu em 1º de dezembro de 1877 a direção das colônias Itajaí – Príncipe Dom Pedro, em substituição a Olímpio Adolfo de Sousa Pitanga. “Aliás, não temos conhecimento do documento da sua nomeação”, destacou Oswaldo Rodrigues Cabral.⁵ Carvalho Borges não se dizia diretor, mas “engenheiro chefe de uma comissão de medição e estabelecimento de imigrantes, no ofício em que participou, ao presidente da Província, a sua posse”.

“Longe estavam os tempos do velho barão de Schneeberg, sem dúvida alguma, a quem a Providência, na sua infinita sabedoria, tirara a

⁵ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Brusque: Subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império*. Brusque: Sociedade Amigos de Brusque, 1958.



Segundo Renzo Grosselli, enquanto as mulheres e crianças esperavam nos barracões de recebimento, “os homens se dirigiam à floresta para medir os lotes e iniciar o desmatamento”. Acervo: Saulo Adami

visão para que não visse o que se passaria na sua colônia, e até mesmo a vida, para que nem mesmo pudesse saber os fatos que sucederiam...”, escreveu Cabral. “Os acontecimentos verificados em Brusque no mês de novembro de 1877, precipitaram a saída de Pitanga da direção da Colônia, saída que se constituíra ponto de honra para os conservadores de Santa Catarina, que não compreendiam pudesse um liberal estar exercendo um cargo de confiança do governo, em detrimento de um correligionário”. Os partidos Conservador e Liberal dividiam a cena política provincial.

“O Governo precisava, no Parlamento, do voto dos dois deputados catarinenses, conservadores ambos – e não poderia deixar de atendê-los, e dar motivo a mágoas numa hora daquelas...”, prosseguiu Cabral. “Assim, foi decidido o afastamento de Olímpio Pitanga e, para amenizar a dispensa, foi-lhe oferecida a Inspeção de Colônias no Espírito Santo, trazendo-se de lá para Santa Catarina Carvalho Borges, pertence às fileiras do Partido Conservador. E foi aí que a situação vi-

ria a piorar de maneira extraordinária, trazendo para Brusque os dias mais conturbados de sua vida”. Isso porque “nem bem se completara o primeiro mês da sua posse, ruía por terra o ministério conservador que o colocara, subindo ao governo o Gabinete Sinambú, com os seus liberais intransigentes – e tornou-se o bode expiatório de tudo o que os conservadores haviam feito a Pitanga. Os liberais de Santa Catarina vingaram-se no diretor da colônia Brusque das intrigas políticas que haviam os conservadores envolvido o Pitanga... Ainda que amparado por um presidente de Província liberal, como seria o presidente Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, não pode evitar que a oposição, tornada governo em Santa Catarina e no país, e que passaria a ocupar as cadeiras do Parlamento como as da Assembleia Provincial, lhe fizesse a mais tremenda guerra e opusesse a mais severas crítica à sua administração”.

Assumi uma colônia habitada por imigrantes angustiados. “Reconheço o estado melindroso em que se acham os estabelecimentos confiados à minha direção, mas não o considero com sintomas de fazer-me recuar dos planos que tenho em vista para restabelecer a ordem e moralidade tão menosprezadas e realizar as economias recomendadas pelo Governo Imperial”, escreveu ele ao presidente da Província. No dia 4, começou, segundo informou sua correspondência, a “percorrer os diversos distritos coloniais, no intuito de inspecionar pessoalmente os trabalhos em construção e os serviços feitos pelos colonos italianos em seus respectivos lotes”.

A distribuição dos italianos nas linhas coloniais, no território das duas colônias, foi a seguinte, segundo crônica de Ayres Gevaerd: “No vale do rio Tijucas: Nova Trento; no vale do Itajaí-Mirim: Porto Franco (Botuverá), Limeira, Nova Itália, Poço Fundo, Ponta Russa, Lageado e Peterstrasse. Não é possível precisar o número exato de italianos entrados nas citadas linhas, pela carência de documentos esclarecedores. Os próprios números 200 – 300 ou 400 anunciados e expressamente recomendados, nunca foram exatos.”⁶

⁶ GEVAERD, Ayres. 1875 – *Os primeiros anos da colonização italiana nas colônias Itajahy – Brusque e Príncipe Dom Pedro*. In: *Blumenau em Cadernos*, agosto de 1975.

A revolta dos colonos

Em janeiro de 1878, a Província “intimou os diretores das colônias de suspender totalmente os pagamentos aos colonos”, destacou Grosselli. “Não somente se distribuía mais trabalhos nas estradas ou os poucos estritamente necessários, mas não se honrava os débitos contraídos com quem nos meses precedentes tinha trabalhado neste serviço. Acontecera que o governo do Rio (de Janeiro) tinha reduzido a um terço os financiamentos das colônias de Santa Catarina, como o ano financeira não coincidia com o ano civil, mas ia de junho a julho, os governantes de Santa Catarina deram-se conta que haviam dispensado tudo o que tinha sido previsto para aquele exercício”.

As famílias, que já não conseguiam se manter com o trabalho na agricultura, deixaram de receber a contribuição diária de 1\$000. Em 4 de abril, o presidente da Província de Santa Catarina, José Bento de Araujo, encaminhou telegrama circular a Carvalho Borges: “O Tesouro não pode acorrer às despesas que estão fazendo nesta Província com a colonização; o crédito está esgotado e a Presidência não abrirá outros sem prévia autorização do governo. Determino-lhe, portanto, que faça cessar os serviços concedidos aos colonos que tenham mais de seis meses na colônia, certo de que o excesso da respectiva despesa correrá sob sua responsabilidade”.

“A primeira rebeldia dos colonos deu-se a 7 de fevereiro de 1878”, narrou Piazza, citando informações de Henrique Carlos Boiteux. “Daí por diante, os movimentos rebeldes não cessaram”. Dia 8 de abril, durante visita do diretor da Colônia Itajaí – Príncipe Dom Pedro, João de Carvalho Borges Júnior à Casa da Direção, “os colonos a atacaram, arrombando a porta e disparando tiros de espingarda”, e por pouco o diretor não foi alvejado. “O governo provincial remeteu para Nova Trento, incontinente, uma companhia sob o comando do capitão Cândido Alfredo de Amorim Caldas”. O juiz de Direito de Itajaí instaurou inquérito contra os *estrangeiros de má índole e péssimos costumes*, como relatou Joaquim da Silva Ramalho à presidência da Província em 7 de maio. “O governo provincial por questões de política partidária deixava que a verdadeira causa – a direção da colônia – continuasse como d’antes”, analisou Piazza. “E, outro episódio, marcou com sangue

os primeiros e agitados momentos da terra neotrentina”.

“Alguns líderes foram presos, porquanto um grupo de mulheres italianas perorou a causa dos próprios maridos na prisão”, relatou Grosselli. O dinheiro para o pagamento dos colonos só seguiu para Nova Trento, dia 11. Carvalho Borges “não mandou durante o mês de maio dar trabalho aos colonos, na abertura de estradas e picadões, ou seja, garantir-lhes a subsistência enquanto as lavouras não produzissem o suficiente para a sua manutenção e dos seus dependentes”. Teve de fugir “e, para regressar, teve de valer-se da companhia de Joaquim de Sousa Lobo, que procurou acalmar a multidão”, narrou Cabral. A ordem só foi completamente restabelecida em 23 de maio, mas daí em diante Carvalho Borges não deu mais trabalhos públicos aos colonos. “Isto significava, sem dúvida, reduzir muitos deles à mais completa miséria”, lamentou Cabral.

Uma nova sublevação teve início em 26 de junho. “Era a festa de São Virgílio, padroeiro de Trento e de Nova Trento”, escreveu Grosselli. “Grupos de colonos armados de bastões e pedras saíram à rua para reclamar justiça. No dia 2 de julho, dois soldados, por pouco não foram agredidos; no dia 3 de julho, houve choque entre as forças de ordem e um grupo de colonos. Um colono (de quem não sabemos o nome) foi morto e outros dois foram feridos. Na força policial, três foram feridos, dos quais um gravemente. Mais soldados foram enviados, alguns colonos foram expulsos da colônia, alguns outros provavelmente foram postos na prisão. Segundo os jornais conservadores, a revolta tinha eclodido concomitantemente com uma visita à colônia do ex-diretor, o liberal Pitanga este procurava documentos para defender-se da acusação de desvio de dinheiro público, os jornais levantaram a hipótese de que tivesse sido ele a insuflar os colonos”.

“A 2 de julho tentaram espancar duas praças do destacamento local. A 3, houve conflito entre os colonos e a força pública e do qual resultou a morte de um colono e dois ficaram feridos e, também, foram feridas três praças, sendo uma gravemente”, conforme publicou *A Regeneração*, em 7 de julho. A presidência da Província encaminhou o chefe de polícia Augusto Lobo de Moura e 50 praças do 17º Batalhão de Infantaria sob o comando de um capitão e dois subalternos, pela canhoneira Braconnot, via porto de Itajaí.

“Os acontecimentos de 1878 foram importantes para que os imigrantes fossem levados mais a sério, ficou bem claro às autoridades que não estavam lidando com pessoas ingênuas, tímidas e submissas”, analisou Jonas Cadorin. “O núcleo passou a ter um destacamento policial permanente para assegurar a ordem. Certamente as festas e momentos de reunião passaram a ser policiados para evitar que um novo movimento se originasse. É lamentável que não existam documentos que expressem a opinião dos colonos a respeito dos eventos que ocorreram, nem mesmo a forma como se organizaram para reivindicar”.

O liberal Lourenço Cavalcanti de Albuquerque assumiu a presidência da Província, e em junho visitou Nova Trento. “Os tirolese se distinguem entre todos por seu hábito de trabalho”, discursou o novo presidente, dando início ao que Renzo Maria Grosselli classificou de “célere processo de revisão do julgamento injusto que nos primeiros anos se tinha feito com relação a esta gente, generalizando algumas situações particulares em sobretudo, cobrindo com esta cortina de fumaça as gravíssimas falhas da administração”.

“Em geral, não há estradas feitas e muitos não poderão seguir para os seus lotes”, telegrafou o agrimensor Pedro Luiz Taulois ao presidente da Província, em 1 de outubro. “Não se lhes dando mais trabalhos, ou morrerão de fome ou abandonarão a colônia. Na Colônia, a minha vida correrá perigo, bem como a dos mais empregados”. Em novembro, a Corte tomou conhecimento do que estava acontecendo em Brusque. “Em 1878, como em 1879, a Assembleia Legislativa Provincial não funcionou, por mais incrível que pareça”, grifou Cabral. “A Assembleia estava dividida entre liberais e conservadores, tendo estes uma insignificante maioria. Ora, tendo sido derrubada a situação conservadora, essa? pequena maioria bastou, ausentando-se da Assembleia para que ela não pudesse funcionar, por falta de número, manobra pela qual os decaídos do poder evitavam cooperar com o presidente da Província, delegado de um gabinete de cor política diversa da maioria dos deputados, negando-lhe os meios e as medidas legislativas para administrar a Província”.

Há no livro de Correspondências do Presidente da Província ao Ministro da Agricultura (1879) um ofício que atacou o comportamento dos imigrantes do distrito. “Os colonos italianos, em geral de péssima

índole, e introduzidos em grandes levadas, sem haverem lotes preparados para recebe-los, foram acolhidos nos barracões e sustentados por seis, oito, dez, doze e mais meses à custa do Estado, o que os tornou ainda mais indolentes do que eram”, escreveu o presidente, que fez questão de separar no seu documento os tirolezes dos italianos e estes dos alemães. “Os tirolezes e alemães ficarão, e com eles prosperará a agricultura, que a seu turno lhes retribuirá o trabalho, fornecendo-lhes meio de viverem com abundância e independência”.

Padre Alberto Francisco Maximiliano Gattone, *o mandachuva da paróquia* da Freguesia de São Luís Gonzaga (Brusque), à qual o Distrito de Nova Trento era subordinado, argumentou que uma das causas da sublevação dos colonos fora *a falta de assistência religiosa e de sacerdotes*, sem os quais *tudo falta*. Atuavam no distrito apenas dois padres: Archangelo Ganarini e João Maria Cybeu.

Leopoldo Adami versus von Holleben

Personagem desta história, meu trisavô Leopoldo Adami, filho de Nicoló e Lucia Adami, nasceu no Trentino Alto Adige, em Trento, Itália, em 10 de março de 1838. Casou com Lucia Amalia Panizza em Calliano de Trento, em 16 de setembro de 1871. Tiveram quatro filhos, os três primeiros nascidos em Calliano de Trento – Domenico⁷, em 5 de fevereiro de 1873; Giovanni Augusto, em 6 de agosto de 1875; Luigi, em 16 de outubro de 1877. O quarto, Francisco, nasceu em Nova Trento, por volta de 1882.

Ao chegar ao distrito de Nova Trento, a família Adami ocupou o lote nº 16 na Linha Besenello. Esta linha contava com 40 lotes, foram

⁷ Domenico Adami, meu bisavô, casou duas vezes: em 2 de maio de 1896, com Emma Mazzolla, com quem teve os filhos Leopoldo, Luiz Domingos, Carolina, Julia, Verônica e Dosolina; e em 22 de fevereiro de 1919, após a morte de Emma Mazzolla, casou com Emília Battisti, com quem teve os filhos Etelvina, Nair, Maria, José, Lindaura, Íria e Jaime. Domenico e sua família foram morar no Moura, Canelinha, onde ele morreu em 9 de outubro de 1942, aos 75 anos; Emília Battisti morreu em 10 de dezembro de 1953, aos 58 anos. Filho de Domenico, meu avô Luís Domingos Adami nasceu em Nova Trento em 11 de maio de 1903, e casou com Maria da Silva, a Cota, com quem teve os filhos Ema, Ari, Antônio, Crescêncio, Valmor, Luís Avani (meu pai, nascido em 11 de novembro de 1939), Elias, Bento Alberto, Odete, Marlene e Izaldo Luiz.

ocupantes pioneiros as famílias de Giovanni Battista Raiser, Silvestro Martini, Giuseppe Zandonai, Barbara Tomasi, Domenico Zandonai, Domenico Tomazoni, Giuseppe Plotegher, Antonio Trombelli, Bortolo Comper, Pasquale Segalla, Giuseppe Muraro, Giovanni Battista Smaniotto, Luigi Panizza, Luigi Grott, Antonio Calmesin (ou Calmesini), Giuseppe Sgrott, Pietro Piva, Pietro Demonte, Carlo Grott, Luigi Orsi (pai), Constante Feller, Cristoforo Gezzele, Francesco Sgrott, Domenico Valle, Leopoldo Adami, Achille Ceccato, Giovanni Soini (ou Suini), Giuseppe Battisti, Pietro Monasterollo, Giuseppe Dalri, Giovanni Paoli, Isacco Battisti (filho), Beniamino Battisti, Maoel Ignacio Gomez, Giovanni Battisti Archer, Matteo Dellagnolo, Michele Masotto, J. Coelho de Ávila, Pietro Lolata, Ignazio Bellini (ou Bellin), Giovanni Crepatz e Giovanni Dellagnolo.

Era inspetor do distrito Ludwig Heinrich von Holleben ou Luiz Henrique Barão de Holleben, nascido em Rudolstadt, Alemanha, em 5 de dezembro de 1832, quinto filho de Karl Ludwig Friedrich Bernhard von Holleben. Por não ser o primogênito, não herdou o sobrenome *von Holleben genannt von Norman*.⁸ Cursou ciências militares na Escola Militar de Leipzig (1851), foi segundo-tenente do Exército Prussiano (1852-1854) no Regimento de Infantaria nº 29 em Trier, Alemanha, e lutou como oficial do Exército Britânico na Guerra da Crimeia (1855).

Chegou a Curitiba na segunda metade da década de 1850. Foi engenheiro de Obras Públicas da Província do Paraná (1861-1868), projetou e construiu a primeira estrada entre Curitiba e a colônia Dona Francisca, atual Joinville. Sua propriedade no Alto da Glória incluía as áreas dos atuais Palacete da Família Leão, Colégio Estadual do Paraná, Passeio Público e Círculo Militar do Paraná e adjacências, no Bairro Alto da Glória, em Curitiba.

“As regiões *alemãs* na Europa estavam saindo praticamente de uma situação política e social herdada da Idade Média e das guerras de religião do início da Era Moderna”, analisaram Sergio Odilon Nadalin e Alain Bideau. “Em consequência, os imigrantes de origem germânica que partiram antes da chamada Revolução Industrial na Alemanha, traziam ainda consigo práticas medievais fundadas nas corporações

⁸ HOLLEBEN, Aldebaran Luiz von. *Família von Holleben: Registros históricos*. Joinville: Clube de Autores, 2012.

de ofícios. Comerciantes e artesãos, desenvolveram desde a década de 1860 atividades secundárias e de serviços em Curitiba.”⁹

No distrito de Nova Trento, von Holleben era auxiliado por dois agrimensores: o norte-americano Edward Dorr e o brasileiro Thomaz de Figueiredo. Em 12 de outubro de 1878, Leopoldo Adami e von Holleben foram os personagens centrais de um episódio que resultou em processo contra o administrador de Nova Trento e seus pupilos – exonerados de seus cargos – e que se arrastou até 1880.

Chefe da Secretaria de Polícia de Santa Catarina, sargento Augusto Lobo de Moura foi acionado e relatou o ocorrido em boletim de 16 de outubro de 1878. Constatou que Leopoldo Adami sofrera “castigos horríveis, a ponto de ser amarrado de pés e mãos a um esteio da casa que serve de depósito de materiais na mesma colônia, em cuja posição foi conservado suspenso, sem poder tocar os pés no chão, desde as 5 horas da tarde daquele dia até às 11 da noite, mais ou menos”. Intimou a depor as testemunhas Thomas Figueiredo, Oscar Ernesto, Joaquim Antônio Rodrigues e Adolfo Luis Nicoliche.

Dia 23, Adami foi ouvido pelo chefe de polícia. Relatou que era cerca de 4 horas da tarde quando se dirigiu a von Holleben para tratar de assuntos relacionados à situação de seu lote na colônia. Adami foi preso e amarrado por Holleben e seu ajudante Edward Dorr, que embriagados e violentos ignoraram os apelos de sua mulher e demais testemunhas para que cessassem os castigos. A vítima disse à polícia que Holleben e Dorr *viviam embriagados e maltratavam os demais colonos*, e que quando estes cobravam providências da administração da colônia às suas reivindicações, recebiam sempre a mesma resposta, em tom de deboche: “Vão plantar batatas!”

Yomara Feitosa Caetano de Oliveira lamentou que no século XIX imigrantes eram considerados apenas *mão de obra permanente e numerosa*. “Momento do sistema patriarcal e escravista, no qual alguns conflitos sociais foram arbitrados pela ótica do direito do século XIX, que não praticou a alteridade”, destacou. “Os magistrados – intelectuais defensores desta nação – desejavam a estabilidade de suas posições de

⁹ NADALIN, Sergio Odilon; BIDEAU, Alain. *Como luteranos alemães tornaram-se brasileiros? (Um ensaio metodológico)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, agosto 2001.

poder, e desta forma a sociedade e a política se formaria sem conflitos aparentes”.¹⁰ Thomaz de Figueiredo, réu em outro processo contra Holleben por estelionato, testemunhou que Adami fora maltratado pelo barão do mesmo modo que Holleben havia maltratado o alemão Ernest Hergott, *cusbindo em seu rosto*.¹¹

O chefe de polícia comprovou os castigos físicos, mas os considerou como sendo ofensas leves. O processo seguiu para Itajaí, sob a responsabilidade do juiz municipal Guilherme Asseburg, que chamou as testemunhas para novos depoimentos. “Entra em cena o advogado do Barão”, destacou Yomara Feitosa Caetano de Oliveira: “Este o defendeu com base na tese de que estava atuando na *manutenção da ordem na colônia*”. Nos documentos juntados pela defesa de Holleben, Hergott havia *perturbado a ordem no distrito*.

Enquanto isso, o Ministério da Agricultura apertou ainda mais o cerco contra os agricultores interessados em trabalhar e receber salários na colônia, conforme orientações publicadas em 16 de dezembro de 1878: nenhum trabalho para mulheres e menores de 12 anos; dois menores entre 12 e 16 serão avaliados para fins de salário, como um adulto; proibido dar trabalho contínuo nos primeiros seis meses, máximo de 15 dias por mês para que os restantes sejam destinados para o trabalho da terra; o horário de trabalho deve ser de 9 horas pelo menos, de 1 de outubro a 31 de março, de 8 a 30 de abril a 30 de setembro; e salário a ser pago será de 1\$000 e 1\$5000.

Em janeiro de 1879, comissão formada por mais de 100 pessoas rumou à Nossa Senhora do Desterro para audiências com o cônsul da Itália, José Demaria, e com o presidente da Província, Joaquim da Silva Ramalho. O presidente disse aos colonos que eles “já não tinham mais direito de receber o subsídio por ter findado o prazo para isso”, citou Cadorin. “Aconselhou que voltassem e se dedicassem pacificamente às atividades agrícolas. A única conquista foi a possibilidade de trocarem lotes, aqueles que se considerassem prejudicados pela condição do solo”.

¹⁰ OLIVEIRA, Yomara Feitosa Caetano de. *O processo do Barão: a elite e seu patrimônio. (Vale do Itajaí/SC, final do século XIX)*. In: São Leopoldo: XXIV Simpósio Nacional de História/Associação Nacional de História – ANPUH, 2007.

¹¹ Processo do Tribunal do Júri nº 381 (1880), depositado no Arquivo Histórico de Itajaí/Fundação Genésio Miranda Lins.

Inconformados com o resultado das audiências, 42 colonos foram ao Rio de Janeiro para reclamar junto à Corte. Desde então, vários outros deixaram Nova Trento com destino às colônias ao sul da província, como Urussanga e Azambuja; outros, foram à Argentina; os que dispunham de mais recursos, retornaram à Europa. O governo catarinense teve prejuízos, alguns imigrantes deixaram em aberto suas dívidas com a província, o que fez com que o presidente, enfurecido, escrevesse ao diretor da colônia, em 17 de agosto de 1879: “Já se telegrafou para Montevidéu. Faça constar que o vapor não vem e ao mesmo tempo diga aos colonos devedores que eu não os deixarei sair”.

Mesmo assim, o *êxodo italiano* aconteceu. “O governo tratava as consequências da crise e não as causas”, segundo a visão de Cadorin. “Em Santa Catarina os alemães chegaram antes (1829-1850) dos italianos e ocuparam os vales mais férteis. Tanto em Blumenau como em Joinville, a imigração alemã foi precedida? de alguns estudos por parte de seus diretores, diferente do que aconteceu com a apressada imigração italiana”.

Mas em 1879, o governo “deu um golpe decisivo no processo de colonização, segundo Grosselli: “No dia 20 de dezembro, suspendeu a validade da lei sobre as colônias de 19 de janeiro de 1867. Toda facilitação era ora negada aos novos imigrantes. Eram concedidos somente 15 dias de hospedagem em casas de recepção e barracões e o transporte do porto de chegada no Brasil até a colônia escolhida. De fato, somente quem tivesse parentes ou amigos na colônia podia agora permitir-se de sobreviver à espera que as terras dessem seus frutos. Tratava-se agora somente de emancipar as colônias, ou seja, incluí-las sob a legislação normal, cancelando os privilégios dos colonos aí estabelecidos”.

“No século XIX, o colono não possuía o mesmo prestígio de um inspetor distrital”, analisou Yomara Feitosa Caetano de Oliveira. Porém, em 1879 o juiz de direito da Província de Santa Catarina expediu mandado de prisão e incluiu os nomes de Holleben e de Dorr no rol de culpados. E reclamou da lentidão do juízo municipal: “A espantosa demora que houve na conclusão do presente processo de formação de culpa é um dos fatos escandalosos deste Foro. Protelam-se por quase um ano um processo de formação de culpa! Os juizes que concorrerão para semelhante fato abusivo e ilegal, pelo qual são responsáveis, bem

podiam ter evitado mais este funesto precedente que muito pode influir na reta administração da justiça, a qual, hoje mais que nunca, reclama toda a solicitude e os maiores esforços das autoridades desta Comarca, a fim de que a repressão do crime seja uma realidade e em Itajaí”.

O tempo se encarregou de livrar Holleben e Dorr da prisão. Segundo a mesma autora, “a Justiça estipulou outra fiança para que os réus pudessem responder em liberdade ao julgamento do Tribunal do Júri. O outro valor de 800 mil réis foi pago pelo Barão, mas se fosse inocentado pelo Júri seria devolvido ao mesmo”. Ainda em 1879, apresentaram-se 40 dos 48 jurados, mas as testemunhas de acusação estavam ausentes, eram moradoras de Tijucas e São José.

O processo foi se arrastando. Até que em abril de 1880 foi publicado novo edital de convocação de audiência com um juiz diferente, e emitidas cartas precatórias em busca das testemunhas para a sessão do júri de 16 de abril. “Um impasse sem respostas”, como lembrou Yomara Feitosa Caetano de Oliveira. “Um documento informou que o precatório não retornou com respostas das testemunhas de acusação. Porém, o juiz de direito decidiu julgar. Feito um novo *Termo de reunião do júri*, com data do dia 19 de abril de 1880. Estavam presentes somente 37 jurados, o réu Henrique Von Holleben. Ausentes o réu Dorr e as quatro testemunhas de acusação. Novamente nenhuma testemunha da colônia foi chamada. Algumas folhas não foram numeradas na fase do processo em que foi realizado o sorteio dos jurados de sentença”.

Os 12 jurados foram: José Rebello, Ignácio José D’Ávila, José Joaquim Gomes, Selço da Silva Mafra, Manoel Victor Rebello, Narcizo José da Silva, Lourenço de Souza Buchadel, Leopoldo Heschel, Samuel Henry, Henrique Carlos Martins, Olympio Aniceto da Cunha e Guilherme Asseburg. “Este último nome não constava da lista dos 48 jurados pré-selecionados”, denunciou a autora. “Na legislação processual da época deveriam ser selecionados os nomes dos jurados de sentença desta listagem. Como este nome apareceu? Foi realizada uma nova chamada de jurados? A folha do *Termo de Juramento do Júri de sentença* não estava numerada, no qual todos assinaram inclusive Guilherme Asseburg. Isto seria uma falha na escrita do escrivão em fazer o termo? Ou algo mais subjetivo? Sabemos que os documentos do século XIX ficaram guardados em arquivos por muitos anos. E a

leitura destes processos realizada atualmente. O que temos? O julgamento aconteceu com a falta das testemunhas de acusação”.

“Por desistência das partes”, o depoimento de Holleben “não teve réplica e nem tréplica. O juiz de direito perguntou aos jurados de sentença se estavam prontos para julgar. Eles estavam. Guilherme Asseburg presidiu os jurados. Por unanimidade respondem não ao primeiro quesito. E absolvem o réu”. Os jurados “negaram a participação do réu na agressão física dos colonos. Publicada a sentença, o Barão requisitou o seu depósito de 800 mil réis, sendo atendido. O juiz de Direito absolveu em vista do julgamento dos jurados. Aqui o juiz, que representa uma autoridade política, aparece para dizer que o processo transcorreu regularmente, não diz sobre a *verdade*, mas sim sobre a regularidade do processo. Entende sua sentença numa enunciação, da seguinte forma: o réu tendo dito a verdade tem razão, outra (vítimas) tendo dito a mentira não tem razão”, concluiu Yomara Feitosa Caetano de Oliveira.

As denúncias de Joaquim Souza Lobo

Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, em Nossa Senhora do Desterro, contava com 20 deputados em sua 23ª legislatura (1880-1881). Em 30 de março de 1880, ao meio-dia, feita a chamada, estavam presentes Olímpio Adolfo de Sousa Pitanga (presidente), José Caetano Cardoso, João Wendhausen, Sílvio Pélico de Freitas Noronha, João Alcino de Faria, João da Silva Ramos, Elyseu Guilherme da Silva, Luís Gomes Caldeira de Andrada, Joaquim de Sousa Lobo e João Rodrigues de Almeida. Faltaram com causa participada: Francisco Leitão de Almeida, João Narciso da Silveira e Manuel da Silva Mafra – e sem ela Manoel Marcelino de Sousa, Duarte Paranhos Schutel, Antônio José de Sarmiento Melo, Pedro José de Sousa Lobo, Francisco Tolentino, Juvêncio Martins Costa e Custódio Martins de Sousa.

O discurso proferido pelo deputado Joaquim de Souza Lobo, do Partido Liberal, repercutiu os acontecimentos que marcaram a *revolta dos colonos* no Distrito Colonial Nova Trento. Ele disse que em 4 de março havia dirigido à mesa da Assembleia Provincial solicitado que a presidência da Província enviasse “certos esclarecimentos que solicita-

va do diretor das colônias Príncipe Dom Pedro e Itajaí”, sobre os quais ainda aguardava resposta. No requerimento, pedia esclarecimentos a seis questionamentos.

1º – Qual o número de colonos que partiu da colônia no primeiro semestre de 1878, seus nomes, estado e importância paga de suas dívidas para com o Estado.

“Desejava fazer a confrontação, depois da remessa das informações, dos dados oficiais com certos documentos para habilitar-me a conhecer se essa lista de colonos achava-se de acordo com a que foi remetida pelo diretor da colônia à tesouraria de fazenda”, argumentou o deputado.

2º – Quais os motivos das demissões do barão de Holleben, Dorr e Figueiredo, como empregados naquelas colônias: se foram processados; se ainda continuava ou continuarão no exercício do emprego que exerciam antes da demissão e processo; que verbas foram pagas desde seus ordenados e continuam a ser ao barão de Holleben.

3º – Por que verba foram ou tem sido pagos os seguintes indivíduos, empregados na escrituração da diretoria: cadete Saldanha, soldado Costa, Luiz Isensee, Augusto Affonso Viana, Lobão Cedro? Quais os seus ordenados, por que verba foram pagos os quatro primeiros?

“O Dr. Lourenço d’Albuquerque, quando fez a visita à colônia Itajaí, encontrou no Sr. Carvalho Borges o homem que se recomendava por sua economia, zelo e critério, dispensou depois três ou quatro agrimensores; um engenheiro viu que o pessoal da secretaria era excessivo e tratou da redução, deixando apenas o secretário”, discursou Joaquim de Souza Lobo aos demais deputados.

“O Sr. Carvalho Borges, que não podia contar com o auxílio deste secretário, que tinha-se já apoderado do espírito franco do diretor e que nada fazia, porque era então escrivão da subdelegacia, escrivão do juiz de paz e assistia a 3 ou 4 audiências por semana, sendo além disto forçado muitas vezes a sair da sede da colônia para serviços policiais, viu-se na dura necessidade de chamar um batalhão de empregados e

colocá-los na secretaria, lançou mão de um cadete Saldanha que estava no destacamento e em seguida de um soldado, filho de Jacintho Costa, aqui estabelecido com alfaiataria, prometendo pagar-lhe a quantia de 30\$000 rs. mensais. O soldado prestou-se a auxiliar na escrita e em vez de ganhar o que se lhe tinha prometido, apenas recebeu 14\$000 rs., mais ou menos, a título de *gratificação*, dizendo o diretor que não pagava mais porque na colônia haviam *mironis* e podiam denunciar o fato que ele pagava do seu bolso. Atualmente, segundo cartas que tenho, há auxiliares de escrita que vão receber 70\$000 rs.”

4º – Qual o número de colonos brasileiros aos quais foram distribuídos lotes no primeiro semestre de 1879, com especificação das linhas onde foram distribuídos tais lotes, o número de cada um deles e o quanto de subsídio e auxílio perceberam depois de haverem casa e derrubada.

“Eu conheço alguns colonos brasileiros, a quem foram distribuídos lotes, que não tem feito a casa e a derrubada e nem se tem apossados destes lotes”, denunciou Joaquim de Souza Lobo ao presidente da Assembleia Provincial.

5º – João Schwartz¹², Frederico Schwartz, Godofredo Dorner, seu irmão e Otto Husadel se acham matriculados como colonos. Qual o número de pessoas de suas famílias? São os três últimos negociantes estabelecidos no Distrito de Nova Trento?

“Existe na tesouraria de fazenda uma lista de pagamento que foi feita no mês de janeiro ou fevereiro de 1878, no Distrito de Nova Trento, no qual se incluíram os nomes a que acabo de me referir”, denunciou o deputado. “Esses indivíduos são por mim muito conhecidos. João Schwartz é um antigo colono, um dos primeiros povoadores da colônia Brusque, que ali chegou em 1860, em 1868 era senhor de engenho na Limeira, e hoje não tem mais direito a receber auxílios do governo. Entretanto, figura nesta lista de pagamento com o número de 10 pessoas

¹² Nota do Autor: Em alguns pontos da transcrição do jornal *A Regeneração*, a grafia muda para Schwartz.

de família, quando eu tenho conhecimento do indivíduo e da família e posso garantir que ele vive em companhia só de suas filhas”.

Frederico Schwartz, filho de João, meses antes era trabalhador da turma do barão de Holleben, na lista com o número de quatro ou seis pessoas de família. “É verdade que é casado e tem dois filhos pequenos, está nas condições do seu pai e, portanto, não tem direito a receber socorro do governo”, destacou o deputado denunciante. Para Joaquim Souza Lobo, Godofredo Dorner era “caixeiro da casa de Guilherme Theis. Não veio para a colônia na qualidade de colono, tanto ele como o irmão são homens solteiros e estabelecidos com negócio em Nova Trento”. Porém, ambos constavam da lista de Holleben, com quatro ou seis pessoas de família cada um. Otto Husadel, “pessoa muito conhecida na capital”, era sobrinho do Sr. Brandt, sócio da casa dos Trompowsky & Brandt, “moço que foi à colônia estabelecer-se. É solteiro, e figurava na lista com um número de quatro pessoas de família”.

O esquema, segundo Joaquim Souza Lobo, era simples: “Procuram nomes *revezados*, nomes alemães para poderem passar a coisa na tesouraria da Fazenda. Nessa época, eu era empregado da secretaria da colônia. Quando veio-me esta lista às mãos, enviada pelo inspetor do distrito, barão de Holleben, eu dirigi-me ao diretor da colônia, Sr. Carvalho Borges, e fiz-lhe sentir que esses nomes incluídos na lista eram de pessoas que não eram colonos, e que assim eu não podia contemplá-los na folha de pagamento”. A resposta de Carvalho Borges foi direta: “Pois bem, veja outros nomes e substitua-os da lista!”

Era tudo “uma questão de cobre”, como bem o definiu o deputado Elyseu Guilherme. Porém, para surpresa de Carvalho Borges, Joaquim Lobo declarou a ele que não faria o que ele o estava orientando. “Quem quiser a prova desta minha asserção, vai buscar à tesouraria de Fazenda”, sugeriu o denunciante aos demais deputados.

6º – Por quanto foi vendida a Hergoth o primeiro edifício que se construiu no Alferes ou Nova Trento para o hospital, e por conta de quem foi feita? essa venda?

“No começo da administração Carvalho Borges, conhecendo ele a necessidade de um hospital na sede do distrito de Nova Trento, orde-

nou ao barão de Holleben, que era então o inspetor daquele distrito, a construção de uma casa que servisse para esse fim”, relatou Joaquim Lobo. “Levantaram os esteios, cobriu-se a casa de palha, e a obra ficou estacionária. Mais tarde, tive notícia de que esta casa tinha sido vendida a um ferreiro que tinha ido estabelecer-se no distrito de Nova Trento”.

A história repercutiu nas páginas do semanário *A Regeneração*, mas mesmo assim a casa foi vendida e o seu proprietário a vendeu a um terceiro, provavelmente a Paulo Schwartz. Tendo conhecimento dos fatos ocorridos, Lourenço d’Albuquerque enviou o chefe de polícia, Dr. Lobo de Moura, demitir e processar Holleben? e Dorr. “Ambos foram denunciados e o diretor continuou a ter seus dois indivíduos empregados, o primeiro como seu auxiliar e o segundo como seu agrimensor no distrito de Nova Trento”, denunciou Joaquim Lobo aos deputados provinciais. “Foram censurados estes fatos, mas sua excelência, o Dr. Lourenço, fez ouvidos de mercador, e o Sr. Carvalho Borges, que dizia ter carta branca do Dr. Lourenço d’Albuquerque, selada pelo contador do Sr. Sinambú, conservou os dois empregados”.

Do Ministério da Agricultura, João Luís Vieira Cansanção Sinambú escreveu ao presidente da Província de Santa Catarina em 20 de julho de 1878: “Não sendo justo nem conveniente que continue esta despesa a gravar mensalmente o orçamento daquelas colônias, urge que sobre este assunto de V. Exa. uma? solução definitiva”.¹³ Jonas Cadorin ponderou: “Este problema, pelo que consta na documentação dos anos seguintes, não teve solução. O governo, em alguns casos, repatriou imigrantes que não agradavam à direção das colônias no que estas constantemente insistissem a respeito”. Porém, nos meses seguintes as reclamações dos colonos continuaram. “As autoridades, por seu lado, continuaram a manter a posição de que os imigrantes das Colônias Itajaí e Príncipe Dom Pedro viviam como assalariados do governo e não como colonos, conforme havia sido estabelecido nos contratos”, lembrou Cadorin.

Mas, a presidência da Província, segundo este historiador, ignorava “o estado de falta de recursos generalizados que assolava os núcleos coloniais. As terras ainda não produziam o suficiente, além de possuírem terrenos acidentados, desprovidos de vias de comunicação e escoamento daquilo que se pudesse produzir. Havia também o problema

¹³ CADORIN, Jonas. *Nova Trento outra vez*. Itajaí: Univali, 1992, página 32.

da má administração destas verbas por parte da direção dos núcleos. O dinheiro era recebido pelo diretor diretamente da Tesouraria da Fazenda e repassado aos colonos por agentes da direção do núcleo. Conforme informações de um ofício do Ministro da Agricultura ao presidente da Província, em 25 de junho de 1878, ficamos sabendo que os agentes fraudavam os cofres, incluindo nas listas de pagamento nomes de colonos que não prestavam serviços”. Este foi o estopim do movimento que ficou conhecido como *a revolta dos colonos*!

“Mais tarde, na administração do Dr. Ramalho, continuando os jornais a censurarem o diretor pelos atos praticados com referência a esses dois empregados, o Sr. Carvalho Borges, ou alguém por ele, veio à imprensa declarar que esses dois empregados eram pagos do seu bolsinho”, ironizou Joaquim Lobo. “O Sr. Carvalho Borges, o diretor econômico, o homem zeloso, pagava ao barão de Holleben creio que a quantia de 150\$000 mensais; pagava ao outro empregado a quantia de 120\$ r.s, e pagava a um auxiliar de escrita, a pretexto de fazer a estatística da colônia, trabalho que mais de dois anos está em execução e que ainda não se acha concluído, 30\$000 rs. mensais”.

“Na tesouraria de Fazenda não constam esses pagamentos”, emendou o deputado Elyseu Guilherme. “Não, isto era verba secreta ou o bolso do diretor”, complementou Joaquim Lobo. “O diretor Carvalho Borges, para livrar o barão de Holleben do crime em que se achava litigado pelo ato da inclusão de nomes de indivíduos que não eram colonos em uma folha de pagamento, não trepidou em fazer uma carta declarando que era ele quem tinha mandado incluir esses nomes na folha. Os jornais deram publicidade a este fato, mas o presidente continuou mudo e quedo”.

Elyseu Guilherme se pronunciou: “O que se depreende deste fato é que a escrita é falsificada. Não se pode conceber que o diretor pague tantos vencimentos do seu bolso, e se esses empregados não figuram nas folhas, é que elas vêm falsificadas. A secretaria consta que é vedada aos *profanos*, ninguém lá penetra, e com documentos *bem feitinhos* tudo se arranja”.

Antes de concluir seu discurso, Joaquim Lobo afirmou que Carvalho Borges estava chamando para dar depoimentos pessoas que, “por suas más qualidades são conhecidas e tornam-se recomendáveis, como por

exemplo, a um José Machado, este indivíduo iniciado e ensaiado de véspera a respeito do que devia dizer. Eu o vi entrar na diretoria, indo eu em companhia do distinto médico da colônia, Dr. Francisco Martins Mendes, de passeio, e lá demorar-se duas horas. No dia seguinte, foi chamado perante a subdelegacia e depôs aquilo que se lhe tinha ensinado sob promessa de um emprego”. Foi assim que Machado se tornou empregado do agrimensor Adolfo Eugênio Pinto Pacca, como o deputado denunciante comprovou, apresentando as folhas de pagamento da tesouraria. Luiz Isensee também foi chamado a depor, “sob promessa de emprego, e depôs que tinha assinado recibos; porém, que não tinha recebido o dinheiro e que nada tinha vendido ou feito para a ex-diretoria”.

Elyseu Guilherme reforçou: “Isto é sistema usado”. Segundo ele, o ex-inspetor da tesouraria, Fabio Alexandrino dos Reis Quadros, “quando estive na colônia com o Dr. Lourenço, fez a mesma coisa: pediu a um colono que declarasse na presença daquele ex-presidente que tinha passado recibos sem receber a importância. É a difamação mais torpe que pode haver”. Joaquim Lobo endossou: “Este fato deu-se com João Schwartz. O Dr. Carvalho Borges conseguiu a nomeação deste moço para auxiliar da escrita com o pagamento de 60\$000 rs. mensais, como se verifica das folhas que devem existir na tesouraria. Com os colonos, procedeu o Sr. Carvalho Borges do mesmo modo. Os colonos são chamados para deporem o contrário do que viram ou sabem e o diretor dá trabalhos a quem? não têm direito. Eles então depõem *o que o diretor quer*. São fatos sabidos e muito vulgarizados na colônia”.

Os jornais da capital, no entender de Ayres Gevaerd, davam pouca atenção ao que acontecia nas colônias: “Esse noticiário foi substituído em 1880 com a grande enchente que tantos males fez em toda região do Itajaí e em outros lugares da Província”. Há um documento de 24 de dezembro de 1880 “que registra reclamação de 80 colonos italianos residentes nas linhas Alto e Baixo Braço, distrito de Nova Trento, pedindo auxílios na forma como foi dado a outros flagelados com a enchente. A sede das colônias ficou totalmente tomada por colonos vindos de todas as linhas em procura de comida, remédios e roupas”. Foi quando que vários dos imigrantes decidiram deixar para trás os seus lotes e buscar outras terras para viver e trabalhar.

Leopoldo Adami morreu em 27 de janeiro de 1883. Naquele ano, foi demolida a primeira igreja matriz de São Virgílio, construída em 1876 com tabique e coberta de palha. Em 1884, Nova Trento passou a ser distrito de Tijucas. Viúva de Leopoldo, Amalia Panizza Adami ainda aguardava em 1887 que a presidência da Província atendesse ao seu requerimento, concedendo a ela o título definitivo do lote número 16, na linha Baixo Branco, ou que lhe fosse entregue o título provisório que se achava junto a outra petição que fizera.¹⁴ Nova Trento passou à categoria de município, criado pela Lei nº 36, de 8 de agosto de 1892.

“Há mistérios, na vida do Barão de Holleben”, observou o padre Ruben Neis. “Um deles é a sua saída da Alemanha. Por informações recentes chegadas da Alemanha, ligadas à tradição da família, a saída teria sido motivada *por desinteligências básicas com os pais e com os irmãos*. As mesmas informações ainda dizem que *ele teria escrito uma carta de além-mar, uma carta à mãe, carta que não foi respondida. Fato que as gerações posteriores só podiam interpretar como decorrente da mentalidade da época*”.¹⁵

Da Alemanha, Holleben foi à Inglaterra onde se formou engenheiro ferroviário, lutou como oficial na legião de estrangeiros do exército britânico, e se casou com a cantora Ana Maria George, que morreu no parto do filho do casal. Transferiu-se para a América Central e de lá para o Brasil, em 1861 – atuando no Rio de Janeiro (Niterói e Campos), Paraná (Curitiba), Santa Catarina (Nova Trento) e Rio Grande do Sul (Conde d’Eu, Bagé, Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre e Cassino).

Desde 12 de agosto de 1875, von Holleben estava casado com a terceira esposa, Maria de Azevedo Koch, com quem teve cinco filhos: Henrique Luiz, Cecília Luiza, Anna Luiza, Clara Luiza e Otília Luiza. Cometeu suicídio, com um tiro de revólver na fronte direita, na manhã de 2 de abril de 1894, enquanto viajava no primeiro trem de Rio Grande a Cassino. Em uma das cartas que deixou aos amigos e familiares, justificou sua decisão, ao afirmar: “Melhor um fim com horror do que um horror sem fim”.

¹⁴ *Requerimentos despachados*. In: *Conservador*. Desterro, 22/12/1885.

¹⁵ NEIS, Padre Ruben. *Os von Holleben no Rio Grande do Sul*. In: *baronato.simplesite.com*. Acessado pelo autor em 28/04/2019.

Bibliografia consultada

BOITEUX, Henrique Carlos. *Nova Trento – Monographia*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1929.

BORGES, Joaquim de Souza. *Discurso pronunciado na Assembleia Provincial no dia 30 de março*. In: *A Regeneração*, 04/04/1880.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Brusque: Subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império*. Brusque: Sociedade Amigos de Brusque, 1958.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CADORIN, Jonas. *Gente in mutamento – O processo de produção identitária em Nova Trento: 1875-2003*. Itajaí: Univali, 2003.

CADORIN, Jonas. *Nova Trento outra vez*. Itajaí: Univali, 1992.

GEVAERD, Ayres. *1875 – Os primeiros anos da colonização italiana nas colônias Itajahy – Brusque e Príncipe Dom Pedro*. In: *Blumenau em Cadernos*, agosto de 1975.

GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou morrer: Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Florianópolis: UFSC, 1987.

HOLLEBEN, Aldebaran Luiz von. *Família von Holleben: Registros históricos*. Joinville: Clube de Autores, 2012.

NADALIN, Sergio Odilon; BIDEAU, Alain. *Como luteranos alemães tornaram-se brasileiros? (Um ensaio metodológico)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, agosto 2001.

NEIS, Padre Ruben. *Os von Holleben no Rio Grande do Sul*. In: baronato.simplesite.com. Acessado pelo autor em 28/04/2019.

OLIVEIRA, Yomara Feitosa Caetano de. *O processo do Barão: a elite e seu patrimônio. (Vale do Itajaí/SC, final do século XIX)*. In: São Leopoldo: XXIV Simpósio Nacional de História/Associação Nacional de História – ANPUH, 2007.

PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: Sua História*. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983.

PIAZZA, Walter Fernando. *Raízes Neotrentinas*. In: *Italianos em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 2001.

Processo do Tribunal do Júri n. 377 (1880), Caixa 12. Acervo do

Centro de Documentação e Memória Histórica Genésio Miranda Lins.
Itajaí, SC.

Requerimentos despachados. In: *Conservador*. Desterro, 22/12/1885.

Acervos consultados

Biblioteca Central Comunitária da Universidade do Vale do Itajaí – Univali (Itajaí, SC); Biblioteca Jackson de Figueiredo da Faculdade São Luiz (Brusque, SC); Biblioteca Pública Municipal Padre Lidivino Santini (Nova Trento, SC); Casa de Brusque – Sociedade Amigos de Brusque e de Apoio ao Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim (Brusque, SC), Centro de Documentação e Memória Histórica Genésio Miranda Lins (Itajaí, SC).

Agradecimentos

Kallil Assad (Curitiba), Adriano Gripa, Kátia Costa e Luzia Fátima de Miranda (Brusque), Luís Avani Adami, Teresa Conte Adami, Karina Adami e Rogério Marcos Lenzi (Itajaí), Maria da Glória Valle Ceccato e Marina Facchini Tomasi (Nova Trento).

100 anos do nascimento do Padre Raulino Reitz

Roque Luiz Dirschnabel¹

Ao comemorarmos o centenário do maior botânico catarinense, retratamos em síntese a personalidade de uma figura ímpar para Brusque, o Seminário de Azambuja, a Arquidiocese e, em especial para a ciência botânica do Brasil, além de ser distinguido com a cadeira n.1 da Academia de Letras do Brasil de Santa Catarina, Seccional de Guabiruba.

O Padre Raulino Reitz recebeu o título de Cidadão Honorário de Brusque em 3 de agosto de 1960, na Sessão Solene de Inauguração do Museu Azambuja, e logo depois, em 1962, Guabiruba tornou-se Município, sendo, portanto, cidadão de Brusque e Guabiruba. Foi também o criador e diretor do Museu Azambuja de 1960 a 1978, ampliando a coleção de peças do antigo Museu Joca Brandão (1933), além de professor de Ciências no Seminário, e ficou conhecido como “padre

¹ O autor é advogado, empresário, pesquisador histórico e escritor.

dos gravatás” por seu estudo de todas as bromélias. Estudou a Mata Atlântica por 45 anos, percorrendo 984.445 km de jipe, charrete, avião e a pé. Falava inglês, alemão, grego, italiano, francês e latim.

Identidade

Raulino Reitz nasceu em Antônio Carlos, SC, em 19 de setembro de 1919, filho de Nicolau Adão Reitz e Ana Wilvert Reitz. Teve uma infância como a dos outros meninos do Alto Biguaçu, uma colônia alemã: muito trabalho na roça, no engenho de açúcar e farinha, no pasto. Brincar, somente aos domingos, depois da Missa em São Pedro de Alcântara ou do Culto em Antônio Carlos. Estimulado pelos irmãos, ingressou no Seminário de Azambuja, Brusque, em 1932, onde permaneceu até 1936, cursando o Ginásio e o Clássico. Os cursos seminarísticos de Filosofia e Teologia completou-os no Seminário Central de São Leopoldo, RS, de 1937 a 1943. Ali conheceu o Pe. Balduino Rambo, SJ, notável cientista botânico que lhe deu as primeiras instruções e o incentivo para os estudos botânicos. Em 22 de junho de 1942, em seu quarto no Seminário Central de São Leopoldo, fundou o “Herbário Barbosa Rodrigues”, nome dado em homenagem ao botânico brasileiro Barbosa Rodrigues, no centenário de seu nascimento. Durante o período livre de estudos no Curso de Filosofia e Teologia, dedicou todo o seu tempo livre ao herbário.² Sua formação acadêmica formal foi filosófico-teológica e sua formação profissional foi aprender a técnica de “herborizar”, que vai além de coletar plantas, saber o nome, a família, o sistema de propagação e história, buscava coletar exemplares com folha, flor, fruto e, se possível, com raiz, para depois prensar e secar, como amostra que não se desnaturasse. A primeira planta que herborizou foi uma avenca, tipo erva-de-passarinho. Contudo, dedicou-se ao seu herbário, coletou e herborizou 28.769 plantas. Descobriu para a ciência cerca de 350 espécies novas e descreveu seis novos gêneros de plantas. Percorreu mais de 1 milhão de quilômetros

² Herbário é a coleção de plantas secas ou parte destas, preparadas técnica e cientificamente, conservadas e guardadas de maneira sistemática, visando estudos comparativos, históricos e documentários. (Maria Salete Marchioretto. Curadora e Pesquisadora do Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS-Herbarium Anchietana, São Leopoldo, RS).



Padres do Santuário de Azambuja em 1959. No flagrante, aparecem Dom Afonso Niehues, Pe. Vendelino Waterkemper, Mons. Guilherme Kleine e Pe. Raulino Reitz. Acervo: Site Brusque memória

em 953 excursões botânicas durante 50 anos.

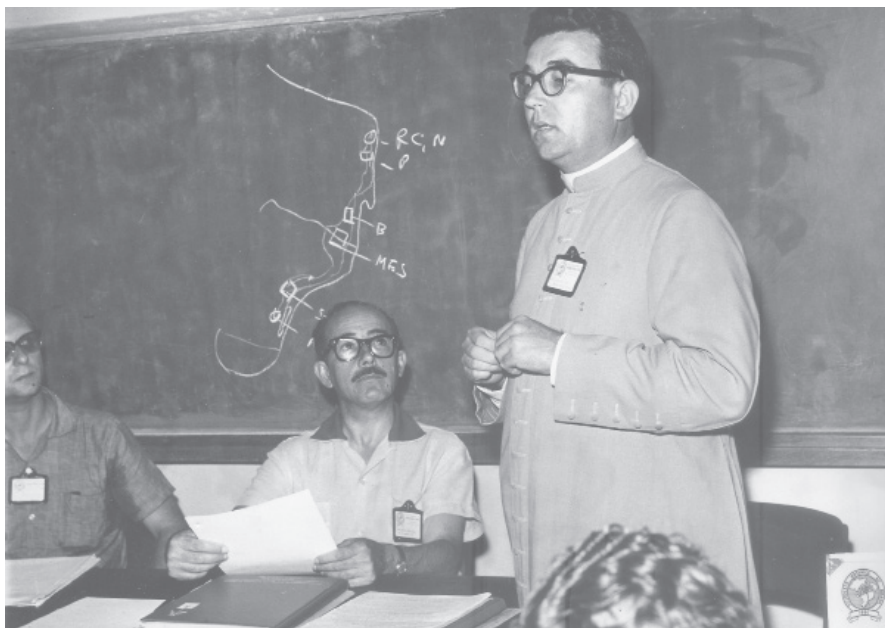
Patrono da ecologia catarinense

Cônego Doutor Raulino Reitz é considerado o fundador da ecologia catarinense. Desde a década de 1940 se preocupava com a preservação ambiental numa época que pouco se falava sobre o assunto. Em 20 de março de 1948, o Pe. Raulino dirigiu carta ao Arcebispo Metropolitano Dom Joaquim, para que lhe fosse autorizado a publicar alguns trabalhos inéditos, elaborados durante suas horas de folga, pois não havia revista própria em Santa Catarina, se não, um pequeno anuário do Herbário “Barbosa Rodrigues”, de Itajaí. No entanto, Pe.

Raulino mereceu as ordens do episcopado e, assim os seus trabalhos foram publicados, com o surgimento da revista botânica SELLOWIA lançou no decorrer destes anos 38 volumes, com 6.715 páginas, 182 artigos, 1.460 figuras, 8 gêneros novos, 210 espécies novas. Depois veio a SELLOWIA - série ZOOLOGIA, da FATMA, onde editou dois volumes, 268 páginas, 2 artigos, 75 figuras. Deixou de assumir o cargo de Naturalista no estado de SC, pois não havia um professor substituto no Seminário de Azambuja, deixando de receber um bom ordenado. Foi indicado pelo Smithsonian Institut de Washington como o maior especialista em pesquisas fitossanitárias em Santa Catarina, onde se instalou o Instituto de Malariologia para erradicar a malária no Sul do país. Em 1951 surgiu o livro “Bromeliáceas e a malária - Bromélia Endêmica”, o qual teve a colaboração do pintor e desenhista gaúcho Domingos Fossari, e o cientista Roberto Miguel Klein, porém, por falta de recursos governamentais, só foi publicado em 1984, à custa do Pe. Raulino, com 808 páginas, 140 estampas e 106 mapas. Ressalta-se uma espera de 29 anos.

Persistente, Reitz nunca desanimou, tanto que sua grande obra, base científica do seu trabalho, intitulada Flora Ilustrada Catarinense alcançou 149 volumes, 12.489 páginas, 2.760 estampas, 1.983 mapas, 149 famílias, 734 gêneros, 3.333 espécies, 237 variedades e 33 formas, sendo considerada a única enciclopédia botânica dessa natureza no Brasil.

Em 4 de outubro de 1974, na outorga do título de Cidadão Honorário do estado da Guanabara, disse: “O que importa na vida não é ser, nem ter, nem poder. O que importa é fazer, realizar em proveito da Comunidade”. De 1971 a 1975 foi Diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Foi o criador da FATMA (Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente), em 1975, seu presidente e diretor de projetos. Escreveu dois livros em coautoria com o seu ex-aluno Dr. Ademir Reis, indicando espécies nativas para um reflorestamento adequado: “Projeto Madeira de SC - 1978” e “Projeto Madeira do Rio Grande do Sul - 1983”. Idealizou e promoveu a implantação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (1975), Reserva Biológica do Sassafrás (1977), Parque Estadual da Serra Furada (1980), Reserva Biológica Estadual da Canela-preta (1980), Reserva Biológica Estadual do Aguaí



Padre Raulino em uma das suas inúmeras palestras. Acervo SAB

(1983). Promoveu a criação das Estações Ecológicas dos Carijós (Ilha de SC), dos Timbés (Timbé do Sul e Meleiro), Babitonga (Garuva, Joinville, Araquari e São Francisco).

Membro de diversas entidades científicas no Brasil e exterior, recebeu o Prêmio Global 500 da ONU, no Dia Mundial do Meio Ambiente, em 5 de julho de 1987, na cidade do México. Autor de várias obras, como historiador escreveu: “Paróquia de Sombrio” - Ensaio de uma Monografia Paroquial” - 1948), “Frutos da Imigração” (1963), “Alto Biguaçu” (1988). De suas pesquisas sobre a colonização alemã nasceu o livro “Santa Bárbara - primeiro núcleo da colonização alemã em Santa Catarina”, publicado postumamente. Achou numa pedra a inscrição do início da estrada Florianópolis-Lages, do século XVIII. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a 11 de outubro de 1990 foi eleito para a Cadeira nº 7 da Academia Catarinense de Letras. Não é preciso citar todas as distinções que recebeu, as viagens ao redor do mundo, as Sociedades Científicas a que pertenceu, os Congressos de que participou, as Caravanas Científicas, tudo já foi publicado e comentado.

A despedida de um homem simples e amigo

“Foi em Itajaí, durante uma homenagem que lhe prestava a Câmara Municipal, que o coração para fulminantemente [...]. Era o dia 20 de novembro de 1990.

“Um gênio é uma grande paciência”, afirmou Dom Afonso Niehues, Arcebispo Metropolitano de Florianópolis, citando Dom Joaquim Domingues de Oliveira, na oração fúnebre por ocasião do sepultamento do Pe. Raulino Reitz. Há os que nascem gênios, como Mozart. E há os gênios que são construídos pelo trabalho metódico, perseverante, de uma vida inteira. Pessoas cuja genialidade consistiu em realizar um projeto na paciência cotidiana. Penso ser este o caso do Pe. Raulino. Durante 52 anos dedicou-se ao estudo da natureza, especialmente no campo da Botânica, dia por dia, ano por ano, no silêncio do gabinete ou da pesquisa de campo, nas dificuldades das viagens. E nisso foi feliz, pois realizou-se e viu o reconhecimento da comunidade nacional e internacional. *A paciência fê-lo gênio*”³... Pe. Raulino honrou a vida humana, a fê, a Igreja e o sacerdócio católico.

“Com a morte de Reitz perde a Botânica brasileira um de seus mais atuantes cultores de pesquisas onde pudesse buscar dados sobre a botânica catarinense”, disse Melo Filho, em 1991.

Cabe aqui uma reflexão sobre o perigo de uma viagem de avião rumo a Lima, na Colômbia, em que o Pe. Raulino comentou com uma jornalista ao responder: *“Medo de Morrer? Não. Procuro ter Calma. O dia que a morte vier, será bom!”*.

A imagem que Pe. Raulino deixou aos que tiveram a oportunidade de o conhecer é a de um homem modesto, calmo, atencioso, satisfeito com a própria vida. Nunca buscou a fama, ou a badalação social. Não se deixou levar pela vaidade humana, mesmo em meio a tanto reconhecimento pelo seu trabalho. Parecia não saber o que ele próprio significava para o mundo da ciência. Impressionou pelo número de projetos e atividades que empreendia simultaneamente. Uma vida, por mais longa que seja, é sempre muito curta para uma obra tão vasta. Foi um

³ A vida e a obra do Padre Raulino Reitz também foi contada pelo Pe. José Artulino Besen. Disponível em <https://pebesen.wordpress.com/padres-da-igreja-catolica-em-santa-catarina/padre-raulino-reitz/> <acessado em outubro de 2019>

homem metódico: sabia o que queria e perseverou sempre. Somente a dedicação e o amor pelo que fez podem explicar como aos 70 anos tenha feito tanto, em áreas tão diferentes, e ainda deu a impressão de ser um homem com tempo disponível para uma boa conversa, apreciar uma cerveja e um churrasco. Sempre laborou criteriosamente e com muita paciência pelos vários caminhos que trilhou, como marca indelével de um trabalho sério e responsável, aliás, se pode dizer: resumiu a vida no trabalho.

O Pe. Eder Cláudio Celva ora nos brinda com o depoimento de Beloni Terezinha Pauli Marterer, sobrinha-neta, a saber:

“Tio Pe. Raulino. É assim que lembro de meu pai se referindo ao seu querido e admirado tio, irmão caçula de sua mãe Clara Maria Reitz. Minha avó era muito orgulhosa dos irmãos sacerdotes: João, Afonso e Raulino; frequentemente eram mencionados durante o tradicional café das tardes de domingo na casa da vó Clara. Aqui um particular: era tradição em todos eles e na nossa família o amor; o cuidado e o cultivo de plantas. Foi por meio de um informe na Voz do Brasil, que lembro ter ouvido falar de meu tio-avô, Pe. Raulino Reitz. Tinha eu 7 anos e vivíamos no interior do Paraná devido ao trabalho de meu pai, Ivo Pauli. Noticiou-se sobre um programa de controle da malária e recordo meu pai nos contando que seu tio era um cientista envolvido nos estudos de um mosquito que vivia nos gravatás e isto estava relacionado à febre da malária. Fiquei impressionada e entusiasmada com a existência de um tio cientista! Anos depois, já em Florianópolis, recebemos um exemplar do livro “Frutos da Imigração” onde a história da família Reitz foi narrada por Pe. Raulino como resultado de minuciosa pesquisa no Brasil e na Alemanha. Lá estávamos nós fazendo parte de uma longa história de coragem, trabalho e perseverança que caracteriza os imigrantes. Ali também estavam registrados alguns de seus feitos botânicos, já relevantes contribuições para a ciência. Foi com informações deste livro que no ano 2000, em visita à Alemanha, pude encontrar-me com descendentes de familiares na terra dos antepassados. Lá, declararam muita gratidão pelo trabalho de Raulino Reitz, por ter levado a eles informações sobre seus parentes que um dia haviam partido para América, e dos quais nunca tiveram notícias até a chegada de Raulino com suas pesquisas. Mostraram-me um exemplar de “Frutos da Imigração” onde registravam o nome dos



Padre Raulino Reitz, patrono dos ecologistas catarinenses. Acervo: SAB

parentes brasileiros que lá chegavam. A partir de 1980 tive a oportunidade de conviver com tio Pe. Raulino na Fundação de Amparo a Tecnologia e ao Meio Ambiente – FATMA, hoje Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina - IMA, instituição que ajudou a criar e onde estava à frente da Diretoria responsável pela implantação

da Política Estadual de Conservação da Natureza. Na FATMA fui estagiária do setor de pesquisa de fauna enquanto cursava biologia na Universidade Federal de Santa Catarina, mais tarde prestei concurso e ali trabalhei como bióloga por quase 36 anos. Tive então o privilégio de trabalhar com Pe. Raulino por diversos anos. Era pessoa tranquila, entusiasmado e generoso ao compartilhar conhecimento. Com visão sistêmica da natureza, muito além do tempo em que vivíamos no Estado, sua ampla compreensão de naturalista e a consequente visão estratégica de conservar o ambiente para proteger as espécies em seu cenário natural. Pe. Dr. Raulino jamais dissociava a conservação da natureza dos benefícios gerados para as pessoas, para a sociedade local e planetária. Estar em campo na sua companhia era sempre uma experiência rica, compartilhava seu conhecimento dos diversos elementos da natureza e da história dos lugares. Assim estivemos em muitos recantos do Estado; lembro especialmente das visitas a diversas localidades de Antônio Carlos durante o levantamento de aves para seu livro “Alto Biguaçu, uma narrativa tetra cultural”, além das aves, conheci um pouco da história das famílias, das localidades onde nasceram minha avó e meu pai, dos costumes, da culinária etc. Provamos muitos quitutes graças à presença do Pe. Raulino, a quem todos recebiam com atenção especial. Ele gostava de conversar e ouvia a toda a gente. Nosso último encontro foi em julho de 1990, no meu casamento em Florianópolis. Nossa última conversa ao telefone foi em setembro daquele ano para tratar da pesquisa de aves, que eu iria iniciar em fevereiro de 1991 no Parque Botânico do Morro do Baú, para o mestrado na Universidade Federal do Paraná. Ele estava alegre e entusiasmado: seria o primeiro trabalho de dissertação sobre a fauna realizada no Parque; importante área preservada por sua iniciativa, umas de suas realizações pioneiras em Santa Catarina, assim também pioneiro e de valor imensurável foi a criação do Herbário Barbosa Rodrigues. Realizei o trabalho no morro do Baú já com Pe. Raulino “in memoriam”, sempre inspiradora e saudosa memória! Para mim é impossível desvincular a imagem do ilustre tio, motivo de alegria, orgulho e inspiração para nossa numerosa família, sobre quem ouvia na infância, daquele generoso, incansável e competente padre-cientista, cujo legado beneficia continuamente a geração de conhecimento e a conservação da natureza e também pela vida e saúde de tantas pessoas, aos quais colocou-se a serviço com sérios estudos.

Mensagem final

Ao nos preparar para o centenário do nascimento de Pe. Raulino Reitz, muito se tem a agradecer pelo seu duplo sacerdócio: o da ciência e o da religião, como ele mesmo escreveu em sua “Mensagem de Despedida” ao partir para o Rio de Janeiro, em 16 de maio de 1971, dando um testemunho de fé e de trabalho.

Estudou nos Estados Unidos, onde conheceu as antigas coleções botânicas dos herbários da América do Norte e, sobretudo, da Europa, inclusive de plantas coletadas por cientistas durante o século XIX em Santa Catarina e no Sul do Brasil. Fez todos os cursos de graduação e pós-graduação que lhe foram concedidos pela Arquidiocese, procurou assimilar o melhor para o seu trabalho no retorno ao Brasil, em Azambuja. Assim, Pe. Raulino se projetou no cenário nacional e internacional, com destaque pelo trabalho organizado que realizou no Estado de Santa Catarina. Portanto, tornou-se um cientista de renome mundial.

No discurso de Abertura do 26º Congresso Nacional de Botânica, em 26 de janeiro de 1975, afirmou: “Os botânicos não podem se recolher em torres de marfim estudando tecnicamente as plantas e ficar omissos ante a ação indiscriminada contra os pulmões verdes do mundo e de nossa belíssima paisagem”. Dessa feita, conclamava a todos o que ele já realizava, ou seja, colocar a ciência a serviço das causas humanas.

Muitos anos antes do falado aquecimento global, Pe. Raulino já lançava as bases científicas para a ecologia Catarinense ao estudar a natureza, as plantas, os mangues, as dunas, enfim, tudo o que a natureza nos oferece de melhor: o meio ambiente equilibrado e a qualidade de vida.

Neste ano, em que se comemora o centenário do Padre-cientista Raulino Reitz, façamos em sua memória motivo de muita alegria e orgulho para nós catarinenses e botânicos do mundo inteiro.

E, ao final, para que seja reconhecida a Lei Municipal nº 1.636, de 22 de março de 1991, que criou o Parque Zoobotânico Pe. Raulino Reitz, em 1991, como de direito e em homenagem ao conhecido “padre dos gravatás”.

Fontes documentais e referências bibliográficas consultadas

Backes, A. 1983. Biografia do Prof. Dr. Pe. Aloysio Sehnem SJ. *Iheringia Série Botânica* 30: 37-47.

Rabuske, A. 1987. Balduino Rambo S.J. Sacerdote, Naturalista, Escritor e Líder Popular. *Pesquisas, História* 26. 117p.

Sehnem, A. 1961. Fr. Balduino Rambo S.J. *Pesquisas Communications* 2. 21p.

BENSEN, José Artulino. Seminário de Azambuja: 1927 – 2002/ José Artulino Bensen – colaboradores – AESA. Florianópolis, 2002, p.306 a 314.

Brusque Modernidade (2018). Festejos de Centenário de Padre Raulino Reitz, por Lyman Bradford Shmith, 1990, corrigido por Roberto Miguel Klein, 1991. Arquivo pessoal de Aloisius Carlos Lauth, 2016.

Jornal “O Município”, 6 de setembro de 2018 (Natália Huf), Brusque integra a programação do centenário de nascimento do padre Raulino Reitz, de acordo com o historiador Aloisius Lauth, que integra a comissão organizadora dos eventos.

Jornal “O Município”, 28 de outubro de 2018 (Marcos Borges), Parque Zoobotânico receberá monumento do padre Raulino Reitz, segundo João Beuting, Secretário de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Brusque.

Jornal “O Município”, 27 de setembro de 2019, Centenário de nascimento de padre Reitz, por Aloisius Lauth. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

MELLO FILHO, 1991.

“Eu passei por todas as nuances da vida”

*Artista Walter de Oliveira fala sobre as peças que criou,
a família que formou e as perdas que a vida lhe trouxe*

Por Thayse Helena Machado¹

Do alto de seus 92 anos, Walter de Oliveira é daquelas pessoas com licença para dizer o que pensa e sente, sem esperar aprovação de ninguém. Nos encontramos em uma manhã fria, em julho de 2019, no apartamento de sua filha, no Centro de Brusque.

Além das palavras ditas em pouco mais de uma hora de conversa, uma coletânea de música italiana invadia a sala com delicadeza. “Estou um pouco nervoso”, confessa ele, para justificar a ausência de uma ou outra memória.

Conforme a conversa avança, o nervosismo dá lugar às lembranças e

¹Thayse Helena Machado é jornalista e especialista em Gestão da Comunicação Pública e Empresarial. Atualmente trabalha como assessora na Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Brusque, é colunista do Jornal MS Vanguarda e sócia proprietária da empresa Amplitude Comunicação e Eventos.

algumas constatações. O artista aprendeu com os anos que a vida nada mais é do que princípio, meio e fim.

Acredita que seja o meio a melhor parte do caminho. A mais produtiva. Aquele tempo em que acreditamos ter tempo.

E por falar nele, para alguns o tempo é generoso. Para outros, implacável.

Foi assim com a esposa de Walter, Benta Flor de Oliveira. A mais bela flor no jardim do artista habilidoso, capaz de transformar qualquer material em arte.

Assim como outros familiares, ela foi vítima de um câncer. Partiu para o outro lado da vida deixando neste plano um homem de coração partido. Walter nunca superou a tristeza de sua perda.

Viveu para homenageá-la com sua arte e suas palavras. Escreveu um livro com o nome da sua amada. E logo nas primeiras páginas contou como a conheceu no cinema, falou sobre o casamento e a história familiar da esposa, que foi entregue para adoção e perdeu o convívio com os irmãos.

Foi Walter quem uniu a família. Há quem pense que ele a salvou da solidão, mas tudo indica que foi exatamente o contrário. Pergunto se ficou algum aprendizado com a perda da esposa. Ele responde que sim.

Aprendeu que ela é insubstituível.

E assim, como um sobrevivente de cada dia, Walter segue os dias. Diz que é chato chegar a sua idade. Pede para morrer, mas faz exercícios para manter a saúde que lhe resta.

Diz que qualquer tempo de vivência é importante. Um aprendizado. Mas não está mais disposto a aprender.

Ou quem sabe está. Continua leitor assíduo e de uns tempos para cá gosta de ler sobre espiritualidade. Frequenta a livraria, mas tem deixado de lado as teclas da sua amiga Olivetti - a máquina de escrever.

Queria lançar um segundo livro, mas acha que o tempo passou. Ainda quer morar sozinho. Sem sua Flor, sempre é tempo para batalhar por sua independência. Não é nada fácil para ele depender dos cuidados dos filhos.

Assim como uma obra de arte, Walter molda os dias. Esculpe os aprendizados. Preenche os momentos de cor. Vez por outra um acinzentado, quase preto, toma conta do pincel e desliza pela tela branca.



Aos 92 anos, Walter de Oliveira é daquelas pessoas com licença para dizer o que pensa e sente, sem esperar aprovação de ninguém. Acervo: Thayse Helena Machado

Segue pintando, esculpindo e moldando a vida. Embora acredite que já passou por todas as suas nuances.

Confira a seguir a nossa conversa na íntegra:

Como descobriu que tinha dom para ser escultor? Foi ainda na infância?

Ah sim. Meu pai foi um grande artista. Ele fazia joias, criava várias coisas. Eu nasci praticamente em um ateliê. Ele trabalhava perto de casa. Tive uma vivência total com ele. Aos seis anos de idade eu já fazia desenho para escola, já me destacava nessa coisa. Então vivi com meu pai sempre me orientando. Mas agora está tudo esquecido. Já passou a minha época.

Seu pai era artista. E a sua mãe?

Minha mãe era uma pessoa doméstica, bem simples. Não tinha valor artístico nenhum. Talvez por isso uma boa mãe. Esse é o mérito dela.



Pintura de Walter de Oliveira com o pai. Acervo: Thayse Helena Machado

Meu pai assumiu os valores da vida com muita intensidade. No Rio de Janeiro, nós recebemos a visita do Príncipe de Gales, da Inglaterra. Ele veio passear e queria uma bandeja de prata de um metro. Procuraram meu pai e fizemos a bandeja. Para ver se tinha ficado boa três homens seguraram e minha mãe, pequenina, sentou-se sobre ela para testar a resistência. São passagens boas da vida.

O senhor lembra qual foi a primeira escultura que fez?

Olha, eu lembro que foi algum... talvez Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco. Não tenho certeza. Eu era muito ligado em história e na escola eu sempre me destacava como historiador mirim. Quando veio o Estado Novo eu comecei a fazer o retrato de Getúlio (Vargas) a mão e comecei a vender. Vendi para o barbeiro, o sapateiro... Vendi bastante obras. Tanto que com 18 anos comprei meu primeiro carro, que era importado da Alemanha. Nesse período eu morava no Rio.

Mas sua família era de São Paulo. O senhor nasceu na capital paulista?

Sim, em 1926. Estou com 92 anos. Lá me formei em Contabilidade, estudei. Depois minha família se mudou para o Rio de Janeiro onde pratiquei esporte no Flamengo. Fui campeão brasileiro em 1978 de levantamento de peso. Sou uma figura pequena, mas levantei 100 kg. Depois comecei a pintar e fazer escultura. Ganhei uma série de prêmios. Mas o tempo me levou a esposa. Vivemos juntos por 53 anos. Era uma mulher maravilhosa. A única que tive na vida. Ela foi e eu fiquei. Hoje estou numa vala sem fundo. Estou perdido. Estou sendo comandado.

Me conte sobre a sua esposa.

Benta Flor! Ela queria morar num sítio. Era de uma família bem pobre, mas trouxe qualidades que a enalteceram. Quando eu consegui encontrar um lugar com uma casa mais ou menos do jeito, ela faleceu. Eu publiquei até um livro em homenagem a ela, em 2012. Ela era minha inspiração. Mulher maravilhosa, bom caráter, se dava bem com todo mundo. Infelizmente se foi e eu fiquei. Sofreu de câncer no pâncreas, depois teve metástases no pulmão. Quando eu a levei para Curitiba (PR) não sabia que ela não voltaria mais para casa. Dez dias depois ela faleceu e eu me perdi. Fiquei em um buraco sem fundo. A vida é uma faixa com princípio, meio e fim. Sempre tem de valorizar o momento que se está vivendo. Produzindo. Isso é importante. Quando ela morreu não quis morar com filho, tanto que aqui estou provisoriamente (na casa da filha Wani, no centro de Brusque). Tive de vir para cá para ela cuidar de mim. Eu me cuido, uso bolsa. Coisa horrível né, mas faz parte da minha vida. Eu tenho uma casa alugada no bairro Rio Branco.

A sua intenção é continuar morando sozinho, então?

Meus filhos são maravilhosos, todos três. Todo sábado um vem me buscar para levar à praia ou à peixaria. Eles cuidam de mim. Mas a minha intenção é ir embora logo, porque é muita idade. Você não sabe o que é ter 90 anos...

E como é ter 90 anos?

É horrível! Você vai ficando alienado por todos os pilares: alienado socialmente, alienado profissionalmente. Eu fui um grande trabalhador em todas as áreas que militei. Tenho obras em tudo que é município. Em Brusque e região meus trabalhos sempre foram muito solicitados. Fiz o São Cristóvão da Igreja de Dom Joaquim, bustos de diversos políticos, portas de residências entalhadas. Não tem um trabalho que seja de artista de fora. Fiz vários trabalhos para prefeitura, mas nunca fui mencionado para nada. Paciência, cada cabeça uma sentença. Eu é que... você entra num sistema de vida que não te agrada. Por isso, não queira ter 100 anos, 90 anos. Você perde o pique da vida, perde as afeições, perde as amizades. Enfim, a vida passa a circular raramente, sem nenhum objetivo.

Seus filhos também são artistas?

Washington Luiz e Walter Junior não. São totalmente diferentes. Já Wani Aparecida é um grande artista, aquele quadro foi ela quem pintou (aponta uma grande obra na parede da sala). Nós tínhamos vindo do teatro municipal do Rio naquele dia. Meu pai era vidrado em ópera e foi comprar a Aida de (Giuseppe) Verdi. Então, na volta aquele fotógrafo que usava um pano sobre a máquina (demonstra com gestos, colocando as mãos sobre a cabeça) fez o retrato. A Wani tinha uma fotografia velha e reproduziu em tamanho grande eu e meu pai.

E é um lugar de destaque na sala!

É um lugar de destaque, né!? E aquela é minha esposa (aponta outro quadro na parede), e aqui sou eu quando me formei em Contabilidade aos 18 anos (vira-se para outro lado da sala).

O senhor com alma de artista fez Contabilidade?

Eu fui influenciado por amigos. Eles diziam: vamos fazer, é legal, você vai se formar. De fato, me formei. Cursei três anos de Contabilidade. Depois fui convidado por um dos donos da escola para trabalhar em uma indústria. Trabalhei por seis meses, mas pedi a conta, porque não era a minha área. Gostava de criar. Sempre fui criativo e curioso. Gostava de inventar histórias. Contabilidade era uma coisa chata, todo dia uma mesmice. Pedi desculpas por ter aceito e voltei para o ateliê. Lá trabalhei com todos os materiais. Lá que eu expandi, mexi com barro, prata. Meu pai tinha uma prataria e fazia muita peça para a igreja.

E as esculturas, utilizava? Qual mais gostava?

Eu fazia com concreto, madeira, prata, cobre. Tenho habilidades de manipular qualquer material. Ganhei vários prêmios em São Paulo e no Rio de Janeiro. Agora sou um senhor de idade, estou esquecido. Sempre gostei mais de trabalhar com cobre, porque é um material maleável. Antes de vir para Brusque eu recebi uma encomenda do ditador do Paraguai, na época, Alfredo Stroessner. Ele me pediu três quadros de dois metros de cobre e eu fiz. Um era Dom Quixote lutando contra os moinhos, que era da geração dele. Fiz Santa Maria, Pinta e Nina - três embarcações que viajaram para o Brasil e o último sobre a primeira missa no Brasil. Os três quadros saíram diretamente da minha casa em São Paulo para o Paraguai. Minha vida teve momentos bons e teve momentos chatos, que são as perdas.

Como foi a sua vinda para Brusque?

Vimos em 1974 para morar. Mas já tínhamos vindo antes. Porque meu casamento foi uma coisa curiosa, eu conheci minha mulher adulta. Fui a Santo André passear, morava em São Paulo. Lá eu vi a cidade, gostei dos museus e resolvi ir ao cinema. Foi quando vi duas moças e fiquei encantado por uma delas. Dali nasceu a minha vida de casado. Ela contou a história dela e da família. No início fiquei desconfiado, porque ela adulta, com meia idade, arrumar um namorado. Ela tinha sido doada para adoção, assim como os irmãos. E todos perderam o contato. Aglutinei a família inteira.

Ela tinha quantos irmãos?

Ela tinha oito irmãos, que foram afastados dela e foram encontrados quando eu entrei na vida deles. Juntei todos. A vida é interessante, curiosa. Até você vê algumas histórias na televisão semelhantes a essa. Juntei todo mundo e reformei a família. A vida é curiosa. Você sabe que eu perdi um irmão afogado quando era garotinho. Tinha três anos. Eu tinha três irmãos, éramos quatro.

Quando o senhor lembra da sua esposa, qual sentimento é mais forte?

Saudade. Ela sabia tudo de mim e eu dela. A gente se completava. Eu tocava um pouquinho de piano e ela cantava. Às vezes, a gente passava as sextas-feiras vendo Inezita Barroso, que ela gostava.

E o que aprendeu com a morte dela?

Aprendi que ela é insubstituível. Era uma mulher maravilhosa. Sempre muito religiosa. Praticou Kardecismo também. Ela foi uma pessoa de bem. Para mim foi excepcional e era belíssima.

O senhor acredita que vai encontrá-la novamente?

Dentro dos princípios da religião, acho que o espírito é uma energia. E a energia não tem rumo. Acredito que falece, teu corpo procura outro corpo. Vai cair em outra família. Por exemplo, quando um grande dançarino foi convidado para trabalhar na Rússia, ele saiu de Joinville (SC). A mãe era doméstica, o pai pedreiro e nasceu um grande dançarino. Hoje é uma figura exponencial em outro país. Então, eu acho que o espírito é uma coisa volúvel e volátil. Ele existe e não tem rumo, segundo o kardecismo. Ninguém provou nada, mas eu acredito que diante de alguns acontecimentos, uns merecem, outros não.

O que o senhor pensa sobre a morte. Tem medo de morrer?

Eu acho que a morte é uma coisa maravilhosa. Não tenho medo nenhum. Eu peço para morrer. A morte é uma consequência da vida. É o fim de uma jornada que você fez. O Poderoso é que deve designar se deve levar ou não, mas eu gostaria de ir. Eu já fiz tudo de bom na vida. Talvez tenha feito algo ruim, nunca se sabe.



Acredita em Deus, segue alguma religião?

Todos somos católicos. Eu acredito que cada um de nós temos um Deus. Um Deus que elogia e castiga. Esse Deus real eu não acredito. Você tem o teu que te fiscaliza, te pune e, também te elogia. Esse é o teu Deus do coração. Eu tenho essa crendice. Sempre fui assim. Visitei todas as religiões com o objetivo de escrever a minha impressão sobre elas.

E em santos, o senhor acredita?

Acredito que tiveram alguma influência na população. Acho que foram importantes. Assim como são importantes todas as religiões, todas têm suas origens em Deus. Ninguém sabe explicar o que é Deus.

Fez muitas obras de cunho religioso também, né?

Sim, muitas. Uma delas fiz homenagem a minha mulher. Fui para São João Batista (SC) e fiz uma Nossa Senhora Aparecida de dois metros, de mosaico. Hoje, o mosaico está lá e tem uma multidão em torno dele pedindo promessa. Acho isso uma coisa curiosa. Eu, um ser humano, fiz um objeto adorado pela população. Acho que isso é um mérito (risos).

Nesse momento o senhor está fazendo alguma obra?

Não. Quando chega aos 90 anos você começa a perder o pique. Essa é a realidade. A memória está boa, mas, às vezes me falha. Falta uma palavra, eu procuro e acabo achando. Então, a minha habilidade... eu sempre fui muito habilidoso, mas perdi o pique. Pintei muitos quadros, ganhei um prêmio em São Paulo, que com dinheiro eu comprei um carro, um DKV, e quem me pagou foi o Paulo Maluf. O curioso é que eu não suportava ele - era um ladrão na época. Mas ele me deu um cheque, que era o valor do carro. Comprei no dia seguinte. Minha vida é cheia de curiosidades.

Alguma curiosidade de uma obra?

Fiz um busto para ficar em frente à Câmara de Vereadores de Brusque. Uma semana depois de inaugurado, o busto não estava lá. Tinham roubado pensando que era bronze (risos). Encontrei todo que-

brado, mas está no lugar, tentaram consertar. Depois fiquei doente e não consegui restaurar. Não conseguia mais levantar peso. Quando vi estava no hospital para uma cirurgia. Era uma homenagem ao (Araújo) Brusque, que era um militar e emprestou seu nome para a cidade. Eu estou um pouco nervoso (com a entrevista). Eu sou uma pessoa tímida, sabe. Então, qualquer coisa diferente eu fico apavorado. E olha que eu recebi muita homenagem. Ganhei o título de melhor leitor de Brusque. Também ganhei da Câmara, o título de cidadão brusquense.

Além de ler, o senhor sempre gostou de escrever. Quantos livros publicou?

Eu escrevi mais de 20 anos para jornais, sobre vários assuntos. Gostava de falar sobre política e educação. Toda vida abordei aquilo que é importante na vida do cidadão. Escrevi uns artigos que falavam do PT e um dia o editor parou de publicar. Tentei conversar, mas ninguém me falou nada. Toda semana eu enviava um conto para o jornal e era publicado com um retrato meu. Então foram vinte e tantos anos de jornalismo. Mas eu não sou jornalista. Já falei sobre drogas também. Conte sobre um tratamento nada ortodoxo de um amigo que eu tive. Ele tirou o filho da droga sem usar violência. Ele era do Rio. Um dia ele foi ao delegado e pediu para levar o filho na cadeia. E ele conseguiu salvar o filho assim. A partir daí o filho tirou dois diplomas de faculdade. Agora livro escrevi só um, em homenagem a minha esposa. Ia começar o segundo livro, mas me faltou. Não sabia por onde começar. No meio do caminho me perdi.

No livro o senhor conta a história da vida de vocês?

Isso, mas eu conto algumas histórias de jornal também. Faltava matéria e comecei a botar algumas matérias políticas, algumas coisas que eu criei.

Foi emocionante lançar o livro?

Ah sim! E eu vendi bastante livros. O pessoal ficava vidrado por causa da minha história de casamento, pelo fato de eu conhecer uma moça que foi abandonada pela família e depois me conheceu e eu juntei todos. Fui o aglutinador da família.

O senhor tem um livro preferido?

Agora acabei de ler A Rainha da Rússia - uma alemã levada para Rússia que se tornou rainha. São 700 páginas. Gosto da literatura antiga, vejo a literatura atual um pouco complicada e difícil de entender. Tem livros que tenho de ler duas vezes para entender o que se quer dizer. Não que eles não sejam bons. Os autores escrevem bem. Agora estou lendo Em busca da Espiritualidade. Quase todos os livros que leio hoje são de fundo religioso.

Gosta de ir à livraria?

Sim, gosto. Mas não tanto quando gostava. Essa semana comprei três livros de bolso, de um escritor francês. Não lembro o nome. Estou um pouco esquecido. A memória dá um passeio, mas daqui a pouco volta. Literatura é difícil de entender, porque você lê o interior da pessoa que não conhece. Não sabe até onde e o que ela acredita. Questão de política, por exemplo, cada um tem uma versão do amigo ou inimigo político.

O senhor escrevia no computador?

Escrevia na máquina. A minha amiga foi a Olivetti. Minha vida no comum é um pouco diferente, mas é uma vida simples. Não exigiu nenhum sacrifício. Talvez o sacrifício tenha sido perder minha mulher. Mas a vida é essa.

Alguma coisa que o senhor gostaria de ter feito e não fez?

Não. Deve ter, mas lembrar é difícil. Namorei bem. Casei-me bem. Perdi a esposa de maneira dramática. Eu passei por todas as nuances da vida. Fiz tudo. Comprei carro, consegui fazer as coisas que objetivava. Me arrependo de não ter viajado muito. A única viagem que fiz foi pra Buenos Aires. Passei lá uma semana. Gostei muito do povo. Mas a única coisa. Nunca tive condições de ir mais longe, faltou coragem (risos) para ir em um mundo onde ninguém me conhece. Nunca fiz mal para ninguém. Vivi com minha consciência bastante tranquila. Quando ganhei o cidadão honorário, fizeram uma festa, foi uma coisa maravilhosa. Nunca tinha sentido, percebido o valor dessas pequenas doações. Pequenos gestos que revelam teus amigos.

Qual a sua opinião sobre a política brasileira hoje em dia?

Continua a mesma porcaria. Uma bagunça. Sempre uns são contra os outros. Cada grupo tem sua maneira de agir, mas está tudo assim, não melhorou nada. Pessoas diferentes, cabeças diferentes, objetivos diferentes. Continua tudo como sempre foi. Infelizmente, nós não preparamos os alunos para serem políticos. Esse é o mal da nossa educação. Eles entram no novo mundo da política, fazem amizades e por meio de amizades fazem o que querem e tomam conta do país. O contribuinte como eu, não tem força nenhuma.

E o Getúlio Vargas, que o senhor pintava. O que achava do governo dele?

Ele fez um bom governo. Era criticado na época e atualmente, sem ninguém saber quem era Getúlio Vargas, mas ele passou e fez um governo tranquilo. Não houve roubo, a corrupção era limitada, não escrachada como hoje. Hoje o cara já entra com o objetivo de corrupção, não tem outro. Você liga a TV e só vê gente desconhecida, sem habilidade política de se posicionar. Eles querem um salário de R\$ 30, R\$ 40 mil. É um bando de ladrões mancomunados, que querem fazer mal para o povo. Um ministro prende, o outro solta, porque não se toleram. É uma coisa horrível.

Acha que tem jeito de melhorar a política do país?

Acho que não tem. A geração vai piorando. Eu acho que a nossa geração é pior que a antiga, porque alguns conservam os valores, mas a maioria quer que os valores se danem. Não têm valor nenhum. Essa é a maneira que eu vejo. Nós perdemos o valor dos valores.

O senhor acredita que arte e educação poderiam ajudar as próximas gerações?

Poderiam. O problema é que hoje você vê um professor semianalfabeto. Pega um advogado, mal sabe escrever. Para fazer um ofício faz cheio de erros. Acho que piorou, porque o governo não investiu maciçamente na educação. A educação é que movimenta o mundo, é que melhora o mundo e eles (políticos) abandonaram totalmente. Hoje vemos milhões de crianças sem perspectiva nenhuma de futuro.

Vemos pessoas que abandonam filhos para fugir do país. Abandonam o país para ir para outro. É lamentável. Um mundo sem consistências.

Se pudesse dar um conselho a um jovem. O que diria?

Dá a Deus a vida. Acho que não teria condições de dar conselhos. Minha vida não foi ruim, foi boa. Sempre fui valorizado. Aqui na cidade a cada cinco metros encontro um amigo. Isso é bom, é gostoso. Um homem na minha idade não é o mesmo que um garoto. É uma passagem que deve ser contada. As pessoas ficam na expectativa do que podem passar na vida. Esquecem que qualquer tempo de vivência é importante. É um aprendizado.

A história da Câmara de Dirigentes Lojistas de Brusque traduzida em cinco décadas

Ana Roberta Venturelli ¹

Carina Machado ²

Guédria Motta³

Taiana Eberle⁴

Basta uma imersão nos registros históricos da Câmara de Dirigentes Lojistas de Brusque – CDL Brusque para compreender o quanto o município e a região devem a esta entidade. Nas últimas cinco décadas, os assuntos discutidos em reunião de diretoria estavam bem além das questões comerciais. Em pauta uma cidade que precisava ser organizada em todos os sentidos. Suas estradas de acesso, o fluxo do trânsito, a segurança pública, o horário de funcionamento das empresas, o acolhimento e as atrações turísticas, o plano de contenção de cheias, as opções de lazer... Em 3 de junho de 1969 nascia em Brusque muito mais do que uma entidade disposta a representar a categoria do comércio. Ali era fundada uma organização que mudaria para sempre a história de uma cidade, completamente envolvida nas questões mais relevantes do município e profunda defensora do desenvolvimento e do progresso.

Em 2019, quando a CDL Brusque comemora 50 anos de fundação,

é indispensável esta reverência ao passado. E a gratidão se reforça no voluntariado abnegado de tantos empresários que, além de seus negócios, mantiveram o espírito de contribuir socialmente para a construção de uma cidade que ainda precisava de tanto...

Ler as atas da CDL Brusque é voltar a atenção para práticas que quase não existem mais. Bastava se ventilar alguma ideia de avanço no município, seja no setor público ou privado, a CDL Brusque já era consultada. Em uma reunião com as principais lideranças, cada tema era analisado e discutido à exaustão, sempre em busca de se tomar a decisão correta. A responsabilidade, transparência e idoneidade das empresas passaram a ser refletidas também no cotidiano de uma cidade.

O mesmo rigor aplicado nos negócios passava a escrever a história da entidade, em uma época na qual a palavra valia mais do que ouro. Dedicação, honestidade e amor são os sentimentos que permeiam esta caminhada, marcada pelo espírito associativista que semeia o bem e colhe a prosperidade.

Nas páginas a seguir, relatos inspiradores. Trabalhar com idealismo faz parte do DNA do brusquense. A inspiração para empreender é tão natural que contagia e ensina quem escolheu a cidade ou a região como lar. Mais do que construir um caminho de sucesso, o empreendedor também é capaz de vibrar por cada nova pessoa que se arrisca neste universo de possibilidades da iniciativa privada.

Neste contexto, a CDL Brusque se posiciona como um lugar de encontro: troca informações, dissemina conhecimento, encurta caminhos, transforma pessoas e destinos. E seus dirigentes, do passado e do presente, bradam com orgulho o Hino da Nação Lojista. “Nossos sonhos, cada emoção. Vamos juntos realizar, construindo essa nação livre para gente amar. O futuro a gente é quem faz”.

Fatos marcantes em cinco décadas

Sociedade Esportiva Bandeirante, 3 de junho de 1969. Iniciava ali uma reunião que mudaria para sempre a história do comércio em Brusque. Discorrer sobre a lista de participantes é experimentar sentimentos de progresso e de saudade. É olhar para alguns empreendimentos que permanecem vivos apenas na lembrança e no coração de quem cresceu

nesta terra. E, sobretudo, é reverenciar este grupo de trabalhadores abnegados, capazes de enxergar além do próprio negócio para ordenar todo um setor. Hoje, cinco décadas depois, a CDL Brusque manifesta sua gratidão aos pioneiros: Norberto Geraldo Schlindwein da Casa do Rádio, Raynério Osvaldo Krieger, Irmãos Krieger SA, Érico Contesini, Associação Comercial e Industrial de Brusque, Arno Carlos Gracher, Real Lanches Bar, Urbano Luís Zendron, Casas Zendron, Laerte Viterite, Casa Avenida, Antônio Cervi, Walter Straetz Ltda., Jovino Sebastião Cunha, Relojoaria Universal, Januário S. Pehnck, Vidraçaria Cristal, Mário Halfpap, Livraria Brusquense, Irene Heyer, Buettner S/A, José Raulino Scharf, Ótica Moderna, Bruno Hetzler, Casas Pernambucanas, Pedro Knihs, Farmácia Lindóia, Ivo Moritz, Archer, e Salvio Graf, Livraria Graf.

Década de 1960

Frederico de Souza, presidente da CDL de Itajaí, coordenou este primeiro encontro, em 3 de junho de 1969, que também contou com a presença do delegado distrital, Dr. Mário Rocha Meyer. Na oportunidade foi discutido e aprovado o Estatuto do Clube de Dirigentes Lojistas de Brusque, seguido pela votação de sua primeira diretoria,



Primeira reunião de fundação do Clube de Dirigentes Lojistas de Brusque e eleição de sua diretoria. Acervo: CDL

eleita por aclamação. Antônio Cervi assumiu a presidência, tendo como vice-presidente Norberto Geraldo Schlindwein. Urbano Luís Zendron assumiu como diretor secretário, Jovino Sebastião Cunha como diretor tesoureiro, Raynério Osvaldo Krieger como diretor de Relações Públicas, Arno Carlos Gracher como diretor social e Januário S. Pehnck como diretor do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

Década de 1970

Muitos lojistas prestigiam até hoje o tradicional jantar em comemoração ao Dia das Mães. Este projeto foi realizado pela primeira vez em 13 de maio de 1973, na Granja Fala-Fala, no bairro Lagoa Dourada. O evento contou com a presença do prefeito Cesar Moritz e todas as mães participantes foram homenageadas com uma rosa.

Em 12 de agosto de 1977 o CDL Brusque aumentou seu cronograma de confraternização para mais um evento que se transformaria em tradição, mantido até os dias de hoje: o jantar de Dia dos Pais. A primeira edição foi realizada no Clube de Caça e Tiro Araújo Brusque e contou com animação musical gentilmente oferecida pela empresa Hermes Macedo.



Até hoje o Jantar de Dia das Mães e também o de Dia dos Pais é promovido pela CDL Brusque. Acervo: Érico Zendron



A enchente de 1984 foi um marco para o comércio e toda a cidade de Brusque. Acervo: SAB

Década de 1980

Quando o Rio Itajaí-Mirim rompe suas margens, ele deixa seu rastro de destruição pelo caminho. Por esta razão, em 21 de agosto de 1984, a CDL enviou um ofício ao Secretário da Fazenda, Nelson Madalena, com as seguintes reivindicações: prorrogação de 90 dias para o pagamento do ICM com vencimentos em agosto, setembro e outubro, com pagamentos parcelados e intercalados com os normais, sem encargos, para as empresas atingidas; liberação de estorno de crédito do ICM registrados na entrada de mercadorias que pereceram com as cheias; reescalonamento dos débitos tributários atrasados com a Fazenda estadual, com dispensa de multas e encargos e com a possibilidade de pagamento parcelado como forma de dar condições à regularização junto ao erário público.

Década de 1990

Em novembro de 1991, Valdir da Silva sugeriu a criação de uma campanha promocional para estimular as vendas durante o Natal, que

consistiria em um prêmio de C\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de cruzeiros), oferecido pela entidade aos clientes que comparecerem nas lojas associadas. Posto em votação, de imediato a ideia foi reforçada pelo Sindicato do Comércio Varejista, que ampliou em C\$ 500.000,00 (Quinhentos mil cruzeiros) o prêmio. Hoje, a campanha ‘Comprar Aqui dá Sorte’ já faz parte do calendário de eventos dos brusquenses.

Anos 2000

A inauguração do Centro Empresarial, Social e Cultural de Brusque (CESCB) foi um verdadeiro sucesso, em 21 de julho de 2005 e rendeu elogios pela organização do evento e, sobretudo, pelo gosto esmerado do projeto. O governador Luiz Henrique da Silveira visitou todas as entidades instaladas no prédio e fez questão de descerrar a placa de inauguração da CDL.

Após a inauguração da nova sede da CDL Brusque, em junho de 2006, o conselheiro Aliomar Luciano dos Santos apresentou a proposta para a criação de uma escola de música do Centro Empresarial. Segundo ele, inicialmente os instrumentos poderiam ser apenas de sopro e o valor seria custeado pelas entidades do empreendimento. Três



O governador Luiz Henrique da Silveira no descerramento da placa de inauguração da CDL. Acervo: CDL

meses depois o assunto voltou à pauta, agora com um direcionamento: a CDL assumiria o compromisso de um repasse mensal para o custo dos professores e as demais entidades se responsabilizariam pelos instrumentos. A iniciativa foi aprovada por unanimidade e a Escola e a Orquestra do CESCOB permanecem na ativa.

Anos 2010

Nesta década, dois eventos se destacam. O primeiro deles, em novembro de 2011, quando foi dado o primeiro passo para a formação do Núcleo de Dirigentes Lojistas e Botuverá – NDL Botuverá. O encontro contou com a presença de Luciano Spengler, coordenador do 24º Distrito, que parabenizou a CDL Brusque diante do trabalho realizado na comunidade.

Além disso, em julho de 2018, o presidente da CDL Brusque, Fabrício Zen, participou da Comitativa Brusquense e Guabirubense que esteve na Alemanha entre os dias 16 a 23 de julho. O objetivo da visita foi fortalecer os laços com entidades alemãs parceiras, bem como projetos já em execução com o Distrito de Karlsruhe (composto por 32 municípios) além de novas ações nas áreas de meio ambiente, mobilidade, indústria e comércio.

Ex-Presidentes da CDL Brusque

Conheça os ex-presidentes da entidade que foram fundamentais na construção das cinco décadas de história:

- Antônio Cervi - (03/06/1969 a 31/07/1969)
- Ivo Moritz (*In Memoriam*) - (01/08/1969 a 31/12/1970)
- Urbano Luis Zendron - (01/01/1971 a 30/12/1971 e de 30/12/1971 a 31/12/1972)
- Nelson Nivert Gevaerd (*In Memoriam*) - (01/01/1973 a 31/08/1974)
- Walter Straetz (*In Memoriam*) - (01/09/1974 a 31/12/1975)
- Ademir José Pereira - (01/01/1976 a 31/12/1976 e de 01/01/1990 a 31/12/1990)

- Laerte Viterite - (01/01/1977 a 31/12/1977 e de 01/01/1979 a 31/12/1979)
- Nilo Krieger (*In Memoriam*) - (01/01/1978 a 31/12/1978)
- Gilberto José Domingos - (01/01/1980 a 31/12/1981 e de 01/01/1986 a 31/12/1986)
- Marcos Armando Andrade - (01/01/1982 a 31/12/1983)
- Aliomar Luciano dos Santos - (01/01/1984 a 31/12/1985 e de 01/06/1999 a 31/05/2001)
- Valdir Silva - (01/01/1987 a 31/12/1987)
- Helmo Flor (*In Memoriam*) - (01/01/1988 a 31/12/1989)
- Jorge Luiz Colzani (*In Memoriam*) - (01/01/1991 a 31/12/1992)
- Arno Mario Cardoso (*In Memoriam*) - foi eleito presidente em novembro de 1992 e veio a falecer em dezembro do mesmo ano, devido a um acidente de trânsito, não chegando a tomar posse assumiu o seu vice, Paulo Francisco Heil.
- Paulo Francisco Heil - (01/01/1993 a 31/12/1993)
- Sérgio Walendowsky - (01/01/1994 a 31/12/1995)
- Eleutério Graf - (01/01/1996 a 31/05/1999 e de 01/06/2003 a 31/07/2005)
- Vanderlei Rogerio de Limas - (01/06/2001 a 31/05/2003)
- Ariberto Staack - (01/08/2005 a 31/05/2007 e de 01/06/2007 a 03/05/2009)
- Fabricio Zen - (04/05/2009 a 31/12/2011 e de 01/01/2018 a 31/12/2019)
- Altamir Antônio Schaadt - (01/01/2012 a 31/12/2013 e de 01/01/2014 a 31/12/2015)
- Michel Gartner Belli - (01/01/2016 a 31/12/2017)

O melhor SPC do Brasil

Fundado em junho de 1969, uma das primeiras providências do Clube de Dirigentes Lojistas (CDL) de Brusque foi solicitar a transferência do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) que, na época, era vinculado à Associação Comercial e Industrial de Brusque (ACIBr). Assim, em 1º de setembro de 1969, o CDL Brusque passou a oferecer o sistema e elegeu uma comissão responsável pelo trabalho, cujo presidente era

o empresário Januário Pehnk.

“Informei ao presidente do CDL, Antônio Cervi, que não teria condição nenhuma de dar continuidade ao projeto sem conhecer outras formas de funcionamento. Então visitei os escritórios de SPC em Florianópolis, Itajaí, Blumenau e Joinville. Como a minha empresa – Vidraçaria Cristal – trabalhava com para-brisas de carros, visitei uma fábrica em Curitiba e aproveitei para conhecer o SPC, que era bem mais moderno. No entanto, eles me informaram que o melhor SPC do Brasil estava em Belo Horizonte. Voltei ansioso, porque gostaria de viajar até lá”, conta Januário.

Neste período, Antônio Cervi se afastou da presidência do CDL e quem assumiu o cargo foi o empresário Ivo Moritz. Ao questionar Januário sobre o andamento do SPC, ouviu seus planos de conhecer o sistema implantado em Belo Horizonte. “Lembro de ele dizer que não havia possibilidade nenhuma de viajar até lá. Mas veja o que é o destino: em 1969 Delfim Netto, secretário nacional da Fazenda, adotou um sistema no qual todo o brasileiro deveria declarar o imposto de renda. Isso foi um rebu no país! Éramos um povo pouco instruído e logo desconfiamos de que o governo estava interessado em saber o que temos”, conta o empresário.

Segundo Januário, outra obrigatoriedade desta época foi a reavaliação do ativo imobilizado. Por exemplo, uma máquina adquirida em 1930, precisaria ser reavaliada para o valor que tinha neste início da década de 1970. “Ninguém sabia como fazer isso... Então, eis que estoura o 8º Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado exatamente em Belo Horizonte! Lembro de receber uma ligação do professor Érico Contesini, me convidando para a viagem. Zeno Heinig, que já tinha seu escritório de contabilidade e o empresário Antônio Bittencourt também formaram a nossa comitiva. Fomos de ônibus até lá”, recorda.

Januário não estava muito interessado em contabilidade. Tão logo chegou a Belo Horizonte, quis conhecer o SPC referência do Brasil. “Fui bem recebido. Naquela época, eles já ocupavam todo um andar. E então eu percebi o quanto estávamos atrasados”, detalha.

Na viagem de volta, com a cabeça borbulhando de ideias, Januário decidiu permanecer mais um dia em São Paulo para conhecer a forma de trabalho adotada no local. Seu interesse era ampliar as possibilidades

de registro, englobando também a ficha de pessoa jurídica, levando em consideração que, na cidade, já havia muitos negócios entre empresas.

“Foi uma experiência proveitosa. Colhi ideias para desenvolver o nosso sistema que, por bastante tempo, foi o único de Santa Catarina que mantinha registros de CNPJ”, pontua.

Sistema

No dia 7 de novembro de 1970, o SPC inaugurou suas instalações na Avenida Cônsul Carlos Renaux, 48, 1º andar, no prédio do empresário Ackcel Willrich. O evento contou com a presença de um grande número de cedelistas e usuários do sistema.

Em um discurso eloquente, o presidente do CDL Brusque, Ivo Moritz, disse que a cidade já fazia parte do movimento de lojistas do Brasil e que caminhava “a passos de Brasil Gigante para sua emancipação”. Ele também fez questão de agradecer ao presidente da ACIBr, Walfrido Navarro Stotz, por ter dado a oportunidade de o CDL e o SPC funcionarem juntos desde o ano anterior. Por fim, Moritz elogiou o esforço de Januário Valdir Pehnk, que transformou o SPC em uma verdadeira ferramenta de proteção ao lojista.

O sistema desenvolvido em Brusque era quase processado como um computador. “A vendedora batia duas fichas para o cliente inadimplente. Uma de negativado e outra de reabilitado. A negativa era encaminhada através de envelope ao SPC e a de reabilitado permanecia na firma. Quando o cliente pagava a dívida, a vendedora simplesmente inseria a data e encaminhava esta nova ficha também para o SPC, onde as nossas funcionárias faziam a troca. Era quase um sistema de computador”, brinca Januário.

Desafios

Sensibilizar o empresário para recusar o crédito aos clientes negativados era o grande desafio da época. Gerar esta educação no lojista foi um trabalho de formiguinha, feito por Januário e pelo secretário do CDL/SPC, José Gonzaga. Quase todos os dias o telefone da entidade

tocava denunciando esta infração. E para resolver o problema não tinha jeito: era preciso ir de loja em loja, mantendo o diálogo, a cordialidade e incentivando o espírito de cooperação.

Outra dificuldade era convencer o cliente que, a partir daquele momento, era necessário apresentar documento pessoal para ter acesso ao crediário. “Era outro tempo. Tempo de pessoas simples, no qual o valor estava na palavra. Certa vez contratei para a Vidraçaria Cristal alguém que trabalhava no crediário da Hermes Macedo. Não deu muito certo, porque não havia jogo de cintura. Bastava pedir documento que o cliente informava que iria comprar em outro lugar. A confiança era no fio do bigode”, salienta Januário.

Só com o passar do tempo e com uma boa dose de conversas e de explicações é que este cenário foi mudando. Aos poucos, as pessoas se tornaram menos arredias ao compartilhar o número da carteira de identidade ou ao apresentar a ficha de registro profissional. E Januário sentiu que o SPC havia alcançado a credibilidade que esperava quando passou a ser procurado pelos bancos e instituições de análises financeiras. “Foi quando decidimos que para utilizar o SPC era necessário se tornar sócio do CDL. A entidade se fortaleceu com isso e o trabalho continua até hoje”, salienta.

250 mil consultas

Apenas em 2018, foram realizadas mais de 250 mil consultas no Sistema de Proteção ao Crédito (SPC) vinculado à CDL Brusque. Isso equivale a uma média de 21 mil acessos por mês.

De acordo com o gestor executivo da entidade, Claudemir Marcolla, o SPC é o serviço mais procurado na CDL Brusque, embora nem todos os associados precisem especificamente fazer uso deste sistema. “Nós oferecemos um projeto diferenciado, através de franquia, no qual as consultas já estão inclusas na mensalidade. Esta é uma vantagem interessante, principalmente para quem depende do acesso ao sistema”, detalha Marcolla.

Segundo ele, o SPC hoje é reconhecido como o maior banco de dados de Cadastros de Pessoas Físicas (CPFs) da América Latina. E, ao lado do Serasa, esta rede de informação se torna completa. “Além de



Januário Pehnk (esquerda) e Zeno Heinig (direita), no Oitavo Congresso Brasileiro de Contabilidade, em Belo Horizonte. Acervo: Arquivo Januário Pehnk

fornecer informações precisas no momento da análise de crédito, o SPC também auxilia o empresário na hora da cobrança”, pontua o gestor.

Outra vantagem é o índice de confiança apontado pelo sistema para cada pessoa, graças ao histórico disponível. Desta forma, é possível calcular qual a probabilidade de determinado CPF ou CNPJ ficar inadimplente. “É confrontada a renda com os pagamentos existentes. Se a pessoa já foi inadimplente, demora alguns meses para regularizar esta situação. Ela precisa permanecer algum tempo pagando as contas em dia para alcançar uma avaliação satisfatória. Vale lembrar que este índice não é impeditivo ao crédito, mas permite que o lojista faça esta liberação com mais qualidade”, ressalta Claudemir.

Hoje, na entidade, duas pessoas trabalham exclusivamente para o sistema, oferecendo suporte técnico aos usuários ou fornecendo informações para quem está negativado.

Área Azul

A ideia de um estacionamento rotativo na cidade era discutida muito antes da implantação da Área Azul, em 1º de maio de 1990. Já no início da década de 1970, durante reuniões do Clube de Dirigentes Lojistas, era recorrente a reclamação de que turistas se diziam prejudicados no

acesso ao comércio central, devido à falta de vagas de estacionamento.

Dessa forma, foi viabilizado inicialmente, em dezembro de 1978, o estacionamento controlado por discos, na avenida Cônsul Carlos Renaux e rua Rui Barbosa, que seria um embrião da atual Área Azul. O então presidente da entidade na época, Marcus Armando Andrade, foi um grande defensor do estacionamento rotativo e teve participação efetiva em ações relacionadas ao trânsito no município. Depois, em meados da década de 1980, o modelo de estacionamento ganhou o nome de Zona Azul, até ser batizado como Área Azul, por sugestão do empresário Aliomar Luciano dos Santos.

Ademir José Pereira, que era o presidente da CDL Brusque, em 1990, quando do início da Área Azul, relembra que a falta de vagas de estacionamento sempre foi uma preocupação para os lojistas. “O estabelecimento que tivesse vagas mais próximas conquistava o cliente, pois as pessoas não queriam ter o trabalho de andar alguns metros. Onde tivesse estacionamento, o cliente parava para comprar. Então, antes mesmo da implantação da Área Azul, havia a intenção de mudar essa realidade. E a Câmara de Dirigentes Lojistas buscou ideias em outras cidades que também possuíam um grande movimento de veículos, e conseguiu disciplinar o estacionamento nas ruas centrais”, observa o ex-presidente.

Ademir lembra ainda que a Área Azul iniciou nos moldes que funciona até hoje. “Desde o início conta com o trabalho dos monitores que comercializam os cartões e fiscalizam. O período também era de uma hora e tinha um tempo gratuito de tolerância, como ainda é hoje. No começo houve um pouco de resistência, mas logo as pessoas foram percebendo os benefícios, e começou a ter espaço para os consumidores que desejavam fazer compras estacionarem seus carros. É um modelo que deu certo. Iniciou apenas na avenida central e depois foi sendo ampliado para outras vias. E mesmo depois de quase 30 anos de existência, vemos que a Área Azul continua cumprindo bem o seu papel”, destaca Pereira.

Evolução

Após quase 30 anos de sua implantação com o nome de Área Azul, o estacionamento rotativo no Centro de Brusque começou uma fase



Gestão do estacionamento rotativo no Centro de Brusque, começou a ser feita pela CDL Brusque em 1º de maio de 1990. Acervo: CDL

de modernização em 2019. Sob a gestão da Câmara de Dirigentes Lojistas de Brusque, conforme convênio existente entre a entidade e a Prefeitura, a Área Azul tem a função de disciplinar o espaço público e garantir a rotatividade de vagas de estacionamento nas ruas centrais do Município.

“No início desse ano, a CDL renovou a parceria com a Prefeitura para fazer a gestão da Área Azul por mais dez anos, e a ideia é aprimorar o serviço, com uso da tecnologia. Vamos continuar trabalhando com as monitoras nas ruas e não vamos instalar parquímetros, mas passamos a contar com um aplicativo, que facilita a reserva da vaga e o pagamento, que poderá ser feito de forma digital, através de cartão de crédito ou débito. E para quem não costuma utilizar aplicativos, ou que muitas vezes não tem acesso à internet, ou fica com o celular sem bateria, será mantida a possibilidade de fazer o pagamento direto com as monitoras, ou nos estabelecimentos parceiros”, explica o gestor executivo da CDL Brusque, Claudemir Marcolla.

Neste ano, novos pontos da cidade passaram a ser contemplados com a Área Azul e o estacionamento rotativo deve ganhar 300 novas

vagas. “Praça da Cidadania, rua Gustavo Krieger, avenida Dom Joaquim, rua Augusto Bauer, rua João Bauer e avenida Otto Renaux (até a altura da rua do Centenário), passam a contar com a Área Azul e o trabalho de demarcação de vagas já está sendo feito pela Prefeitura. A escolha das ruas e a delimitação de vagas ficam a cargo do Poder Público. Em contrapartida, a CDL gerencia o serviço e deve garantir uma monitora para cada cem vagas de estacionamento, assim como, aumentar o número de lojas conveniadas para prestar atendimento. Também adquirimos smartphones e pequenas impressoras que ficam acopladas aos aparelhos celulares das monitoras, para impressão dos comprovantes. Os valores permanecerão inalterados. Não existe outra cidade que cobre apenas R\$ 1 por hora para estacionar, e destacamos que nosso objetivo não é lucro, mas sim a rotatividade de vagas e um giro maior de consumidores pelo Centro”, complementa Claudemir.

¹ **Ana Roberta Venturelli** é brusquense, jornalista formada pela Universidade do Vale do Itajaí. Especialista em Gestão em Comunicação Empresarial e Formação para o Magistério Superior. Foi repórter do Jornal Município Dia a Dia e trabalhou como assessora de comunicação da Câmara de Vereadores de Brusque por nove anos. Atuou como Secretária Municipal de Comunicação Social na Prefeitura de Brusque, em 2015. Integrou a equipe da Ideia Comunicação até junho de 2019.

² **Carina Machado** é brusquense, jornalista formada pela Universidade do Vale do Itajaí. Por sete anos trabalhou no Jornal O Município, empresa na qual foi repórter das editorias de Polícia, Política, Economia, Reportagens Especiais, Cadernos Especiais e atuou também como Chefe de Redação. Foi vencedora dos Prêmios de Jornalismo da Fatma (Fundação do Meio Ambiente), categoria regional, em 2009 e 2011, e do Prêmio de Jornalismo Estadual da Unimed, em 2012. Atualmente integra a equipe da Ideia Comunicação.

³ **Guédria Motta** é brusquense, jornalista formada pela Universidade do Vale do Itajaí. Especialista em Comunicação e Arte. Trabalhou como repórter no Jornal O Município, foi assessora de imprensa do Grupo Uniasselvi/Assevim. Foi finalista do Prêmio Unimed de Jornalismo em 2014. Atualmente integra a equipe da Ideia Comunicação.

⁴ **Taiana Steffen Eberle** é jornalista formada pela Universidade do Vale do Itajaí. Por dois anos trabalhou como repórter no Jornal O Município e por dois anos também atuou como assessora de imprensa na Secretaria de Desenvolvimento Regional de Brusque. Conquistou o Prêmio de Jornalismo da Unimed – Destaque Acadêmico em 2009, o Prêmio de Jornalismo da Fatma (Fundação do Meio Ambiente) na categoria Regional em 2011, e o Prêmio IGK – Instituto Guga Kuerten, em 2013. Atualmente integra a equipe da Ideia Comunicação.

Kohler & Cia. Tinturaria e Estamparia comemora 70 anos de tradição familiar

***De uma pequena marcenaria a gigante têxtil,
história da empresa acompanha a de Guabiruba***

Neste mês, a Kohler & Cia. Tinturaria e Estamparia comemora 70 anos de história. Fundada pelos irmãos Paulo, Érico e Alois Kohler, a empresa cresceu ao longo dos anos, fortaleceu os ideais de sustentabilidade e trouxe inovações para a produção.

A Kohler é uma prestadora de serviços que atua no Brasil inteiro, de forma mais concentrada em Santa Catarina e São Paulo. Com duas unidades, uma no centro de Guabiruba e outra no bairro Pomerânia, a empresa tem cerca de 30 mil metros quadrados de parque fabril.

A capacidade de produção é de 64 toneladas de tingimento por dia, e conta com quase 500 colaboradores.

No entanto, o pensamento vai além do lucro. A empresa se preocupa constantemente em contribuir com o desenvolvimento da cidade, com



Os irmãos fundadores da Kohler, Alóis, Érico e Paulo Kohler

apoio de iniciativas de esporte, cultura e educação.

História empreendedora

Era 29 de setembro de 1949 quando os três irmãos, cada um com 25 contos de réis nas mãos, abriram uma pequena marcenaria, no lugar que futuramente se tornou a cidade de Guabiruba.

Com espírito empreendedor e força de trabalho, eles produziam

portas, janelas, esquadrias e móveis em geral. A partir da madeira, o empreendimento cresceu.

Em 1954, os irmãos montaram uma serraria e em 1970 nasceu a tinturaria. Foi a expansão de um empreendimento que segue em crescimento até os dias atuais.

Hoje, a Kohler presta serviços de Tinturaria, Estamparia Rotativa, ambos em malha, e Estamparia Digital, em tecido plano e malha.

Valores

Desde o início, os fundadores tinham valores claros que serviriam de norte para a empresa. Respeito ao meio ambiente, responsabilidade social, valorização e respeito às pessoas, ética, honestidade e transparência eram alguns deles. Esses valores foram, ao longo dos anos, sendo transmitidos de geração em geração.

A empresa familiar hoje é comandada pela segunda geração: Sérgio Kohler atua como diretor comercial, Renato Kohler é o diretor industrial de produção, Rubens Kohler e Jane Kohler são os diretores financeiros, César Kohler é o diretor de manutenção e Matias Kohler é o diretor administrativo, atualmente em licença por exercer cargo político como prefeito de Guabiruba. Eles acreditam que foram os ensinamentos passados pelos fundadores que fizeram a empresa chegar onde está hoje e comemorar com alegria seus 70 anos. “O segredo é sempre se lembrar da nossa história, das nossas raízes, dos valores que aprendemos desde cedo.” ressaltam eles.

A história da Kohler é pautada pela coragem de três irmãos, empreendedores e visionários, que fundaram uma empresa para que a própria família pudesse trabalhar. Hoje, passados 70 anos, este sonho é compartilhado por mais de 480 famílias, muitos motivos para se orgulhar e comemorar e uma imensa vontade de continuar colorindo o mundo de geração em geração.



Casa de Brusque

Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim

Relatório de Atividades durante o ano de 2018

Luciana Paza Tomasi

Total de visitantes: 1.510 (assinaturas no livro de visitas)

Grupos: 29 turmas de alunos da rede municipal, estadual e particular de Ensino de Brusque e região.

Atividades

Abril:

- Seminário Sul-Americano de Genealogia Alemã

Palestra: Dirk Weissleder – Imigração Alemã pelo Mundo e assuntos relacionados

- Dia do Índio: Oficina de Cultura Indígena com professora Andrea Christini Zanon

Presença dos indígenas de José Boiteux e coral infantil

Maiο:

- Oficina de Cultura Alemã

Profª Andrea Christini Zanon

- Exposição: “Natureza Brasileira Olhares e Inspirações II”

Julho:

- Lançamento do livro “Cartas de um solícito acompanhante”.

Local: Casa de Brusque

- Seminário Temático: 150 anos de Imigração Polonesa para o Brasil
- Confraria Bordadeira de Brusque

Exposição “Bordando Brusque Ontem e Hoje”, abertura da Semana de Brusque

- Roteiro Histórico: Aniversário de Brusque

Outubro:

- Exposição Sebastian Saporski

150 anos da Imigração polonesa no Brasil

- Exposição: Homenagem aos Ex-Comatentes da FEB – Força Expedicionária Brasileira” parceria IAK, Clube Filatélico Brusquense e SAB
- Exposição: Paysandú 100 anos: Fatos em Fotos

Projetos Executados

- Edital Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura
- Elaboração do Plano Museológico do Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim, finalizado em dezembro de 2018.
- Reuniões Mensais e Assembleia Geral: principais assuntos tratados:
 1. Atualização de taxas cobradas no museu;
 2. Prestação de contas;
 3. Convênio Prefeitura Municipal/Fundação Cultural;
 4. Tribunal de Contas do Estado de SC;
 5. Assuntos gerais;
 6. Doações ao acervo da SAB;
 7. Conselho Municipal de Cultura;
 8. Apresentação do Diagnóstico do Plano Museológico da Casa de Brusque;
 9. Homenagem à FEB;
 10. E-Social;
 11. Plano Museológico – Apresentação final do grupo de trabalho;
 12. Calendário de eventos;
 13. Convite - Mostra Fotográfica Paysandú 100 anos: Fatos em Fotos.

Brusque, janeiro de 2019.



Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim - SAB/Casa de Brusque

A Sociedade Amigos de Brusque e de apoio ao Museu Histórico do Vale do Itajaí – SAB/Casa de Brusque, fundada em 4 de agosto de 1953, é uma instituição privada, mantida pelos associados e subvencionada, em parte, pelo Município de Brusque. Reconhecida de utilidade pública pelas Leis Municipal nº 73, de 9 de março de 1954 e Estadual nº 1162, de 12 de novembro de 1954.

A entidade é a mantenedora do Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim, aberto ao público em 1971 e que conserva extenso e valioso acervo documental da história de Brusque.

A Casa de Brusque conserva, também, importante acervo fotográfico da arquitetura, da paisagem urbana e rural, da vida comunitária e do povo brusquense, além de peças de valor histórico e artístico-cultural.

Além do seu importante acervo histórico, a Casa de Brusque edita anualmente a Revista Notícias de Vicente Só, que tem se constituído num espaço de discussão, de análise crítica e de publicação de dezenas de artigos científicos, produzidos por historiadores e pesquisadores sobre a História de Brusque e do Vale do Itajaí-Mirim.

O historiador Ayres Gevaerd e um grupo de Amigos amantes da cultura, das tradições e da história de Brusque, foram os grandes idealizadores e fundadores da SAB e do seu Museu Histórico. Graças ao persistente trabalho desse grupo pioneiro, foi possível reunir o valioso acervo, hoje à disposição da comunidade brusquense para visitas e pesquisas.

Ao longo dos seus 60 anos de existência e cumprindo uma de suas finalidades estatutárias, a Casa de Brusque tem mantido parcerias com segmentos da comunidade e disponibilizado seu espaço museal para a realização de diversas ações relacionadas à história e à cultura de Brusque. Tem participado, também, de forma ativa, dos principais eventos e movimentos de caráter histórico e cultural realizados em Brusque.

Endereço: Avenida Otto Renaux, 285. Bairro São Luiz - Brusque/SC - Cep: 88351-301. Fone: (47) 3351-2132. Horário de funcionamento: terça a sexta-feira das 8 às 12 horas e das 13 às 17 horas. Segundas-feiras, das 13 às 17 horas.

Acompanhe: www.casadebrusque.com

Facebook: Casa de Brusque



Instituto Aldo Krieger (IAK)

Criado em 5 de julho de 2002, um ano antes das comemorações do Centenário de Nascimento de Aldo Krieger, o Instituto Aldo Krieger (IAK) está estabelecido em sua sede própria, na casa do maestro brusquense. Trata-se de uma sociedade de direito privado, sem fins econômicos, que tem como objetivos: executar, promover, fomentar e apoiar atividades de manutenção, conservação e divulgação da obra e acervo do compositor, bem como promover, fomentar e apoiar atividades culturais. O IAK foi declarado de Utilidade Pública (lei 3.029, de 2007), e tem realizado atividades culturais regularmente, estando aberto à visitação com agendamento prévio desde a sua fundação.

O Museu Casa de Aldo Krieger localiza-se na rua Paes Leme, 63,

Centro, Brusque/SC, e fica aberto de segunda a sexta das 14h às 18h. Para mais informações, consulte o site: www.iak.org.br . Fone: (47) 99972-1735. Fonte: Divulgação IAK.

Quem foi Aldo Krieger

Nasceu em Brusque – SC em 5 de julho de 1903. Muito cedo se apaixonou pela música, que o acompanharia por toda a vida, como músico, compositor e regente. Aos oito anos tocando bandoneon, já acompanhava e substituía seu professor nas músicas, que animavam o cinema mudo. Na adolescência, dominava a execução além do bandoneon, o violino, o violão, a clarineta entre outros instrumentos. Em 1929 organizou o Jazz Band América, formado por mais quatro irmãos, dois tios e três primos. Dirigiu a Banda Musical Concórdia e organizou e dirigiu vários corais religiosos e de jovens da comunidade. No Rio de Janeiro, em 1953, fez no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico um curso intensivo, onde foi aluno de Villa-Lobos. Foi professor de música e de canto orfeônico em várias instituições. Em 1956 fundou o Conservatório de Música de Brusque, onde foi diretor e professor. Em 1961 foi convidado a assumir a direção da Associação Coral de Florianópolis, permanecendo na Capital do Estado até 1972, onde veio a falecer.



Museu Arquidiocesano Dom Joaquim

O Museu Arquidiocesano Dom Joaquim, também conhecido como Museu de Azambuja, teve sua origem de fato em 1933, com o recebimento de uma pequena coleção particular de propriedade do Sr. Joca Brandão em troca da gratuidade dos estudos de um de seus filhos no Seminário Menor Metropolitano Nossa Senhora de Lourdes.

A instituição foi aberta ao público em 3 de agosto de 1960, com a apresentação de um dos mais ricos acervos em exposição no Estado de Santa Catarina. Atualmente, é o maior museu de arte sacra do sul do Brasil.

O acervo também possui objetos voltados para a história natural e história da imigração de Brusque e de Santa Catarina.

Localizado no bairro Azambuja, município de Brusque, o Museu foi o primeiro em seu gênero e especificidade instalado no extremo sul do país, sendo ainda único entre as demais instituições museais.

A magnitude de sua coleção atual, estimada em quatro mil peças,

associada à monumentalidade da edificação que o abriga, faz do Museu Arquidiocesano Dom Joaquim hoje uma presença ímpar na história da preservação cultural em Brusque e Santa Catarina.

O grande elo cultural entre o museu e a sociedade está no movimento de frequentadores e estudantes, que advém ao museu para buscar o saber sobre nosso passado.

Endereço: R. Azambuja, 960 - Azambuja, Brusque - SC, 88353-460

Contato: (47) 3396-0296

Visite: <https://azambuja.org.br/museu/>